

CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA

**RELAÇÕES COTIDIANAS, CONTRADIÇÕES E
ARTICULAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS:
UM ESTUDO SOBRE A FLASKÔ E A VILA
OPERÁRIA E POPULAR**

**PUC-CAMPINAS
2011**

CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA

**RELAÇÕES COTIDIANAS, CONTRADIÇÕES E
ARTICULAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS:
UM ESTUDO SOBRE A FLASKÔ E A VILA
OPERÁRIA E POPULAR**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia do Centro de Ciências da vida – PUC-Campinas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia como Profissão e Ciência.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Hespanhol Bernardo

**PUC-CAMPINAS
2011**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas – Processos Técnicos

t302
S725r

Sousa, Caroline Cristiane.

Relações cotidianas, contradições e articulações entre movimentos sociais: um estudo sobre a Flaskô e a Vila Operária e Popular / Caroline Cristiane Sousa. - Campinas: PUC – Campinas, 2011.
111p.

Orientadora: Marcia Hespanhol Bernardo.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Pós-Graduação em Psicologia.
Inclui bibliografia.

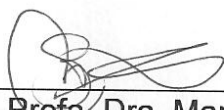
1. Psicologia social. 2. Movimentos sociais. 3. Movimento trabalhista. 4. Espaço urbano. I. Bernardo, Marcia Hespanhol. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências da Vida. Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

20. ed. CDD – t302

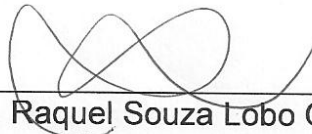
CAROLINE CRISTIANE DE SOUSA

**RELAÇÕES COTIDIANAS, CONTRADIÇÕES E
ARTICULAÇÕES ENTRE MOVIMENTOS SOCIAIS
UM ESTUDO SOBRE A FLASKÔ E A VILA
OPERÁRIA E POPULAR**

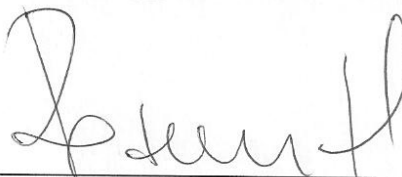
BANCA EXAMINADORA



Presidente: Profa. Dra. Marcia Hespanhol Bernardo



Profa. Dra. Raquel Souza Lobo Guzzo



Profa. Dra. Rosemeire Aparecida Scopinho

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos os moradores da Vila Operária e Popular e a todos os trabalhadores da Fábrica Ocupada Flaskô, que em sua luta cotidiana constroem a “revolução invisível”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Marcia Hespanhol Bernardo, por toda dedicação durante esse processo.

Aos amigos do grupo de pesquisa Heloisa, Johanna, Luciana, Daniel, Rafael, Ana Carolina, Pedro e Fábio, por contribuir com discussões e sugestões importantes para as reflexões aqui descritas.

Agradeço à Juliana Nóbrega, por possibilitar meu percurso até aqui e acompanhar de perto as dificuldades, mas também as alegrias desse processo.

Agradeço também outros amigos que me apoiaram nessa etapa: Fátima, Luciene, Juliana Barusso, Juliana Barbosa, Mônica e Geysa.

Agradeço ao Saulo, por ser companheiro, ter muita paciência e me apoiar nessa etapa tão importante.

Agradeço especialmente aos meus pais, que me ensinaram as coisas simples e mais importantes que pude aprender durante essa caminhada. Também agradeço especialmente à Viviane e ao James, por trazerem para nossas vidas alguém que nos tornou muito mais felizes!

Agradeço também ao CNPq, pelo auxílio financeiro que viabilizou o desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

SOUSA, Caroline Cristiane. Relações cotidianas, contradições e articulações entre movimentos sociais: um estudo sobre a Flaskô e a Vila Operária e Popular. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós Graduação em Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2011.

O surgimento de novos movimentos sociais tem marcado o cenário político nas últimas décadas. A importância desses movimentos se dá na perspectiva em que apresentam novas formas de participação política, com novos atores envolvidos na dinâmica social, questionando as teorias políticas tradicionais e a distribuição de poder na sociedade capitalista.

Para compreender as possíveis articulações cotidianas desses novos movimentos sociais foi escolhido um campo de pesquisa que apresenta a coexistência de dois movimentos distintos. O contexto estudado é composto pela Flaskô, uma fábrica que, há oito anos, entrou em processo de falência e foi ocupada por trabalhadores, e também pela Vila Operária e Popular, uma ocupação urbana, formada por um conjunto de moradias, construídas no entorno dessa fábrica. A proposta de ocupação da fábrica, enquanto forma alternativa de produção é sustentada por meio da organização de um movimento social por trabalho, o Movimento das Fábricas Ocupadas. Na Vila Operária e Popular, o debate sobre a proposta de ocupação de espaço urbano e acesso à moradia digna pode ser caracterizado enquanto um movimento social que emerge a partir da organização dessa comunidade e da articulação com os trabalhadores da Flaskô.

Com este estudo, buscou-se conhecer o cotidiano de Vila Operária e Popular e as principais formas de atuação dessa comunidade enquanto movimento social por moradia, com o objetivo de compreender as relações estabelecidas com o movimento dos trabalhadores Flaskô e identificar aproximações e distanciamentos entre eles.

A pesquisa foi realizada de acordo com os fundamentos do enfoque etnográfico. Assim, foram realizadas observações participantes e registros em diário de campo sobre situações da vida cotidiana no contexto estudado, bem como a observação de outros momentos de interação entre os movimentos sociais, como atividades culturais, de formação política e atos públicos. Também se fez uso de fotografias, que auxiliaram na contextualização do campo pesquisado.

Os resultados da pesquisa apontam que os movimentos pesquisados possuem certa independência quanto aos processos de decisão internos, entretanto constituem basicamente uma unidade quando se trata de questões externas, como negociações com o poder público e articulação com outros movimentos sociais. Assim, verificou-se que o surgimento de um novo movimento social de base foi potencializado por meio da articulação com outro mais abrangente, tornando-se parte de uma rede de movimentos mais ampla. Nesse processo articulatório, os movimentos ganham legitimidade na esfera pública e também entre seus participantes, criando referências para a atuação e mobilização cotidiana. Entretanto os conflitos permeiam esse processo de articulação, pois, nem sempre, os interesses convergem no sentido de definir questões prioritárias, as situações que devem ser combatidas e as estratégias a serem utilizadas.

Palavras chave: movimentos sociais, cotidiano, trabalho, fábricas ocupadas, vila operária, moradia.

ABSTRACT

SOUSA, Caroline Cristiane. Quotidian relation, contradictions and articulations between social movements: a study about the Flaskô and the Popular and Worker's Village. Dissertation (Master's Degree) – Post-Graduation Course in Psychology of the Centro de Ciências da Vida, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2011.

The emergence of new social movements is marking the political scenery in the last decades. The importance of these movements is given to the perspective in which are presented new ways of political participation, with new actors involved in the social dynamics, asking for traditional political theories and distribution of the power in the capitalist society.

In order to understand the possible quotidian articulations of these new social movements, it was chosen a research field which presents the coexistence of two distinct movements. The studied context consists of the Flaskô, a factory that since eight years went bankruptcy, and it was occupied by workers, and also the Popular and Worker's Village, an urban occupation, constituted by a group of houses that were built in the vicinity of this factory. The factory's occupation proposal, as an alternative production way, is supported through the organization of a social movement for employment, the Occupied Factory Movement. At the Popular and Worker's Village, the discussion about the occupation's proposal of urban area and access to suitable houses may be featured as a social movement which emerges from the organization of this community and articulation with the Flaskô's workers.

With this study, it was intended to know the quotidian life of the Popular and Worker's Village and the main actions of that community as a social movement for houses, aiming to understand the established relation with the movement of the Flaskô's workers and to identify approaches and distances between them.

The survey was held in accordance with ethnographic focus base. So, participating observations and records were carried out in field diary about the situation of quotidian life in the studied context, as well the observation of other interactions with social movements, such as cultural activities, political formation and public acts. Pictures were also utilized and they helped the contextualization of surveyed field.

The survey results indicate that surveyed movements have certain independence in relation to the internal decision processes, however they constitute basically an unit when external questions are dealt, such as negotiations with the government and articulation with other social movements. Therefore it was found that the emergence of a new base social movement was strengthened by means of the articulation with another more comprehensive movement, becoming part of a wider movement network. In this articulation process, the movements get legitimacy in the public sphere and also among their participants, creating references for the quotidian action and mobilization

However, conflicts permeate this process because not always the interests converge in order to define priority issues, situations which should be opposed and strategies to be utilized.

Keywords: social movements, quotidian life, work, occupied factories, worker's village, houses.

SUMÁRIO

Apresentação	1
1. Introdução ao estudo de Movimentos Sociais.....	3
1.1 O Trabalho e as contradições do capitalismo.....	9
1.1.1 Trabalho no contexto capitalista	10
1.1.2 A exploração da subjetividade no contexto de trabalho	14
1.1.3 Formas alternativas de produção	17
1.1.4 A Flaskô e o Movimento de Fábricas Ocupadas.....	23
1.2 A luta social por moradia.....	30
1.2.1 Movimentos Sociais por moradia	31
1.2.2 Apresentando a “Vila Operária e Popular”	33
1.3 Interfaces entre trabalho e moradia: a questão da coesão social.....	39
2. Teorias do Cotidiano: as possíveis articulações entre a teoria e a prática	43
2.1 Artes de Fazer: o cotidiano enquanto espaço de resistência	44
2.2 Vida cotidiana e a totalidade humana	46
3. Considerações sobre o método	51
3.1 A atuação em campo e as perspectivas de análise	55
4. Dominação e revolução: a dialética no cotidiano dos movimentos sociais	59
4.1 Implicações dos modos de produção para a reprodução da vida	63
4.2 A politização das práticas cotidianas	68
4.3 Vida cotidiana e militância: dimensões complementares ou antagônicas na dinâmica dos movimentos sociais?.....	73
4.4 “Na política não há lugar para a ingenuidade”: a influência negativa do poder público na relação entre os movimentos sociais em questão.....	77
4.5 Contradições e continuidades: as articulações possíveis no cotidiano de luta.....	82
4.6 “As mudanças no curso do rio”	90
5. Considerações finais.....	95
Referências	97
Anexos	101

Apresentação

A presente pesquisa traz elementos para a reflexão sobre a relação entre dois movimentos sociais, um relacionado às demandas por trabalho, mais estruturado, com articulações internacionais e pautado em um projeto político de transformação da sociedade capitalista e outro relacionado à demanda por moradia, voltado para necessidades imediatas, de caráter local e não institucionalizado. O foco do trabalho está na dinâmica estabelecida entre os atores desses movimentos, em suas articulações e contradições inerentes ao processo de construção de uma perspectiva crítica, que propõe a transformação do contexto em que vivem e a possível transformação social por meio da organização popular.

Assim, com esta pesquisa, buscou-se conhecer o cotidiano de uma ocupação urbana, denominada “Vila Operária e Popular” e as principais formas de atuação dessa comunidade enquanto movimento social por moradia, com o objetivo de compreender as relações estabelecidas com o movimento dos trabalhadores de uma fábrica ocupada pelos trabalhadores – denominada “Flaskô” – e identificar aproximações e distanciamentos entre eles. O contexto estudado se configura pela convivência de ambos os movimentos em um espaço contíguo, mantendo uma relação de interdependência.

É importante esclarecer que, inicialmente, o foco de análise da pesquisa era o trabalho. Entretanto, a interface entre trabalho e moradia tornou-se fundamental para a compreensão das articulações estabelecidas no contexto escolhido para a realização desse estudo. A moradia, enquanto questão fundamental para a pesquisa, foi identificada a partir da experiência em campo, por meio da interação com os moradores da Vila Operária e Popular que demonstram, em seu cotidiano, ser esta uma questão determinante nas relações que estabelecem com o movimento de trabalhadores da fábrica ocupada, com o poder público e com a sociedade como um todo.

A opção pela dedicação a este projeto se deu por acreditarmos que o estudo sobre movimentos sociais por trabalho e moradia, que propõem formas alternativas de se relacionar, de organizar a produção e de ocupar o espaço urbano, se faz fundamental para o aperfeiçoamento de referenciais teóricos que fundamentam uma proposta de transformação estrutural da sociedade. Ao discutir essas formas de ação coletiva enquanto alternativas para um novo projeto de sociedade, pretende-se refletir sobre as potencialidades dessas iniciativas, bem como sobre as dificuldades que enfrentam por fazerem oposição ao modelo econômico vigente.

Para a Psicologia Social do Trabalho, a importância dessa temática está na possibilidade de sistematizar experiências concretas sobre projetos de transformação das relações cotidianas, a partir de condições diferenciadas de organização de vida e de trabalho.

Portanto, para introduzir a discussão, será feita uma breve apresentação sobre a origem e as principais características dos movimentos sociais em geral.

No segundo capítulo serão apresentados alguns aspectos relevantes para a compreensão do contexto em que a pesquisa foi realizada, como a centralidade do trabalho e os embates da classe trabalhadora na busca pela transformação das relações de produção e reprodução da vida. Ainda neste capítulo será apresentado o contexto em que se insere a Flaskô, uma fábrica ocupada pelos trabalhadores.

Em seguida, serão apresentados alguns aspectos relevantes sobre os movimentos sociais por moradia e a Vila Operária e Popular, uma comunidade construída por meio da ocupação de parte do terreno dessa mesma fábrica. Essa exposição será fundamental para a compreensão do contexto ao qual se fará referência durante a apresentação e discussão dos resultados.

No quarto capítulo apresentaremos o referencial teórico utilizado como ferramenta para a compreensão dos fenômenos cotidianos identificados no trabalho de campo.

Em seguida serão apresentadas algumas especificidades do método utilizado para a realização da pesquisa.

Finalmente, no sexto capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa, as experiências em campo e as principais reflexões estabelecidas sobre as possíveis contribuições do referencial teórico para a compreensão dos fenômenos observados.

1. Introdução ao estudo de Movimentos Sociais

Os movimentos sociais são caracterizados pela participação e o envolvimento de sujeitos em organizações de luta por interesses comuns, direitos sociais e civis. Dessa forma, a discussão sobre os movimentos sociais será aqui introduzida com algumas considerações sobre o conceito de sociedade civil. Scherer-Warren (2006), define sociedade civil como uma instância representativa da sociedade, o segmento que mobiliza e sustenta as organizações que podem dar origem aos movimentos sociais:

[...] sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (Scherer-Warren, 2006, p. 110).

As organizações da sociedade civil expressam-se por meio de formas que podem variar de acordo com sua possibilidade de mobilização coletiva, institucionalização e abrangência. Em um formato inicial, as organizações da sociedade civil constituem-se por meio de movimentos comunitários, denominados por Scherer-Warren (2006) como *associativismo local*, que compreendem ações voltadas para causas da vida cotidiana, formando coletivos informais, sem determinar estruturas hierárquicas muito rígidas.

Um segundo nível de organização seria representado pelas *formas de articulação inter-organizacionais*, que compreendem os fóruns de articulação da sociedade civil, associações de ONGs, bem como parcerias institucionalizadas entre sociedade civil e Estado. Essas articulações, atualmente, são viabilizadas e potencializadas pela facilidade de comunicação proporcionada pelas redes sociais.

As formas mais institucionalizadas da sociedade civil, que constituem movimentos de referência para a construção das estruturas do cotidiano compreendem o que a autora define como “mobilização na esfera pública”:

[...] as mobilizações na esfera pública são fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (Scherer-Warren, 2006, p112).

Os movimentos sociais são constituídos no momento em que ocorre uma organização da sociedade civil, provocada pela identificação entre sujeitos coletivos, que constroem objetivos pautados nos valores que possuem em comum. Scherer-Warren (1987), define os movimentos sociais como:

Uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (p. 37).

Kärner (1987), por sua vez, traz a perspectiva da transformação social por meio do que denomina “revolução do cotidiano”, definindo os movimentos sociais como “[...] processos coletivos de comunicação realizados por indivíduos, em protesto contra situações sociais existentes” (p.33).

De acordo com essas perspectivas, o foco das ações organizadas pelos movimentos sociais seria a construção de projetos para transformação da realidade. No entanto, grande parte desses projetos apresenta uma perspectiva de transformação parcial do contexto social, restringindo-se a questões específicas, que não abrangem um enfrentamento efetivo da estrutura a ser combatida (Scherer-Warren, 2006; Bihl, 2010). Os movimentos sociais tradicionais, como por exemplo, o movimento operário sob influência social-democrata¹, não faziam contraposição ao

¹ O modelo social-democrata de movimento operário se caracteriza pelo projeto de superação da exploração e emancipação dos trabalhadores, com relação ao capital, por meio da tomada do Estado Burguês. Sobre o caráter limitado de representação dos trabalhadores no sindicalismo sob influência social-democrata ver Bihl (2010).

modo de produção capitalista, permitindo que a classe dominante o organizasse de acordo com seus interesses e com as necessidades de reprodução do capital.

Em oposição a esses modelos, de organização e representação social surgiram, na década de 1970, os chamados “novos movimentos sociais”. Há uma clara diferenciação entre os chamados “movimentos sociais tradicionais” – como movimento operário, sindicalismo e partidos políticos – e os “novos movimentos sociais”. Para autores como Scheren-Warren(2006), Camacho (1987), Kärner (1987) e Bihl (2010), a importância dos novos movimentos sociais consiste, basicamente, em trazer uma nova perspectiva de participação política, com novos atores envolvidos na dinâmica social, questionando as teorias políticas tradicionais e a distribuição de poder na sociedade capitalista.

Para Bihl (2010), a eclosão dos “novos movimentos sociais” revela o surgimento de novos atores sociais, que se caracterizam por duas questões fundamentais: não se situam na esfera imediata do trabalho/produção, e fazem contraposição ao movimento operário tradicional e outras formas de organização política e ideológica, como os partidos. Com o questionamento dessas formas de representação tradicionais, esses atores instituem “práticas alternativas” de ação coletiva, criando novas formas de mobilização e participação popular.

A grande contribuição dos novos movimentos sociais, como observa Bihl (2010), foi a ampliação da perspectiva da luta de classe – que estava restrita à questão econômica – para a abrangência de outras dimensões da dinâmica de apropriação da dinâmica social pelo capital. Para o autor, tais movimentos “colocaram em evidência o fato de que ‘tudo é (tornou-se) político’, desde a relação entre homens e mulheres até a organização do espaço-tempo social e que, conseqüentemente, é preciso ampliar a luta anticapitalista” (p. 153). Dessa forma, além de colocar novas questões em pauta, também foram transformadas as formas de reivindicação com relação à esfera da produção.

Embora constituam uma grande diversidade de iniciativas, os novos movimentos sociais possuem algumas características em comum, para além da contraposição a organizações tradicionais de representação política. Dentre elas, podemos destacar: a “ação crítica e contestatória” com relação ao processo de apropriação social pelo sistema capitalista, a “desconfiança comum para com o Estado”, uma “vontade pragmática de reapropriação imediata” das práticas sociais e

a proposta de uma “nova cultura política” (Bihl, 2010, p. 152), pautada em novos valores como a autogestão e ampliação dos canais de participação popular.

Entretanto, apesar de alguns pontos em comum, os novos movimentos sociais possuem uma estrutura diferenciada dos movimentos tradicionais e historicamente não conseguiram se articular para potencializar suas ações. A falta de articulação com o movimento operário, por exemplo, e o consequente desligamento das questões relativas à esfera da produção, trouxe importantes limitações para sua atuação. De acordo com Bihl (2010), suas limitações são a fragilidade política e o particularismo, ou seja, a redução a questões específicas que não contestam a ordem capitalista em seu núcleo, bem como as condições de reprodução do capital. Portanto, Bihl (2010) ressalta a importância da articulação entre os principais objetivos desses movimentos com a finalidade de complementação de suas práticas e superação de suas fragilidades:

A superação de seu particularismo, entretanto, só era possível se identificassem sua questão em jogo comum: a reapropriação de condições sociais de existência alienadas pela submissão às exigências da reprodução do capital, a construção de uma sociedade liberta da dominação capitalista. O que supunha de novo que se estabelecesse uma ligação orgânica entre “os novos movimentos sociais” e a luta de classe do proletariado (Bihl, 2010, p. 155).

A perspectiva política colocada pelos novos movimentos sociais é a “luta pela eliminação da alienação cotidiana” (Kärner, 1987p. 32), ou seja, a proposta implícita na organização desses movimentos é trazer para o plano presente a possibilidade de transformação social (Bihl, 2010), desvinculando-se da ideia de revolução no sentido de uma utopia distante, buscando construir pequenas revoluções no cotidiano:

Os novos movimentos sociais ganham força e significação contra as formas de alienação e despersonalização crescentes, sob as condições sociais do mundo contemporâneo. Sua relevância e possibilidade histórica estão baseadas no fato de que, mesmo quando sob condições sociais difíceis, podem contribuir com uma “mudança de valores” para a sociedade. A “revolução do cotidiano” capacita uma parte essencial da sociedade para lutar abertamente e de forma decidida, mas – apoiada pelo processo inicial da auto-realização – *também de modo realista*, pela superação das condições político-econômicas causadoras da alienação (Kärner, 1987, p. 33/34, grifos do autor).

Para Kärner (1978), a questão da alienação seria central para compreender os fatores que proporcionaram o surgimento dos novos movimentos sociais.

Considerando que o processo de alienação compreende a perda de controle do homem sobre o produto do seu trabalho e as relações que estabelece com os outros homens e a natureza, o autor ressalta que a dimensão econômica não é o fator determinante para a superação da alienação. Portanto, também não se caracteriza como única causa das reações coletivas que deram origem ao surgimento dos novos movimentos sociais:

Os movimentos sociais, tanto nos países industrializados como naqueles em desenvolvimento, não surgem fundamentalmente de causas econômicas. Assim como a necessidade econômica absoluta dos países em desenvolvimento não origina movimentos sociais, tampouco as formas de exploração (com possibilidades suficientes de reprodução) nos países industrializados provocam conflitos que assumem o caráter de movimentos sociais. Muitas pesquisas já demonstraram que a miséria absoluta, ou seja, a pauperização dos países subdesenvolvidos, conduz antes à apatia e ao individualismo; que as formas de exploração dos países industrializados produzem lutas para conquistar aumentos salariais, mas não movimentos sociais, e de nenhum modo movimentos que pretendam a mudança do sistema (Kärner, 1978, p. 23).

A alienação estaria também relacionada a um processo característico do modelo de organização da produção no sistema capitalista, que coisifica o homem e subjetiva as coisas, as organizações e instituições, visto que estas se tornam um fim em si mesmo, perdendo sua dimensão de construção humana. Nesse processo de reificação/coisificação, perde-se a possibilidade de atuação dos indivíduos, inviabilizando também a organização necessária para ações coletivas. Essa crítica levantou a possibilidade de:

...ampliar as perspectivas para além das análises da inserção dos sujeitos no sistema de produção, buscando seu potencial de transformação a partir de sua inserção na esfera da reprodução social. Assim, se a questão urbana (de moradia, consumo, educacional, de gênero, étnica e outras) permitia analisar a dupla inserção nas esferas da produção e da reprodução, examinado-se as interfaces entre trabalho produtivo e improdutivo, entre mercado e cotidianidade, entre outras, o seu alto grau de generalidade não abordava as especificidades dos sujeitos, que acabavam reduzidos ou enquadrados num modelo paradigmático único e hegemônico nos diálogos intelectuais (Scherer-Warren, 2004, p. 14, grifo nosso).

Outro caráter dos novos movimentos sociais foi a construção de modelos mais flexíveis e acessíveis aos sujeitos comuns, superando a perspectiva citada por Scheren-Warren (2004), em que o debate sobre a transformação das relações de produção e reprodução social se concentrava nas mãos de intelectuais. Ao refletir

sobre as conexões possíveis entre o pensamento teórico, os movimentos sociais de cunho ideológico e a prática cotidiana dos movimentos sociais propriamente ditos, Scheren-Warren (1987) afirma que estes últimos constituem a possibilidade de encontro entre os projetos políticos elaborados no plano teórico e a aplicação em realidades concretas. A autora enfatiza que, os movimentos sociais propriamente ditos possuem um caráter de atuação local, voltada para a satisfação de necessidades cotidianas e imediatas. Nas palavras da autora:

O pensamento teórico e os movimentos culturais também expressam, ou se reclinam criticamente sobre as situações estruturais e conjunturais, mas se orientam para generalizações, enquanto os movimentos sociais propriamente ditos voltam-se normalmente a problemas particulares imediatos e localizados que afligem diretamente seus participantes. O problema social que o grupo enfrenta é o material concreto sobre o qual o movimento trabalha. Todavia, o caráter do movimento, a forma de sua atuação, poderá incorporar em muito os movimentos culturais mais abrangentes (p. 38).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, esses movimentos sociais se diferenciam em virtude das características que o determinam, ou seja, que mobilizam a articulação de pessoas para sua criação. Entretanto, simultaneamente são complementares, pois é a articulação entre eles é que possibilita a atuação concreta de cada um. Como aponta Scheren-Warren (1987), essas divergências são superadas na prática cotidiana, instância onde se mostram complementares, onde buscam construir articulações, apesar dos conflitos inerentes às organizações democráticas.

Kärner (1987), menciona o caráter informal inerente aos movimentos sociais locais, mas indica também que estes podem desenvolver uma institucionalização com vistas a fortalecer suas possibilidades de ação:

Os movimentos sociais não têm, necessariamente, a mesma estrutura organizativa de um partido, ou seja, não reconhecem militância formal nem capacidade hierarquizada de decisão. Podem, no entanto, no curso de seu fortalecimento, desenvolver uma institucionalização mínima e delegar a tomada de decisões a um comitê, sem que cheguem, por isso, a ter uma instituição formal (Kärner, 1987, p. 24).

A reflexão sobre o fortalecimento dos movimentos sociais propriamente ditos implica o debate sobre as possibilidades de mobilização e fundamentação de

projetos comuns, ou seja, a superação da contradição entre teoria e prática explicitada por Scheren-Warren (1987).

A articulação entre a construção teórica, os movimentos ideológicos ou culturais e os movimentos sociais propriamente ditos, é questão central para essa pesquisa. Central por apresentar uma possibilidade de compreensão sobre as relações estabelecidas entre a Flaskô, uma fábrica ocupada pelos trabalhadores, que constitui um movimento social de ordem mais ideológica, com abrangência internacional, e o movimento dos moradores da Vila Operária e Popular, que se caracteriza por um movimento localizado, organizado para atender as necessidades imediatas de moradia, de uma população específica.

Considerando os aspectos apresentados até aqui, a presente pesquisa surgiu de uma indagação: até que ponto é possível a articulação entre movimentos sociais que partem de concepções, necessidades e objetivos diferentes? Para tentar responder essa questão, traremos alguns elementos fundamentais para compreender as formas como esses dois movimentos se organizam, quais as questões que deflagraram sua criação e suas principais reivindicações.

1.1 O Trabalho e as contradições do capitalismo

Para compreender a dinâmica das relações estabelecidas entre os movimentos sociais acima citados, é necessário contextualizar as dificuldades, vividas por seus atores e as questões que mobilizam as formas de contestação da ordem dominante que eles constroem. Como já dito, os movimentos sociais tradicionais tinham como foco a questão do trabalho e o processo produtivo. As transformações nas demandas dos movimentos sociais acrescentaram outras questões importantes, como o debate sobre gênero, meio ambiente, juventude, diferenças étnico raciais, etc. Todavia, parte-se do pressuposto de que o capitalismo caracteriza-se, essencialmente, pela contradição entre capital e trabalho e que, as desigualdades denunciadas pelos novos movimentos sociais, são decorrentes das contradições inerentes a esse modelo de produção. Dessa forma, as ações articuladas para o enfrentamento contra as formas de opressão no capitalismo, além

da incorporação de novas demandas, necessita também atualizar as reflexões sobre as contradições do processo produtivo.

Dessa forma, compreender a dinâmica da fábrica ocupada Flaskô, implica a discussão sobre as principais características do trabalho no contexto atual, bem como os principais desafios vividos pela classe trabalhadora. Faz-se necessário, portanto, apontar também algumas novas propostas de organização do trabalho, ou o que Santos (2002), define como formas alternativas de produção, pois estes são alguns dos princípios norteadores do movimento social por trabalho aqui explorado.

Ao introduzir a questão do trabalho, pretende-se abordar a forma como essa dimensão da vida humana afeta as demais, bem como seu caráter fundamental para configurar as relações que se estabelecem especificamente entre a “classe-que-vive-do-trabalho” (Antunes, 2004). Como afirma Castel (2003), o trabalho tem relevância fundamental tanto econômica quanto social, pois não se caracteriza apenas enquanto atividade produtiva, mas para além das relações técnicas de produção, como instância de “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (p. 24). Portanto, serão apresentados argumentos de autores que afirmam a condição estruturante do trabalho tanto para os indivíduos quanto para a sociedade e, principalmente, a relação entre a divisão hierárquica do trabalho e sua importância para a manutenção da atual conjuntura social e econômica.

1.1.1 Trabalho no contexto capitalista

De acordo com Lessa (1994), o debate sobre a importância do trabalho para a manutenção do sistema capitalista ou mesmo para as formas de resistência a este sistema é contemporâneo ao surgimento da própria sociologia, que conserva no trabalho sua categoria essencial de análise. Entretanto, o debate contemporâneo traz novas perspectivas em relação ao trabalho, questionando sua importância histórica e anunciando seu fim. Dessa forma, os sociólogos dividem-se entre aqueles que mantêm a posição de salientar a influência histórica que o trabalho ainda exerce sobre a estrutura social capitalista e os que consideram a categoria trabalho ultrapassada, principalmente devido aos progressos de informatização e robotização industrial. O debate atual sobre a centralidade do trabalho traz também

o questionamento de sua relevância e seus reflexos na constituição da identidade dos trabalhadores no atual contexto sócio histórico.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a perspectiva do fim do trabalho foi anunciada por importantes autores como Offe (1994), Rifkin (1995) e Gorz (1987), o que gerou um intenso debate. Este último autor, aponta que o trabalho não teria mais lugar nas organizações modernas, pois o trabalho heterodeterminado, ou seja, imposto ao trabalhador sem sua participação nos processos de decisão sobre a organização desse trabalho, será sempre penoso. Para ele, apenas enquanto atividade autônoma, o “trabalho” poderia promover a socialização humana, sendo fonte de integração social e não de integração funcional (no sentido de ser um tipo de integração que visa apenas a adaptar o trabalhador às atividades produtivas). Portanto, o fim do trabalho é apontado por Gorz (1987) como uma perspectiva emancipadora, que possibilitaria mais tempo livre ao trabalhador, que poderia dedicar menos tempo à atividade produtiva em virtude dos avanços tecnológicos.

Nessa mesma linha, Offe (1994) afirma que o abrangente poder de determinação dos conflitos relacionados ao trabalho se tornou questionável, visto que esse tema não é mais tratado como princípio organizador das estruturas e da dinâmica do desenvolvimento social.

É importante ressaltar que, as teorias sobre o fim do trabalho são originárias da Europa, e referem-se às questões identificadas especificamente naquele continente. No entanto, 65% da força de trabalho do mundo concentra-se nos países periféricos. Por isto, afirmações sobre o fim do trabalho e/ou do emprego foram alvo de muitas críticas, sendo que uma das principais aponta para o fato de esses autores adotarem uma perspectiva eurocêntrica, o que demonstra que a perspectiva do fim do trabalho refere-se à análise de uma situação que não pode ser generalizada.

Já para a perspectiva que sempre afirmou a importância e centralidade do trabalho, seu fim seria uma ameaça à classe trabalhadora, que não poderia mais se afirmar enquanto classe sem sua característica central - o trabalho (Antunes, 1995).

Mas, apesar de afirmar a centralidade do trabalho, os principais expoentes dessa perspectiva reconhecem que suas novas configurações, que incluem a precarização, a terceirização e principalmente as novas tecnologias de gestão - como o toyotismo² - transformaram as relações de trabalho, assim como transformam a própria classe trabalhadora.

Para Boltanski e Chiapello (2009), o capitalismo é essencialmente caracterizado pelo trabalho assalariado, e o assalariamento é a estrutura de referência para a definição de uma sociedade como capitalista:

Consideramos o trabalho assalariado independente das formas jurídicas contratuais que ele pode assumir: o que importa é que uma parte da população que não possui capital, ou o possui em pequena quantidade, para a qual o sistema não é naturalmente orientado, extrai rendimentos da venda de sua força de trabalho (e não da venda dos produtos de seu trabalho), pois não dispõe de meios de produção e, para trabalhar, depende das decisões daqueles que os possuem (pois, em virtude do direito de propriedade, estes últimos podem recusar-lhe o uso de tais meios); enfim, que essa parcela lhes cede, no âmbito da relação salarial e em troca de remuneração, todo o direito de propriedade sobre o resultado de seu esforço, estando certo de que ele reverte totalmente para os donos do capital (p.37).

Portanto, a contradição capital/trabalho continua sendo o fator estrutural do sistema capitalista, e conseqüentemente a questão central para os enfrentamentos contra essa forma de organizar a sociedade.

Antunes (1995) coloca que o trabalho, em qualquer forma que possa assumir, ainda conserva sua centralidade na constituição da subjetividade dos indivíduos, mesmo que essa influência seja negativa no sentido de “submeter o trabalhador às demandas do capital” (Marx, 1868/2000). O autor enfatiza ainda que, no contexto atual, caracterizado pelo desemprego estrutural, a submissão às

² Modelo de organização da produção, originado no Japão, mas amplamente disseminado no ocidente após a 2ª Guerra Mundial. O toyotismo é apontado como substituto do taylorismo-fordismo e precursor das chamadas organizações “flexíveis”. Nesse modelo, a produção é conduzida pela demanda e o trabalho é organizado no sentido de buscar o melhor aproveitamento do tempo. A força de trabalho é “flexibilizada”, de forma que os trabalhadores se tornam multifuncionais, ou seja, deixam de se especializar em uma única função, podendo exercer diversas tarefas (Bernardo, 2009).

demandas do capital é ainda mais perversa, pois a subjetividade dos trabalhadores é transformada em objeto, uma vez que as fetichizações e reificações impedem a autodeterminação da sua personalidade e suas multiplicidades. Dessa forma, mesmo o seu tempo livre é estruturado pelo capital, por meio das demandas de consumo e de formação para o mercado de trabalho, e a vida cotidiana é transformada em um espaço de disputa entre alienação e desalienação.

A reafirmação da centralidade no trabalho implica o enfrentamento da subordinação estrutural do trabalho ao capital trazendo a perspectiva de que, apesar de termos, aparentemente, um novo contexto social e produtivo, o modelo de produção capitalista ainda pode ser analisado a partir de sua contradição estrutural entre capital e trabalho. As tentativas de negar a centralidade da questão, portanto, teriam o objetivo de afastar a perspectiva do trabalho como antagonista do capital, negando as possibilidades da classe trabalhadora enquanto força social capaz de romper com os mecanismos de manutenção do sistema capitalista (Antunes, 1995). Mas, tendo em vista as características que vêm marcando o mundo do trabalho nesse início do século XXI, mesmo os autores citados já não defendem a ideia do fim de trabalho.

Sendo assim, pode-se dizer que o trabalho, em suas diversas configurações (trabalho concreto ou trabalho abstrato) ainda conserva sua centralidade no processo de transformação de identidade dos indivíduos. Quando essa influência é negativa, no sentido de submeter o trabalho à lógica do “mercado”, Antunes (2004) fala em “trabalho estranhado”. O autor enfatiza, ainda, que o trabalho concreto configura-se como plataforma de emancipação humana, ou seja, a “base material sobre a qual as demais esferas da atividade humana podem se desenvolver” (p.84). O autor aponta algumas mutações sofridas na classe trabalhadora, visto que não há mais um conjunto de trabalhadores estáveis com vínculos trabalhistas formais. Contudo reafirma que a classe trabalhadora não está em vias de desaparecimento e, sim, em transformação e, a partir desse pressuposto, estabelece reflexões acerca de suas conformações atuais.

Ao estabelecer a discussão sobre as transformações dessa categoria na atualidade, Antunes (1999) utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” como correspondente à classe trabalhadora de Marx e acrescenta que, em sua conformação contemporânea, ela não se restringe aos trabalhadores manuais,

incorporando também trabalhadores que produzem mais-valia de forma indireta no setor de serviços públicos ou privados:

A **classe-que-vive-do-trabalho**, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo com núcleo central os trabalhadores produtivos [...] Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (p. 102). (grifo do autor)

Antunes caracteriza a nova formação da classe trabalhadora como fragmentada e heterogênea, apesar das falsas possibilidades de “integração” mundial na era da globalização. Portanto, a noção de trabalho foi transformada, adquirindo conformações relativas aos imperativos neoliberais, ampliando-se em virtude de um contexto de mudanças e crises estruturais no sistema capitalista (Mészáros, 2002). Conclui-se, portanto, que não há uma clara demarcação do fim desse modelo de organização social, pautado no trabalho e sustentado pela divisão entre os que trabalham e os que exploram o trabalho alheio. É possível dizer que, são as transformações dos mecanismos de controle da classe trabalhadora que caracterizam a contemporaneidade.

O que se observa é que, com a globalização e o neoliberalismo, a classe trabalhadora está assumindo formas diversas, o que não se configura como uma desaparecimento dessa estrutura, mas como a dissolução dessa classe enquanto organização política homogênea.

1.1.2 A exploração da subjetividade no contexto de trabalho

Além das profundas transformações observadas na configuração da classe trabalhadora, enquanto organização política, podemos destacar também, a nova perspectiva individualizante das relações de trabalho como fonte de sofrimento e adoecimento (físico e psicológico) para os trabalhadores.

As novas técnicas de gestão associadas ao toyotismo, determinam uma maior responsabilização do trabalhador sobre os processos de produção, exigindo que ele participe de decisões que antes estavam reservadas à gerência, como o planejamento de melhorias para aumentar a produtividade. Observa-se que essas

novas técnicas de gestão apropriaram-se de algumas demandas do movimento operário, como maior autonomia e participação nos processos de trabalho, deturpando-os de acordo com os interesses do capital (Bernardo, 2009). Entretanto, como aponta Linhart (2000), essas transformações da gestão empresarial não ocorreram de acordo com as reivindicações coletivas do movimento operário, e, portanto, não podem ser consideradas como um avanço para a classe trabalhadora.

Linhart (2000), afirma que o indivíduo torna-se o centro dos dispositivos de gestão na empresa contemporânea, que busca transformar os trabalhadores, impregnados de valores contestatórios ao modelo taylorista, em assalariados mobilizados a serviço da empresa, capazes de se identificar com ela. Dessa forma, o indivíduo isolado torna-se o ator central dessa nova estruturação, diferente da era taylorista, na qual as negociações eram realizadas coletivamente, ou seja, por categorias.

Com a incorporação da perspectiva toyotista, as empresas modernas, além de explorar a capacidade física do trabalhador, passam a criar estratégias para capturar também sua subjetividade (Linhart, 2000), exigindo cada vez mais seu envolvimento nos processo de trabalho e, contraditoriamente diminuindo suas possibilidades de questionamento sobre a estrutura produtiva. A empresa moderna é incoerente, pois o discurso de liberdade e flexibilização opõe-se à lógica de responsabilização do indivíduo, que, na prática cotidiana, não possuem autonomia para determinar como fará seu trabalho. O trabalhador é, portanto, colocado em isolamento para enfrentar um processo de trabalho ao qual foram incorporados novos mecanismos de controle que implicam na fragmentação da classe trabalhadora, de forma que as contradições do capitalismo globalizado, atualmente, não são vividas por um coletivo ou uma classe, mas por um indivíduo isolado, que acredita que suas dificuldades são individuais e não fruto das contradições de um modo perverso de organização do trabalho. A autora afirma, portanto, que a fragmentação da classe trabalhadora é um fator que contribui para transformar o trabalho em objeto de sofrimento, especialmente considerando a ameaça permanente de desemprego.

As contradições presentes nas novas formas de organização do trabalho, fortemente influenciadas pela perspectiva do modelo japonês, foram apontadas também por Bernardo (2009) em seu estudo sobre o discurso empresarial de

flexibilidade e a vivência de sofrimento dos trabalhadores de duas montadoras toyotizadas. A partir de uma análise das contradições do discurso empresarial, a autora questiona a ideia de flexibilidade apresentada como uma nova forma de organização do trabalho, que se diferenciaria do modelo precedente, o taylorismo. Para ela, o discurso que destaca supostas relações de trabalho mais “humanizadas”, na verdade, serve para legitimar formas de exploração do trabalho ainda mais perversas.

O discurso de gestão empresarial atual, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009) está vinculado ao “terceiro espírito do capitalismo”³. O espírito do capitalismo seria a “ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (p. 39), que leva as pessoas a terem uma posição favorável à acumulação do capital, contribuindo para a reprodução da ordem social, ainda que essa dinâmica tenha efeitos destrutivos sobre sua vivência cotidiana:

Se o capitalismo não só sobreviveu – contrariando os prognósticos que regularmente anunciaram sua derrocada –, como também não parou de ampliar seu império, foi porque pôde apoiar-se em certo número de representações – capazes de guiar a ação – e de justificações compartilhadas, que o representam como ordem aceitável e desejável, a única possível, ou a melhor das ordens possíveis. Essas justificações devem basear-se em argumentos suficientemente robustos para serem aceitos como pacíficos por um número bastante grande de pessoas, de tal modo que seja possível conter ou superar o desespero ou o niilismo que a ordem capitalista também não para de inspirar, não só aos que por ela são oprimidos, mas também, às vezes, aos que têm a incumbência de mantê-la e de transmitir seus valores por meio da educação (p. 41/42).

O terceiro espírito do capitalismo seria, portanto, a incorporação dos valores “éticos” atuais, como a idealização de novas práticas tecnológicas e o capitalismo globalizado.

³ De acordo com Boltanski e Chiapello (2009), o primeiro espírito do capitalismo é caracterizado pela centralização na “figura do burguês empreendedor e na descrição dos valores da burguesia” (p. 49). Em uma segunda fase, o espírito do capitalismo é caracterizado pela organização, “pela grande empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo” (p. 50). Já o terceiro espírito corresponde ao capitalismo globalizado.

As novas práticas tecnológicas compreendem também as novas formas de “gestão de pessoas”, que são implementadas nas empresas, mas atingem o trabalhador também em sua vida cotidiana. Por meio da análise de alguns aspectos marcantes do discurso de gestão empresarial, como os conceitos de competência, participação, autonomia e trabalho em equipe, Bernardo (2009) apresenta elementos que evidenciam como essa nova proposta de gestão é contraditória. Por meio dos relatos das vivências dos trabalhadores do chão de fábrica, das duas empresas nas quais realizou sua pesquisa, foi possível identificar que, na medida em que aumenta a suposta flexibilidade, aumentam também os dispositivos de controle sobre o trabalhador.

Entretanto, Bernardo (2009) aponta que esses trabalhadores não estão completamente submetidos ao discurso hegemônico, pois identifica diversas práticas cotidianas de resistência, individual ou coletiva, que desafiam a eficácia do discurso gerencial dessa nova tendência de gestão.

Dessa forma, apresentaremos algumas alternativas de organização do trabalho e da produção, formuladas por alguns movimentos sociais que partem do pressuposto de que, a transformação dessas relações, na esfera do cotidiano, pode ter consequências sobre a estrutura macrossocial.

1.1.3 Formas alternativas de produção

Após discutir algumas questões que caracterizam a organização do trabalho no contexto atual, como a importância do trabalho na constituição da subjetividade dos trabalhadores, a fragilização da classe trabalhadora e o sofrimento proporcionado pelas novas técnicas de gestão empresarial, pretende-se apontar algumas alternativas de contraposição ao modelo hegemônico de trabalho inerente ao capitalismo.

O termo “alternativa”, como aponta Santos (2002), deixa explícito que há um modelo dominante ao qual se pretende fazer oposição. Entretanto, optou-se por manter a denominação “alternativa de produção”, com o propósito de indicar que, apesar de inicialmente não exercerem força suficiente para transformar a estrutura

capitalista, ainda assim, essas iniciativas caracterizam-se enquanto propostas de transformação das relações sociais.

A necessidade de superação do capitalismo emerge da constatação dos efeitos perversos – econômicos, sociais e culturais – decorrentes do modo de produzir e se relacionar inerentes a este sistema. Santos (2002) inicia o debate sobre as possibilidades de superação do capitalismo com a sistematização das suas principais características negativas, como a desigualdade de distribuição de recursos e poder, a subordinação do trabalho ao capital, a subordinação de uma classe à outra e a desigualdade étnica e de gênero. Para o autor, as formas de socialização estabelecidas a partir desse modelo econômico também são extremamente empobrecidas, pois as relações de concorrência prevalecem sobre as cooperativas e afetivas. Além dos problemas sociais apontados, há ainda a questão ambiental, pois a máxima exploração dos recursos naturais não prevê uma avaliação sobre os possíveis riscos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.

Com as dificuldades proporcionadas pelo modo de produção capitalista, ancorado na exploração indiscriminada do trabalhador e da completa submissão do trabalho ao capital, as formas alternativas de produção, configuram-se como uma possibilidade de resistência para grande parte da população, que se encontra à margem, ou como define Castel (2003) desfiliaados, visto que, sem perspectiva de acesso ao trabalho formal, perderam também o vínculo com as redes de proteção social.

A condição de desfiliação traz a possibilidade de que essas formas de resistência possam se tornar uma alternativa viável para a própria sobrevivência daqueles que estão marginalizados e impossibilitados de acessar o trabalho ou mesmo as garantias mínimas de proteção social, já que estas muitas vezes também estão associadas ao trabalho. Desta forma, considera-se que o trabalho ainda se mantém enquanto questão central, enquanto eixo das sociedades ocidentais contemporâneas e, portanto, as possibilidades de resistência ao sistema capitalista estão atreladas à consolidação de formas alternativas de produção e novas configurações das relações de trabalho (Santos, 2002).

Assim, surgem possibilidades de emancipação de comunidades por meio da participação democrática em organizações de produção alternativas, como as

empresas autogestionárias, cooperativas, associações ou mesmo outras formas alternativas de organização da produção, especialmente em comunidades que têm o acesso ao mercado de trabalho formal dificultado (tanto pela questão da falta de escolaridade, como pela distância e acesso ao transporte coletivo e até mesmo pela discriminação). As experiências de transformação nas relações de trabalho são relatadas por autores como Santos (2002), que descrevem organizações economicamente alternativas como iniciativas ancoradas na proposta de transformação da condição social dos seus atores e da comunidade em que se inserem.

Para o autor, essas experiências são alternativas positivas, viáveis econômica e socialmente, pois além de viabilizarem o desenvolvimento econômico de sujeitos marginalizados pelo modo de produção capitalista, também se empenham em preservar outros princípios, como valores culturais, políticos, sociais e ambientais. A preocupação em não submeter esses valores ao valor econômico é uma marca das formas alternativas de produção.

No Brasil, algumas formas de resistência ao sistema econômico dominante, podem ser representadas pelos chamados empreendimentos econômicos solidários, que compõem uma forma alternativa de economia, a Economia Solidária. Esses empreendimentos organizam-se de acordo com as necessidades locais e se configuram como cooperativas de produção, distribuição ou consumo; associações de moradores, artesãos, assentados, etc. A proposta dos empreendimentos da Economia Solidária não é apenas transformar as formas características econômicas dessas unidades produtivas, mas também modificar as relações de trabalho, que, de acordo com os princípios cooperativistas, por exemplo, não estão ancorados na exploração, na questão do benefício individual, mas na busca do desenvolvimento coletivo (Coutinho & Magro, 2008). As transformações nas relações de trabalho nos empreendimentos econômicos solidários, como o estabelecimento de uma forma de organização democrática e participativa, é condição fundamental para a continuidade dessas organizações, uma vez que o envolvimento nos processos de decisão coletiva é conflituoso, entretanto é o aspecto que define essas iniciativas como alternativas ao modo de produção capitalista.

De acordo com Singer (2002), a Economia Solidária, surge no Brasil na década de 1980, por meio de um movimento de trabalhadores diretamente atingidos

pela pobreza e pelo desemprego provocado pela grande crise de 1981/83, ou seja, a Economia Solidária surge em resposta às consequências negativas do sistema capitalista para os trabalhadores.

No Brasil, o formato predominante na Economia Solidária é a Cooperativa que, geralmente, é constituída de acordo com as necessidades de seus sócio cooperados, podendo configurar-se como cooperativa de produção, cooperativa de consumo ou cooperativa de crédito (Farias, 2008).

O cooperativismo surgiu na Inglaterra, no início do capitalismo industrial e, já em 1826, consolidou-se como reação de trabalhadores que haviam sido expulsos do campo e que, na condição de trabalhadores industriais, se encontravam em situação de extrema pobreza (Santos, 2002). As cooperativas representavam uma alternativa para eles recuperarem autonomia financeira por meio dos princípios de igualdade e democracia, que eram os valores básicos do movimento operário da época (Singer, 2002). São exemplos clássicos as cooperativas de consumo de Rochdale – 1844 e as primeiras comunidades cooperativas fundadas também na Inglaterra por Robert Owen. Estas experiências foram influenciadas pelas teorias do associativismo da época, que, como teoria social, defendia princípios de cooperação e mutualidade, além de levantar a crítica ao Estado centralizado. Como teoria econômica, inspirava-se em princípios como a autonomia, a democracia participativa e a solidariedade (Santos 2002).

Entretanto, atualmente as cooperativas não são mais caracterizadas por iniciativas que, necessariamente, buscam manter esses princípios. Esteves (2004), aponta que o surgimento do cooperativismo no Brasil, se deu como uma resposta dos trabalhadores aos altos índices de desemprego, porém trouxe também efeitos perversos em seu bojo. A deturpação dos princípios cooperativistas reflete-se nas falsas cooperativas, que foram (e ainda continuam sendo) utilizadas como meio de intensificação da precarização das relações de trabalho. As chamadas “coopergatos” passaram a concorrer com empresas de terceirização de mão-de-obra, sublocando seus cooperados por valores muito inferiores aos que seriam pagos em contratos de trabalho via Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Nas palavras do autor:

Nestas cooperativas, também designadas “*coopergatos*”, os cooperados que são alocados como trabalhadores nas empresas contratantes, são eles próprios os produtos que a cooperativa aluga (comercializa), recebendo pela intermediação

destes produtos (trabalhadores) uma determinada taxa de administração pré-fixada, embutida no valor total da locação (remuneração do trabalhador) (Esteves, 2004, p 6-7, grifo do autor).

Ao colocar a problemática do cooperativismo no Brasil, Esteves (2004) afirma que esse movimento foi reinventado, após a Constituição de 1988 que garantiu a livre associação entre trabalhadores autônomos, que era restrita pela Lei de Cooperativas⁴. Essa abertura proporcionou o surgimento de experiências diversificadas, como cooperativas urbanas, formadas por moradores de periferias, que dispunham de poucos, ou nem um recurso para sobreviver, além de sua força de trabalho. De acordo com tais características, essas novas cooperativas foram denominadas “cooperativas populares”, que se consolidaram em setores específicos, como a comercialização de materiais recicláveis, comercialização de produtos manufaturados (produção artesanal, predominantemente doméstica) e cooperativas de serviços gerais.

O surgimento do cooperativismo industrial no Brasil, já na década de 1990, ocorrem a partir do processo de falência de várias indústrias que, após passarem por um período de abandono pelo proprietário, foram assumidas pelos trabalhadores sob a forma de cooperativas ou empresas autogeridas.

É importante ressaltar que muitas empresas falidas no Brasil, retomadas enquanto cooperativas, não mantiveram aos princípios fundamentais do cooperativismo ao separarem capital e trabalho, empregarem trabalho assalariado, hierarquizarem as relações e inviabilizarem a democracia participativa.

Como exemplo de organizações que propõem construir formas alternativas de produzir, podemos citar também os empreendimentos autogestionários. Este segmento está, diretamente, ligado às cooperativas, mas possui uma representação própria. Em 1994, trabalhadores das empresas autogeridas criaram a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG. Logo após sua criação, a ANTEAG já “acompanhava cerca de trinta e seis

⁴ Lei n.º 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.

empresas autogestionárias, recebia uma média mensal de dez projetos para estudo de viabilidade e os estabelecimentos a ela associados propiciavam, aproximadamente quatro mil empregos diretos e dezoito mil empregos indiretos” (Vieitz, 1997 p. 09).

Vieitz (1997) coloca que as empresas autogeridas são distintas das empresas convencionais de acordo com alguns critérios. Em primeiro lugar, nas organizações autogestionárias produtivas, a maximização do lucro não é o motor do empreendimento, de forma que o lucro deve servir às pessoas e à coletividade de trabalhadores. Outras características das organizações autogestionárias são: garantir a autonomia de gestão, realização de processos de decisão democráticos e a garantia da primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital.

Apesar do desenvolvimento apresentado pelo setor autogestionário, são diversas as dificuldades dessa forma de organização, principalmente devido à falta de cultura autogestionária, pois os trabalhadores, de maneira geral, nasceram sob o paradigma do trabalho assalariado e da divisão social do trabalho (Andrada, 2006). De fato, os trabalhadores nem sempre têm claro a questão conceitual da autogestão e, na maioria dos casos, a motivação é pragmática. Assim, os trabalhadores, muitas vezes, têm facilidade de ação no processo produtivo, mas lhes falta preparo político para conduzir e, mesmo, participar dos processos de decisão democrática que, entre outros fatores, caracterizam a organização autogestionária (Vieitz, 1997).

Como sistematizado por Vieitz (1997), a fim de desenvolver metodologias de apoio às empresas autogeridas, a ANTEAG identificou as principais dificuldades enfrentadas por este segmento:

- Dificuldade de manter a empresa em funcionamento, pois na maioria dos casos, estas são constituídas a partir de uma massa falida capitalista, que muitas vezes passou por um processo de abandono temporário e a gestão dos trabalhadores enfrenta dificuldades financeiras devido à insuficiência de capital.
- Falta de preparo acadêmico e profissional dos trabalhadores, característica fundamental para o desenvolvimento das organizações autogestionárias, visto que a democracia participativa exige que os trabalhadores possam compreender todo o processo organizativo da empresa e mesmo interferir nele.

- Falta de experiência administrativa, especialmente em administração de cunho autogestionário. Se, nas empresas convencionais apenas os trabalhadores da área administrativa possuem conhecimentos sobre técnicas administrativas, na empresa autogestionária essa questão deve perpassar todos os trabalhadores, de forma que seja compartilhado o conhecimento das técnicas específicas da administração autogestionária.

- Por fim, a falta de tecnologias sociais, que não compreendem apenas tecnologias adequadas às condições, muitas vezes precária, das empresas autogestionárias, mas que contemplam uma forma diferente de se relacionar com o trabalho, com a produção, com as pessoas e com o ambiente, enfim, tecnologias para formas de produção alheias aos princípios capitalistas.

De forma geral, as alternativas de produção apresentam diversas limitações, mas a discussão sobre essas iniciativas se coloca como fundamental para o questionamento dos parâmetros socioeconômicos predominantes no capitalismo. Portanto, é necessário questionar qual o potencial transformador desses movimentos (Novaes, 2005), se são orientados por um objetivo maior ou apenas continuam tentando superar situações específicas, como manter postos de trabalho.

O desenvolvimento de alternativas de produção não depende apenas de fatores econômicos, mas é resultado da transformação gerada pela integração entre processos culturais, sociais e políticos (Santos, 2002; Farias, 2008). Transformar o modo de organizar o trabalho não depende apenas de uma transformação interna à unidade de produção, mas de transformações generalizadas que compreendam todo o complexo de produção, distribuição, circulação e consumo.

Com essa breve apresentação das potencialidades e dificuldades das iniciativas que foram classificadas como formas alternativas de produção, podemos então, situar a fábrica que caracteriza o objeto de análise dessa pesquisa.

1.1.4 A Flaskô e o Movimento de Fábricas Ocupadas

Neste estudo, consideraremos a Fábrica Ocupada Flaskô também enquanto uma forma alternativa de produção. Utilizaremos essa definição em virtude de algumas características dessa fábrica, que organiza sua produção de maneira

diferenciada, priorizando a participação dos trabalhadores nos processos de decisão. Outra característica importante, é que a fábrica foi estabelecida a partir da proposta da propriedade coletiva dos meios de produção, uma vez que, sob o controle dos trabalhadores, passa a ser reivindicada como de utilidade pública, no sentido de que o espaço e demais recursos devam ser utilizados em benefício dos trabalhadores e da população do entorno.

As fábricas ocupadas, ou fábricas recuperadas, surgem, na América Latina e no Brasil, como um movimento defensivo da classe trabalhadora, que se concretizam enquanto práticas pautadas em novas relações de trabalho para produção dos meios de vida, além de representar uma resistência coletiva e política contra o sistema capitalista:

Mais precisamente, trata-se de um novo fenômeno social ou um novo método desenvolvido pelas classes trabalhadoras argentina, brasileira, uruguaia etc. que é o resultado de uma mistura de clima social e uma saída para trabalhadores que não encontravam mais na luta sindical tradicional uma saída para sua reprodução social (Novaes, 2005).

Com isso os trabalhadores, além de buscarem o trabalho enquanto meio de sobrevivência, buscam também o “direito ao trabalho”, reivindicando maior participação nos processos de planejamento e organização da produção. De acordo com Farias (2008, p. 126), a ocupação de fábricas era “uma perspectiva nova que apontava para possibilidade real da propriedade coletiva dos meios de produção”, pois se estruturavam a partir dos princípios do cooperativismo e da autogestão. Entretanto, o autor ressalta que, atualmente, as fábricas ocupadas passaram a assimilar princípios capitalistas, pois estão inseridas no mercado diretamente⁵ e, portanto, submetidas à sua lógica.

Conforme o autor:

⁵ No sentido de não haver uma rede de unidades produtivas, uma espécie de intermediário entre as fábricas e o mercado que fortaleça as fábricas ocupadas.

...é preciso reconhecer que embora significativa, a transformação na forma de propriedade dos meios de produção não tem possibilitado, frequentemente, que se avance até a superação da substância da exploração e da opressão de classe que são inerentes às relações sociais de produção capitalistas. [...] Trata-se, enfim, de saber se as experiências em vigência podem constituir **pontos de apoio para movimentos emancipatórios de organização da produção dos meios de vida**. Se superam o trabalho assalariado, se dão forma ao trabalho consciente, livre, prazeroso, se aprofundam ou radicalizam a democracia nos locais de trabalho e na sociedade. (Farias, 2008 p. 128-129, grifo nosso).

Nesta pesquisa buscou-se aproximar-se de uma fábrica ocupada, que apresenta uma proposta alternativa de organização da produção e também das relações de trabalho. Deve-se ressaltar que, de acordo com o próprio posicionamento dos trabalhadores da Flaskô, essa fábrica não se caracteriza como um empreendimento de Economia Solidária, diferenciando-se das empresas autogeridas ou cooperativas acima citadas. A proposta desses trabalhadores não é formar uma cooperativa, mas ocupar e recuperar uma fábrica que, apesar de ter sido abandonada pelos interesses capitalistas, ainda continua em funcionamento a partir da perspectiva de controle operário.

As lideranças da fábrica, de forma geral, apresentam críticas às cooperativas, denunciando essas organizações enquanto formas de intensificação da exploração e da precarização dos contratos de trabalho. Também não se identificam como uma empresa autogerida, pois, apesar da abertura para participação nas instâncias decisórias, a Flaskô é gerida pelo Conselho de Fábrica, composto por alguns trabalhadores eleitos em assembleia, que possuem autonomia para tomar decisões sem ter necessariamente de consultar todos os trabalhadores.

A principal reivindicação dos trabalhadores é que a fábrica seja desapropriada e estatizada, ou seja, retirada do antigo dono e transferida para o poder público. A proposta deles é que a desapropriação deva ser realizada pelo município, por meio da declaração da propriedade como de interesse social ou de utilidade pública.

Para compreender melhor a proposta desses trabalhadores, faremos uma breve contextualização sobre como se deu a ocupação da fábrica e as principais adversidades enfrentadas desde então.

A Flaskô é uma fábrica localizada no município de Sumaré, interior de São Paulo, que produz basicamente “bombonas”, ou seja, grandes embalagens plásticas, que são usadas para armazenar produtos químicos em geral. Essa

empresa, juntamente com outras, dentre elas a Cipla e a Interfibra (localizadas em Joinville - SC) pertenciam a um mesmo grupo de empresas do ramo plástico.

Após desmembrar-se de uma companhia multinacional líder de mercado, o grupo ao qual a Flaskô pertencia iniciou um movimento de abandono e sucateamento das fábricas que ainda permaneceram sob seu controle. Em outubro de 2002, os trabalhadores da Cipla e da Interfibra entraram em greve, pois os salários estavam atrasados havia meses. Além disso, nenhum outro direito trabalhista estava sendo garantido pelos proprietários da empresa⁶. A partir dessa organização e mobilização dos trabalhadores, foi possível constatar que os proprietários da empresa jamais poderiam saldar a dívida que tinham com os trabalhadores e com o Estado. Assim, iniciou-se um processo de negociação, que tinha como objetivo a transferência do controle da fábrica aos trabalhadores que, com este acordo, não perderiam seus postos de trabalho e poderiam garantir que o patrimônio da empresa fosse remetido às suas necessidades. O processo de ocupação da Cipla e da Interfibra foi extremamente conturbado, pois, como se pode imaginar, os proprietários criaram vários obstáculos para a concretização da gestão dos trabalhadores, que precisaram se organizar coletivamente e, assim, fortalecer as lutas empreendidas pela garantia da manutenção de seus postos de trabalho.

O fortalecimento dos laços de solidariedade entre os trabalhadores da Cipla e da Interfibra deflagrou também o processo de ocupação da Flaskô, que já estava praticamente abandonada pelos proprietários desde janeiro de 2003, sem energia elétrica e sem possibilidade de produção. O sindicato da região estimulava um acordo entre os patrões e os trabalhadores, para que esses últimos fossem indenizados após a venda do patrimônio da empresa. No entanto, os trabalhadores da Cipla e da Interfibra, que estavam a caminho de Brasília em campanha pela manutenção das fábricas sob o controle dos trabalhadores, visitaram a fábrica em Sumaré e deram o apoio necessário para que os trabalhadores da Flaskô pudessem também iniciar o processo de ocupação da fábrica (Raslan, 2007).

⁶ De acordo com informações obtidas no histórico da Flaskô em www.fabricasocupadas.org.br

Dessa forma, em 12 de junho de 2003, foi decidido em assembleia que os trabalhadores da Flaskô ocupariam a fábrica e retomariam a produção. Para tanto, foi eleito um Conselho de Fábrica que, com o apoio dos trabalhadores da Cipla e da Interfibra, tomaram as medidas administrativas e burocráticas cabíveis. Como afirma Raslan (2007), o processo de ocupação foi menos consequência de uma mobilização organizada pelos próprios trabalhadores da Flaskô, e mais uma contribuição dos trabalhadores da Cipla e da Interfibra, que já haviam passado por este processo em Joinville e se organizaram no sentido de propor e auxiliar a ocupação da Flaskô. Os trabalhadores de Joinville ofereceram também a colaboração de algumas de suas lideranças, que ficaram em Sumaré para organizar as frentes de negociação com os agentes externos à fábrica (poder público municipal, poder judiciário) e auxiliar os trabalhadores da Flaskô, uma vez que estes não estavam politicamente preparados para o processo de ocupação.

Portanto, os trabalhadores, por meio da organização e fortalecimento do movimento, sustentaram a ocupação da fábrica e iniciaram um processo de gestão autônoma, buscando provar que poderiam manter a fábrica e seus empregos. A importância do apoio dos trabalhadores da Cipla e da Interfibra nesse processo é ressaltada por Raslan (2007):

[...] a manutenção dos empregos e dos direitos desses trabalhadores não se resolve imediatamente no âmbito da fábrica, mas no conjunto de lutas em que estão inseridos os outros trabalhadores brasileiros... As dificuldades enfrentadas pelos operários da Flaskô é tão somente uma característica localizada de uma situação geral na qual a classe trabalhadora brasileira se encontra. (p.22)

Embora a articulação com diversos movimentos ainda seja determinante para o fortalecimento da fábrica, atualmente os trabalhadores da Flaskô assumiram a gestão e conseguiram estruturar um modelo administrativo, que não definem como uma autogestão propriamente dita, mas que se estrutura pelo princípio básico de participação dos trabalhadores nos processos de decisão. A fim de viabilizar a constituição de uma consciência crítica dos trabalhadores, a Flaskô, em parceria com estudantes e outros apoiadores, criou o Centro e Memória Operária e Popular – CEMOP, instituindo um meio de coletivizar as experiências da fábrica e de outras iniciativas importantes para a classe trabalhadora. Na primeira publicação do

CEMOP, os trabalhadores descreveram alguns detalhes de como se estruturou a fábrica após a ocupação:

Assim que foi ocupada a Fábrica passou a ter como órgão máximo de decisão a Assembleia Geral de todos os trabalhadores, onde os trabalhadores se reúnem, ordinariamente, uma vez por mês, além das reuniões extraordinárias sempre que se fizer necessário.

A Assembleia Geral dos trabalhadores elege um conselho de fábrica com representantes de todos os setores da indústria. O conselho de fábrica se reúne semanalmente para discutir as questões relativas à organização da fábrica, os encaminhamentos e diretrizes traçadas nas assembleias e organizar a luta em defesa dos empregos.

O conselho de fábrica delega os poderes de Coordenação Geral, Coordenação Comercial, Coordenação Administrativa e de Produção para realizar as funções cotidianas, organizar as áreas e apresentar um plano de trabalho para um determinado período. O Conselho poderá, ainda, criar outras coordenadorias ou funções que julgar necessário (CEMOP, 2011, p. 03).

A ocupação da Flaskô poderia ser considerada uma grande conquista da classe trabalhadora. No entanto, esse processo foi e ainda é bastante incerto, colocando os trabalhadores em situações extremamente complicadas, como o embate com o poder público para o pagamento de dívidas referentes à gestão patronal. Além de já terem passado por longos períodos sem poder produzir, devido à interrupção do fornecimento de energia pela concessionária que reivindicava o pagamento das dívidas da gestão anterior, esses trabalhadores ainda vivem sob a ameaça constante de ter seus equipamentos leiloados, o que acarretaria no fechamento imediato da fábrica.

Apesar das dificuldades para manter a fábrica funcionando, a importância dessa iniciativa está para além da manutenção do emprego de aproximadamente setenta pessoas que ainda permanecem na fábrica. É importante ressaltar que, esses trabalhadores são contratados via CLT, recebem um salário acima da média da categoria na região, e principalmente, trabalham apenas 30 hora/semana. Essa é uma grande conquista para esses trabalhadores, e um dos fatores que proporciona a continuidade dessa experiência. Contudo, essa questão também faz com que estes trabalhadores tenham uma condição “privilegiada”, principalmente com relação aos moradores da ocupação de seu entorno, questão que se torna relevante na análise da relação entre esses atores.

Para viabilizar o fortalecimento do vínculo com a comunidade do entorno, os trabalhadores criaram a denominada Fábrica de Esportes e Cultura. Para a criação

dessa extensão da fábrica, foi aproveitado um espaço, dentro da própria Flaskô que, mesmo antes da ocupação já estava abandonado. Esse espaço foi revitalizado e, hoje, concentra atividades de esporte – como aulas de futebol, vôlei, judô, capoeira, balé, xadrez, tênis de mesa – e cultura – como apresentações de teatro, apresentações musicais, oficinas de quadrinhos, festividades em geral – e também encontros e debates sobre questões relevantes para a fábrica e para a população da Vila Operária e Popular.

Outra medida importante adotada pelos trabalhadores da Flaskô, especialmente os do Conselho de Fábrica, para manter a fábrica, é busca de apoio dos moradores da Vila Operária e Popular, da população da cidade como um todo, de outros movimentos sociais, do movimento estudantil e também de políticos que apoiam, ou em algum momento, apoiaram sua luta, como o próprio ex-presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, a quem o Conselho de Fábrica já recorreu algumas vezes.

A vinculação ao Movimento das Fábricas Ocupadas e articulação com movimentos sociais importantes no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além da articulação com Movimentos Sociais de outros países, como a Argentina e Venezuela é determinante para que a Flaskô tenha apoio político nos momentos de maior instabilidade (CEMOP, 2009). Portanto, mais do que se consolidar com uma referência de luta por trabalho, a experiência da Flaskô também coloca a importância da articulação entre movimentos sociais para manter organizações contra hegemônicas.

Além disso, os trabalhadores da Flaskô, especialmente os vinculados ao Conselho de Fábrica, após participar e apoiar o processo de ocupação da área do entorno da fábrica, buscam constantemente o contato com os moradores da Vila, no sentido de conseguir apoio político da população ali instalada. Da mesma forma, também é possível observar que esses trabalhadores realizam um esforço no sentido de apoiar os moradores da Vila, especialmente nas questões jurídicas, com as quais estes últimos têm maior dificuldade.

Dessa forma, o movimento social consolidado na luta pela fábrica, passou a incorporar também, o debate sobre o direito à moradia digna, integrando essas questões às reivindicações do Movimento das Fábricas Ocupadas, que originalmente pautava-se apenas pela questão do direito ao trabalho.

No entanto, a vinculação entre movimentos com origens tão diferentes não se dá sem dificuldades e conflitos, conforme será discutido no capítulo sete. Antes, porém, é importante apresentar as características do movimento por moradia e da própria Vila Operária e Popular.

1.2 A luta social por moradia

De acordo com dados do Ministério das Cidades, cerca de 80% da população do país, atualmente, concentra-se em áreas urbanas, sendo que este índice era de apenas 30% nos anos de 1940. Esta rápida expansão da população urbana foi provocada, especialmente, pela migração de pessoas para regiões específicas do país em busca de trabalho e acesso a serviços públicos que não existiam no campo. Entretanto, o crescimento rápido e desordenado, dos grandes centros urbanos, não proporcionou uma distribuição justa dos recursos das cidades, como moradia digna, saneamento básico e mobilidade com segurança, privilegiando apenas uma minoria que possuía mais recursos (Rolnik, 2009).

A grande parcela da população que migrou para a cidade em busca de oportunidades de trabalho foi empurrada para as periferias, formando assentamentos precários que, por falta de acesso aos serviços públicos, foram construídos com recursos próprios dos moradores:

Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade nos cartórios, estes assentamentos tem uma inserção ambígua nas cidades onde se localizam. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, a consolidação destes assentamentos é progressiva, eternamente incompleta e totalmente dependente de uma ação discricionária do poder público – já que estes assentamentos não se enquadram na semântica das normas urbanísticas (Rolnik, 2009. p.38).

Durante o período da ditadura militar, os movimentos por reivindicação de direitos eram fortemente reprimidos. No entanto, foi ainda neste período que se organizaram os primeiros movimentos por moradia. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, as lutas sociais fortaleceram-se na “direção da ampliação dos direitos humanos e cidadania” (Rolnik, 2009 p. 34).

O direito à moradia foi incorporado pela Constituição Federal de 1988, nos art. 6 e 7, que dispõem sobre os direitos sociais, dentre eles, a moradia e o trabalho, e sobre os direitos do trabalhador, rural ou urbano, que, a fim de ter uma “melhoria de sua condição social” (Brasil, 1988, art. 7), deveria receber um salário suficiente para atender suas necessidades básicas, entre elas a moradia e condições de higiene.

A incorporação da questão urbana proporcionou a abertura do debate sobre a função social da propriedade e da cidade. Com isso, o movimento pela reforma urbana articulou vários outros movimentos, mobilização que resultou na ementa constitucional 26/00 que acrescentou à Constituição um capítulo sobre a Política Urbana, nos artigos 182 e 183, sendo que o primeiro estabelece a função social da cidade e da propriedade e o segundo determina que as cidades com mais de vinte mil habitantes deverão elaborar um plano diretor como instrumento da política de desenvolvimento urbano (Brasil, 2000, art. 182 §1).

Em 2001, foi aprovada Lei no 10.257, o “Estatuto da Cidade”, que regulamenta os artigos 182 e 183 e instrumentaliza os municípios para elaboração do Plano Diretor, a fim de garantir que o planejamento da expansão urbana faça cumprir a função social da propriedade e da cidade. Entretanto, como afirma Rolnik (2009), mesmo com a criação do Ministério das Cidades e a constituição do Conselho Nacional das Cidades, pouco se avançou na questão da garantia do direito à moradia adequada.

1.2.1 Movimentos Sociais por moradia

As dificuldades de acesso ao espaço urbano e falta de condições dignas de moradia sempre estiveram presentes na vivência dos trabalhadores e, conseqüentemente, na pauta dos movimentos sociais.

Já em meados do século XIX, Engels (1845/2008) denunciava as condições extremamente precárias em que vivia a classe trabalhadora apontando que, juntamente com a revolta pelas péssimas condições de trabalho, a precariedade da moradia seria determinante para a reação contra o capitalismo. O autor observava que, as condições em que os trabalhadores se encontravam na Inglaterra, já no início do capitalismo industrial, eram tão desumanas que não poderiam ser

suportadas por muito tempo, por isso afirmava que uma inevitável revolução seria deflagrada em breve. Entretanto, apesar de a organização dos trabalhadores e de movimentos significativos terem ocorrido desde então, grande parte da classe trabalhadora ainda enfrenta dificuldade de acesso à moradia adequada, de forma que podemos observar que a questão não teve o peso político anunciado por Engels. Especialmente nos países subdesenvolvidos, a condição precária de acesso à moradia vem acirrando-se ainda mais com as frequentes crises do sistema capitalista e com o aumento da especulação imobiliária nos grandes centros urbanos.

No Brasil a interface entre a problemática do trabalho e da moradia foi retomada com o surgimento de movimentos sociais que associaram suas demandas a fim de criar estratégias de luta comuns.

Os Movimentos Sociais na América Latina assumiram novas características nos anos de 1970, configurando organizações populares pacíficas em resposta aos governos autoritários que predominavam no cone sul do continente. As demandas dos movimentos sociais que vêm surgindo desde então são muito diversas, com reivindicações que variam de questões como o direito ao voto direto, ao trabalho, ao acesso a serviços públicos, questões de gênero, etnia, etc. Dentre a diversidade observada nos movimentos sociais, é possível identificar um traço comum: a identificação enquanto classe e a luta contra a opressão econômica, sociocultural e a política neoliberal (Galvão, 2008).

Assim as lutas dos movimentos sociais caracterizam-se por trazer ao debate público demandas muito diferentes, cuja essência, de forma geral, é a denúncia das contradições socioeconômicas (Galvão, 2008). Outra questão característica desses movimentos é o uso do espaço público e a participação popular, que se concretizaram enquanto estratégias fundamentais para dar visibilidade às suas demandas.

A questão da luta por terra, trabalho e moradia tem, no Brasil, grande repercussão por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que é reconhecido, internacionalmente, como um importante movimento social de articulação entre camponeses expulsos do campo, trabalhadores rurais sem acesso à terra, trabalhadores informais e também trabalhadores urbanos “expulsos” da cidade pelos mecanismos de exclusão das políticas neoliberais (Galvão, 2008).

Especificamente, os movimentos sociais por moradia aparecem com mais intensidade a partir da década de 1980, após a precária urbanização do país, baseada em um “[...] modelo de desenvolvimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade” (Rolnik, 2009 p. 32).

1.2.2 Apresentando a “Vila Operária e Popular”

O histórico sobre as condições e implicações da ocupação da Flaskô já foram estudados e relatados por pesquisadores como Raslan (2007), que descreveu o momento histórico e a conjuntura política que propiciou aos trabalhadores a possibilidade de ocupação da fábrica. O mesmo autor descreveu também as estratégias criadas pelos trabalhadores para manter a fábrica em funcionamento apesar de todas as dificuldades enfrentadas durante o período de ocupação. Uma das medidas mais relevantes foi a redução da jornada de trabalho para 30 horas sem redução de salário, proporcionando aos trabalhadores mais tempo livre para a família e o lazer, sem a preocupação de buscar outro trabalho para complementar os rendimentos familiares.

Aqui, não faremos uma descrição mais detalhada sobre as implicações internas do processo de ocupação da Flaskô, pois o objetivo é identificar as consequências desse processo nas relações estabelecidas com os moradores da Vila Operária e Popular. Certamente, a questão mais significativa dessa relação é a possibilidade de articulação entre dois movimentos sociais que, embora tenham origens diversas, mostram-se complementares no cotidiano de lutas. Dessa forma, apresentaremos algumas informações relevantes para a compreensão do contexto que compreende a Vila Operária e Popular e a Flaskô.

A estrutura da Flaskô consiste em três galpões, uma casa que abriga alguns trabalhadores e um prédio administrativo. Além dessa estrutura, ainda restava uma grande área de propriedade da fábrica que não era utilizada. Após a ocupação da fábrica, essa área ainda permaneceu vazia. Entretanto, de acordo com as lideranças da fábrica, eles já pensavam em formas de aproveitar esse terreno, pois havia uma proposta de ampliação da perspectiva de ocupação da fábrica, que inicialmente era limitado à sua capacidade produtiva.

De acordo com as publicações sobre o histórico da Flaskô⁷ e com os relatos dos moradores da Vila Operária e Popular, em 12 de fevereiro de 2005, o terreno do entorno da fábrica foi ocupado por algumas famílias que se instalaram na área e iniciaram a construção de moradias. Lika, representante da Vila Operária e Popular, relata que a ocupação foi realizada por um conjunto de pessoas desabrigadas, ou em situação de “coabitação indesejada” (Goulart, 2011), ou seja, habitando em casa de familiares sob condições precárias.

O termo “Vila Operária e Popular” designa um tipo de conjunto habitacional totalmente diverso do que foi construído na Flaskô. De acordo com Blay (1985) as vilas operárias são definidas como “propriedades das próprias indústrias empregadoras e se destinam, basicamente, ao uso da força de trabalho ligada à empresa. Originalmente, essas vilas são construídas pelas próprias indústrias ou são compradas já prontas” (p. 11), para abrigar os empregados e baratear o custo da reprodução da força de trabalho.

Acredita-se que esse termo foi utilizado no contexto focalizado na pesquisa em virtude da origem dessa ocupação, que foi formada no entorno da fábrica com o apoio de um movimento de trabalhadores, onde morariam também trabalhadores. Entretanto, é importante ressaltar que a ocupação é denominada Vila Operária e Popular, mas no cotidiano usa-se apenas a denominação Vila Operária, ou simplesmente Vila. Dessa forma, em alguns momentos da apresentação e da análise, também usaremos apenas o termo “Vila”, para facilitar a leitura e também para recorrer à terminologia utilizada no cotidiano do local.

As informações coletadas em campo sobre a origem da Vila apontam que, após a ocupação, foi estabelecido um acordo entre as lideranças da Vila e os trabalhadores da Flaskô. Por meio dessa negociação, os aproximadamente sessenta trabalhadores que permaneciam na fábrica, também tiveram acesso aos lotes que estavam sendo formados por ocasião da ocupação. Ainda, segundo o relato da representante dos moradores da Vila, alguns trabalhadores da fábrica já

⁷ Informações coletadas no site <http://www.fabricasocupadas.org.br/site/>

possuíam casa própria e não necessitavam desse recurso, portanto preferiram doar seus lotes à seus familiares ou pessoas ligadas à ocupação . Dessa forma, mesmo os primeiros moradores da ocupação não eram trabalhadores da fábrica. Contudo, o acordo para garantir uma ocupação pacífica foi concretizado e a parceria entre o movimento por trabalho e o movimento por moradia se estabeleceria no início do processo de ocupação Vila Operária e Popular.

Após negociações entre os dois movimentos, foram definidas algumas regras para a ocupação do espaço e um arquiteto foi chamado para elaborar o planejamento urbano do local. Durante a pesquisa foi possível estabelecer contato com Martins, o arquiteto, que contribuiu com algumas informações sobre o planejamento e disponibilizou um trabalho que escreveu a respeito dessa experiência. Esse trabalho, posteriormente foi apresentado em um simpósio organizado pela Flaskô e publicado pelo CEMOP. Ainda na primeira visita realizada à Vila, Lika relatou possuir um mapa do local, desenhado pelo arquiteto. A gleba foi dividida em mais de duzentos lotes, todos com aproximadamente 225m². Martins (2010) acrescenta algumas informações mais precisas sobre o projeto urbanístico:

A Vila Operária e Popular é fruto de um movimento de ocupação organizado por moradores da região do Parque Bandeirantes, bairro de Sumaré-SP, onde a Flaskô está inserida. Construída numa área desocupada de 100 mil metros quadrados, parte do mesmo terreno onde foi implantada a Flaskô, na Vila moram atualmente mais de 350 famílias, quando o projeto original distribuiu 235 lotes de 9m x 25m, no mínimo. (Martins, 2011, p. 01)

O autor ressalta que, o projeto, contou com a participação de alguns moradores, que pensaram inclusive em questões como a proteção da Vila em caso de ataques policiais de reintegração de posse. Portanto, há poucas entradas para a Vila, e os quarteirões são longos para dificultar o acesso dos policiais. A disposição dos terrenos foi organizada de modo a preservar as dimensões adequadas das ruas, preservar locais de lazer e também uma área para a construção da sede de associação dos moradores.

É importante dizer que a Vila, ainda hoje conserva as características de um bairro planejado. Ao se pensar em uma ocupação, o que se imagina são ruas estreitas e becos, por meio dos quais se tem acesso a um aglomerado de casas precárias ou barracos de madeira, distribuídos desproporcionalmente num espaço

disputado e ocupado ao acaso. E não é isso que se observa na Vila Operária e Popular.

Entretanto, essa caracterização da Vila está se transformando, pois, recentemente, se iniciou um novo processo de ocupação e novas casas então sendo construídas em espaços impróprios, como áreas que foram reservadas para lazer e Áreas de Preservação Permanente – APP. Questões como as disputas empreendidas por essas áreas serão abordadas posteriormente, nos relatos sobre o trabalho campo.

É importante ressaltar que as primeiras lideranças da Vila, ou seja, os idealizadores da ocupação, não eram pessoas ligadas a movimentos sociais por moradia. Os relatos coletados durante a pesquisa revelam que os moradores mais velhos, os que participaram desde o início, têm medo de falar sobre o assunto, e quando falam, relatam que a violência era usada constantemente para manter a organização da ocupação. Esse fato parece ter marcado profundamente a forma como esses moradores (não) se colocam nos espaços de decisão referentes à Vila. Martins (2011), também ressaltada que “o caráter do movimento que levou à construção da Vila Operária e Popular, sua forma espontânea de organização e seu início desvinculado de qualquer organização política ou relação com outros movimentos, deixou marcas profundas em sua estrutura” (p. 01).

Atualmente a liderança da Vila ainda não possui vínculo com um movimento social por moradia mais estruturado, como o MTST, por exemplo, o que fragiliza o potencial crítico dos moradores que, hoje enquanto associação preocupam-se, sobretudo, em resolver problemas imediatos, deixando de lado a crítica às políticas de ocupação do espaço urbano e especulação imobiliária, questões centrais para o MTST. Os moradores são, portanto representados e se organizam apenas enquanto uma associação de bairro, que, de acordo com as observações em campo, é legitimada pelos moradores, mas possui grande dificuldade de articulação para resolver questões centrais da Vila.

A perspectiva crítica é resgatada, na Vila, por meio do contato com a Flaskô e o Movimento de Fábricas Ocupadas, que contribui frequentemente com os representantes da associação de moradores nas negociações com o poder público. O auxílio da fábrica é fundamental nestas negociações, pois facilita que os

moradores tenham uma argumentação mais estruturada sobre o direito à moradia digna e ao espaço urbano.

Após a posição da Flaskô e da Cipla – proprietária do terreno – de ceder o acesso à terra aos ocupantes e associar-se ao movimento, além de abreviar o sofrimento dos membros do movimento, abriu espaço para uma nova contradição.

Logo nas primeiras semanas de ocupação, o caminho foi aberto, com a condição de que os trabalhadores da fábrica fossem igualmente contemplados com um lote. Foi formada uma comissão com integrantes da ocupação e com representantes dos trabalhadores da fábrica. A partir desta iniciativa foi organizado o Movimento de Moradia do Vale Bandeirantes e lançada a luta pela Vila Operária e Popular. Mas a tal “concessão” feita pelos trabalhadores da Cipla e da Flaskô não significava a propriedade do terreno, que pertencia ao antigo patrão da fábrica. O significado deste gesto era outro: o terreno deveria servir para reduzir o déficit habitacional dos bairros adjacentes, assim como a fábrica deveria funcionar para garantir os empregos. Era um convite a uma luta conjunta, pela Estatização da fábrica em defesa dos empregos, dos direitos e agora também da moradia. (Martins 2011, p. 05).

A relação da Vila Operária e Popular com a Flaskô, atualmente, se dá por meio da articulação de ações para reivindicar os direitos dos moradores, como a questão da água, da iluminação pública, da coleta do lixo e, principalmente no que se refere à reivindicação da regularização da Vila, que, em termos legais, encontra-se na mesma situação da fábrica.

O que observamos nas falas dos trabalhadores da Flaskô, em momentos como apresentações em atos públicos, é que as reivindicações da fábrica estão diretamente relacionadas às da Vila e que, as ações desses trabalhadores são direcionadas no sentido de organizar ações conjuntas, visando o fortalecimento dos dois movimentos. Eles parecem ter a mesma convicção de Santos (2002), de que trabalho e moradia são questões chave para os embates da classe trabalhadora na ofensiva contra o capital.

Entre os moradores de Vila, no entanto, podemos observar uma relação menos estreita com a Flaskô, visto que a maioria deles não está apropriada da discussão sobre a questão da ocupação da fábrica ou da Vila. Grande parte da população que reside hoje na Vila não passou pelo processo de ocupação, pois

muitos terrenos foram vendidos⁸ por pessoas que os ocuparam, mas por motivos diversos não permaneceram no local. Essa questão gerou um conflito interno à Vila, abalando também as relações com a fábrica, visto que alguns terrenos foram vendidos pelos próprios trabalhadores que receberam os lotes no início da ocupação.

De qualquer forma, os moradores mais politizados, e que permanecem desde a ocupação buscam se mobilizar, no sentido de superar as dificuldades de organização do espaço da Vila e reestabelecer os vínculos com a fábrica.

Quanto à organização interna do movimento composto pelos moradores, não há uma estrutura formal. E, embora haja uma comissão de representação minimamente estruturada com presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretários e suplentes, nem todos os cargos foram efetivamente ocupados. Durante a atual gestão, apenas a presidente e o vice são realmente atuantes, participando ativamente e mobilizando a associação. Há ainda, pessoas diretamente envolvidas com a questão da Vila e que não necessariamente compõem a associação.

A regularização da associação de moradores é uma demanda apresentada pelas lideranças da Vila. Assim, em diversos momentos, durante o trabalho de campo, foi discutida a problemática dos custos com registro em cartório, bem como as dificuldades burocráticas necessárias para a legalização, como a redação do Estatuto.

A insegurança com relação à permanência na ocupação também foi observada entre os moradores, que manifestaram o medo de despejo relatando casos em que isso se deu em comunidades ainda mais antigas e mais estruturadas politicamente do que a Vila. Essa insegurança pode ser apontada como um dos principais motivos que justificam a venda (nota) constante de terrenos/casas na vila.

⁸ Embora nenhum morador tenha a posse legal do imóvel, várias casas já foram comercializadas na Vila Operária. Em geral os novos moradores não possuem um debate sobre a ocupação, e justificam a necessidade de acesso aos serviços básicos por terem “comprado” o imóvel. Esse argumento é contraditório às reivindicações do movimento que criou a Vila Operária, que justificava a ocupação pelo direito à moradia, e não pelo direito à propriedade.

Entretanto, observou-se que as lideranças cumprem um papel de atenuar essa insegurança, reafirmando a importância da participação de todos na luta pela regularização das moradias.

Nota-se que a falta de “formação política” no início da ocupação foi determinante para o caráter da organização dos moradores. As articulações estabelecidas são orientadas no sentido de atender necessidades básicas, pois os moradores da Vila possuem um histórico de privações materiais, mesmo em momentos anteriores à ocupação. Com isso, tiveram também grandes dificuldades de acesso à educação de qualidade e a atividades culturais e de lazer. Possivelmente, a consequência dessas privações, seja a dificuldade de conseguirem estabelecer prioridades que não se remetem apenas às questões de “sobrevivência”. Certamente essa é a questão essencial, mas a dificuldade em conseguir até mesmo as condições básicas para a reprodução da vida impede que essas pessoas vislumbrem conquistar algo mais, como o direito à educação, ao lazer e à participação nos processos decisórios sobre a comunidade em que vivem.

Nesse contexto, as contradições entre a vivência dos moradores da Vila Operária e Popular e dos trabalhadores da fábrica é determinante para o tipo de relação que esses atores vão construir, visto que os dois movimentos possuem características muito particulares, e convergem em questões pontuais.

1.3 Interfaces entre trabalho e moradia: a questão da coesão social

Embora cada um dos movimentos sociais pesquisados apresente características próprias, demandas diferenciadas e uma forma organização particular, há uma questão central que permeia ambos e justifica a manutenção da articulação entre a Vila Operária e Popular e a Fábrica Ocupada Flaskô.

A questão da relevância do trabalho para a manutenção ou mesmo para a contestação do sistema capitalista é facilmente reconhecida, especialmente quando se fala a partir de uma perspectiva marxista. Entretanto, o que se impôs a esta pesquisa, foi o desafio de compreender um contexto caracterizado pela oposição ao sistema capitalista, constituído a partir da relação entre movimentos sociais por trabalho e moradia.

A interface entre os movimentos por trabalho e por moradia ficava explícita na vivência e, nas observações realizadas no trabalho de campo. Entretanto, construir uma argumentação teórica sobre essa relação exige que se articulem outras questões, que podem explicitar a via pela qual esses movimentos, apesar das diversidades, estão intrinsecamente ligados. Para tanto, retomamos o conceito de “precarização social” e suas manifestações na atualidade, tema abordado por Castel (2003) em sua obra clássica sobre a *Questão Social*.

Ao discutir a sociedade salarial, Castel (2003) reconstrói “a história do presente” e apresenta uma perspectiva histórica sobre as transformações que propiciaram a instalação do assalariamento enquanto forma hegemônica de conceber o trabalho.

Para tanto, inicia um debate sobre a exclusão social e, ao apontar a inexatidão da noção de exclusão, propõem uma reflexão a partir do conceito de desfiliação, que seria a consequência do completo desligamento do indivíduo com relação às redes de proteção social, uma ruptura com relação às redes de integração primária. Segundo Castel (2003), o indivíduo desfiliado torna-se incapaz de manter seu lugar nas relações familiares ou comunitárias, não participa mais das relações de troca, tornado-se dependente, porém, sem o direito de ser assistido pelas redes de proteção social.

E é por meio do debate sobre a desfiliação que Castel (2003) aponta como a interface entre o trabalho e a moradia influenciou o tratamento da classe operária desde sua origem. O autor afirma que, quando se inaugura o campo assistencial, os dois principais critérios discriminatórios para definir a pobreza que merece ou não ser assistida, são os de (in)capacidade para o trabalho e a (não)condição de ter um domicílio fixo.

Em princípio, a assistência aos pobres não era especializada, mas garantida pelo que Castel (2003) chamou de sociabilidade primária, constituída pela família e pela comunidade mais próxima, instâncias que se ajudavam mutuamente, oferecendo assistência espontânea aos mais necessitados que pertencessem à comunidade. Com as transformações na estrutura hierárquica da sociedade durante a conversão do período feudal para o capitalismo, surgem as instâncias especializadas de assistência, definidas pelo autor como o campo social-

assistencial, responsável pela sociabilidade secundária, representada por instituições de caridade, religiosas ou laicas.

Castel (2003) coloca que essas instituições teriam um papel fundamental, pois o total abandono dos “desfiliados” poderia abalar a coesão do grupo social. A assistência aos carentes não é, portanto, uma iniciativa bondosa de ordem individual, mas uma espécie de “generosidade necessária”, uma consequência das desigualdades e que deve ser organizada no sentido de preservar a estrutura social. A “questão social” apontada pelo autor seria, portanto, a capacidade de manutenção da coesão de um grupo social.

A questão é que essas instituições assistenciais, ao se especializarem na prática de atendimento aos desfiliados, desenvolveram o que o autor chamou de classificação discriminatória da pobreza. Portanto, para ser considerado digno de ser mantido no grupo social assistido, era necessário que se pudesse provar a incapacidade de trabalhar. Daí surge a classificação entre mendigo válido e mendigo inválido. Os mendigos inválidos eram pessoas deficientes, doentes, velhos ou crianças e, quando sua incapacidade para o trabalho podia ser comprovada, recebiam assistência da comunidade, bem como de instituições especializadas. Já os mendigos válidos, como podiam trabalhar, não eram dignos de caridade. A “vagabundagem” vem expressar e dissimular a questão do livre acesso ao trabalho e redefinir os limites de tolerância de uma sociedade na decisão de quanto da população pode ser invalidada socialmente em nome da eficácia econômica (Castel, 2003).

Para o autor, o personagem de mendigo válido é que inaugura a nova categoria que representa a miséria da classe trabalhadora, ou seja, os miseráveis que não estão inseridos nas organizações produtivas, não por serem incapacitados de trabalhar, mas por não terem acesso aos meios de produção:

Membro da Plebe, não dispõe de capital social. É sobre pessoas de sua espécie, “de condição vil”, que pesa de maneira implacável a condenação bíblica: “Ganharás o pão com o suor do teu rosto”. Certamente, mas o que acontece, então, com aquele que não pode ganhá-lo, por que não pode trabalhar, não por incapacidade e, sim, por não ter trabalho? (Castel, 2003 p. 92)

Além da capacidade ou incapacidade para o trabalho, o principal critério, para a classificação dos que teriam acesso à caridade, era a proximidade. Portanto,

ter um local fixo de moradia e uma boa relação com a comunidade tinha o mesmo peso do trabalho para a sobrevivência dos pobres, pois “a assistência é primeiramente uma proteção próxima” (Castel, 2003 p. 60).

Com o início do capitalismo, com as transformações das estruturas agrárias e a formação das cidades, a questão do domicílio torna-se ainda mais complexa, pois grande parte da população inicia um movimento de migração em busca de oportunidades de trabalho nas cidades. Isso faz com que muitos percam o local de referência, agravando ainda mais a condição de pobreza que, como afirma Castel (2003), quando associada à falta de vínculos de proximidade, ou seja, relações familiares ou de vizinhança, gera a miséria e a desfiliação, ameaçando a coesão social.

Ao analisar a relação entre a questão do trabalho e da moradia no que diz respeito à desfiliação social, podemos estabelecer um paralelo com as relações cotidianas observadas no contexto pesquisado, que apresenta, como característica principal, a demanda por moradia e trabalho para que sejam conquistados outros direitos básicos. Portanto, acima das divergências que podem surgir entre esses movimentos sociais, a questão de classe ainda é a característica que os une.

Nesse sentido, a articulação entre os dois movimentos se faz fundamental na organização de ações que visam à superação da condição de exclusão, marginalização ou mesmo desfiliação social, características compartilhadas pelos atores dos movimentos aqui tratados, ou seja, características comuns à classe trabalhadora. Assim, a apresentação dos resultados da pesquisa contempla alguns exemplos de como se dá a articulação entre a Vila Operária e Popular e a Flaskô, especialmente no sentido de reivindicar questões comuns, como o “direito de lutar por seus direitos”, e o combate à criminalização dos movimentos sociais.

Antes, porém, faremos uma breve apresentação da perspectiva teórica que orientou as reflexões sobre os fenômenos observados durante o trabalho de campo.

2. Teorias do Cotidiano: as possíveis articulações entre a teoria e a prática

O cotidiano é o espaço onde o homem se torna membro da sociedade (Tedesco, 1999), por meio das relações mediadas por regras tácitas e não somente, como se poderia supor, o lugar comum onde o homem permanece submetido às circunstâncias históricas. As leituras do cotidiano permitem compreender a articulação entre os âmbitos micro e macrossocial, pois não se restringe ao que é vivido, ao imediato e rotineiro, mas consideram também questões mais estruturais, como a divisão de classes, gênero, etnia, etc. Portanto, o cotidiano constitui-se enquanto o espaço privilegiado de manifestação das particularidades, mas sem perder a dimensão do contexto macrossocial, oferecendo a possibilidade de estabelecer um diálogo entre os “grandes dispositivos sociais e os que regulam a vida cotidiana” (Tedesco, 1999, p. 21).

Para Tedesco (1999), a vida cotidiana seria essencialmente um produto histórico, a esfera de mediação entre as estruturas superiores e as relações estabelecidas no dia-a-dia. Apesar da aparência corriqueira, os fatos e acontecimentos repetitivos do cotidiano são o reflexo da estrutura social em que este se constitui, caracterizando, portanto, também o espaço de atuação para transformação dessa estrutura:

O sujeito individual, suas relações próximas e regulares, não está isento de vínculos em relação aos grandes dispositivos sociais, às classes e aos sistemas. Centralizar o sujeito individual através de suas práticas e representações, pelas quais se relaciona e negocia com a sociedade, com a cultura e com os acontecimentos, significa dizer que o cotidiano não é só vivido; torna-se, sim, objeto de interrogação e debate, ou seja, é um espaço que, pela *doxa* (opinião), poderá chegar à reflexão e ser uma semente promotora de superações e suspensões (Tedesco, 1999, p. 21).

A reprodução da vida cotidiana é definida por Patto (1993) enquanto lugar de contestação da naturalização da história. A autora, a partir do referencial de Agnes Heller, contesta a condição do homem como mero produto das circunstâncias. Nesse sentido, as abordagens do cotidiano propiciam o resgate do indivíduo e da subjetividade, sem perder de vista o contexto onde ele está inserido. O cotidiano seria, portanto o espaço privilegiado de mediação entre o ser particular e o genérico (Heller, 2004).

A “*sociologia da vida cotidiana*” traz a perspectiva de que o homem comum não é mera vítima das circunstâncias históricas, mas constrói a história a partir das circunstâncias encontradas (Martins, 1998), pois “no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais” (Martins, 1998 p. 2).

Considerando a relevância da discussão sobre o cotidiano para o desenvolvimento da presente pesquisa, foram selecionados dois atores, que apresentam conceitos e desenvolvem idéias que auxiliaram na compreensão dos processos observados em campo, bem como nas reflexões estabelecida a partir dos fenômenos observados. Assim apresentaremos brevemente algumas contribuições de Michel de Certeau e Agnes Heller.

2.1 Artes de Fazer: o cotidiano enquanto espaço de resistência

Em *A invenção do Cotidiano*, Certeau (2008) constrói uma reflexão a partir da perspectiva de ação e criação de novas formas de agir, denominadas pelo autor como “artes de fazer”. Com isso, propõe uma reflexão a respeito das práticas cotidianas que impedem que uma sociedade inteira se reduza aos mecanismos de vigilância e disciplina descritos por Foucault. O autor coloca como questão central a identificação da lógica dessas práticas e, quais os procedimentos populares (cotidianos) responsáveis pela contraposição aos mecanismos disciplinares. Certeau (2008), focaliza a questão do consumo, não apenas de produtos manufaturados, mas também de produções culturais e ideológicas, disseminadas na vida cotidiana, especialmente pelos meios de comunicação em massa. Para o autor, o consumo desses produtos nunca é dado de forma passiva, mas sempre com alguma possibilidade de transformação do uso original para o qual ele foi produzido. Assim,

explicita que as “maneiras de fazer” que constituem as práticas cotidianas representam uma “contrapartida” dos consumidores aos mecanismos de controle da sociedade disciplinar. Por isso, denomina essas práticas de redes de “antidisciplina”. Este conceito indica uma forma diferente de interpretar fatos cotidianos, que são, de acordo com o autor, permeados por relações de poder assimétricas, mas que não necessariamente determinam uma situação de passividade ao mais fraco.

Dessa forma, Certeau (2008) questiona a posição de passividade atribuída aos “consumidores” dos produtos impostos pela ordem dominante, pois no cotidiano ocorre o que ele define como práticas de inversão do consumo. Para o autor, essas práticas de transgressão da ordem imposta, seriam formas de instaurar a pluralidade e a criatividade num espaço pretensamente dominado. Essas práticas são pautadas na inventividade, na astúcia, nos diversos usos praticados por quem “consome” os produtos, sejam eles formas de se comportar, de morar, cozinhar, ler, etc.

Entretanto, a produção desses consumidores não possui um lugar instituído, não se faz notar pelos produtos que lhe são próprios, mas pela arte de “fazer-com”, pelos usos que faz dos produtos que lhe são impostos.

A fim de caracterizar as práticas cotidianas, praticamente imperceptíveis, dissolvidas na complexidade das instituições que as condicionam, Certeau (2008) faz uma distinção entre estratégia e tática.

As estratégias constituem-se da manipulação da relação de forças por meio da conquista de um *lugar próprio*, que permite capitalizar as vantagens conquistadas, a independência das circunstâncias, o controle e planejamento das ações. Nas palavras de Certeau (2008), as estratégias são definidas como:

[...] cálculo (ou a manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos de pesquisa, etc.). (p. 99).

Por sua vez, as táticas são caracterizadas pela ausência de um lugar próprio, pela impossibilidade de distanciamento da situação, pela ausência de autonomia. Neste caso, essas práticas estão sujeitas às circunstâncias, sem a possibilidade de conservar suas ações.

Certeau (2008) define a tática como uma:

[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. (p. 100).

A tática é astúcia, é a arte do fraco, comandada pelo tempo e determinada pela ausência de poder. Trata-se de manobras do fraco para escapar às determinações do forte. Tática seria, para Certeau (2008), o conjunto práticas que caracterizam o cotidiano.

A importância do estudo sobre o cotidiano se dá pela possibilidade de identificar as transformações que se dão no dia-a-dia, que apesar de parecem insignificantes, representam uma importante alternativa de resistência para o mais fraco em situações de assimetria de poder. Nesse sentido, esse referencial foi utilizado para analisar as táticas e estratégias utilizadas pelos atores, tanto da fábrica, quanto da Vila Operária e Popular, para a atuação em busca da transformação dos modelos de relação, produção e de ocupação do espaço urbano, impostos pelo sistema dominante.

Durante o trabalho de campo, foram observados indícios dessas práticas cotidianas, de desafio à ordem dominante, nem sempre explícitas, nem sempre bem definidas, mas certamente representando uma possibilidade de superar condições extremas, que se impõem sobre os participantes de pesquisa. A principal contribuição de Certeau (2008), foi a transformação do olhar para um fenômeno, que em vez de ser analisado a partir da perspectiva de passividade, pôde ser observado também pelas possibilidades e potencialidades.

2.2 Vida cotidiana e a totalidade humana

A vida cotidiana é a vida de todo homem e do homem todo
Agnes Heller

A fim de buscar auxílio na compreensão das contradições e identificações entre um movimento de caráter mais ideológico e outro que se caracteriza por ações mobilizadas pelas necessidades cotidianas, recorreremos à teoria do cotidiano de Agnes Heller, no sentido de retomar os aspectos da vivência cotidiana e os conflitos decorrentes da “humanização do homem”.

Para Pato (1993), a contribuição central na obra de Heller é a perspectiva inovadora que apresenta ao resgatar o indivíduo e colocá-lo no “centro do processo histórico” (p.126). O indivíduo colocado por Heller no centro das reflexões teóricas é o “indivíduo da vida cotidiana”, o homem comum, voltado para satisfação das necessidades relativas à sua sobrevivência. Nesse sentido, os sujeitos são também ressignificados, passando de meros espectadores a participantes ativos na construção do processo histórico.

Como apontado por Heller (2004), “todo homem” vive o cotidiano e nesse espaço se manifestam todos os aspectos de sua individualidade, ou seja, o cotidiano é o espaço de manifestação do “homem todo”. Entretanto, por exercer diversas capacidades simultaneamente, na vida cotidiana não é possível que nem uma dessas capacidades se desenvolva plenamente, quer dizer, em toda sua intensidade.

Portanto, a vida cotidiana é *heterogênea*, no sentido que se refere ao conteúdo e à significação das atividades do indivíduo, como o trabalho, o lazer, o descanso e demais atividades sociais. No entanto, a estruturação da vida cotidiana é também de ordem *hierárquica*, com variações de acordo com a estrutura socioeconômica na qual se constitui. Diferentes aspectos podem ocupar lugar central na vida cotidiana, variando de acordo com a organização social predominante.

Para Heller (2004), “a vida cotidiana não está ‘fora’ da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (p. 20). O desenvolvimento das capacidades necessárias para a vida cotidiana indica que o indivíduo está maduro, pronto para a vida adulta, por responsabilizar-se por sua própria subsistência. O pleno desenvolvimento humano, implica, da mesma forma, a assimilação das relações sociais da classe em que está inserido e a incorporação das formas de intercâmbio. Essas relações se dão inicialmente por meio de grupos,

como a família e a escola, que exercem a função de mediação entre o indivíduo, os costumes e o mundo das integrações maiores, que é a sociedade em geral.

Apesar da relação direta entre o indivíduo e o contexto social no qual se constitui, as necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre na forma de necessidades do EU particular. Para a autora, o homem se “humaniza” na medida em que reconhece os aspectos da genericidade humana, apesar de suas particularidades e necessidades individuais.

Portanto, como afirma Heller (2004), o “indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico” (p. 20). A particularidade do indivíduo expressa seu caráter individual, sua unicidade e irrepetibilidade, que se constitui na complexidade da estrutura social e também contribui para a transformação dessa estrutura:

Também enquanto indivíduo, portanto, é o homem um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante do humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a interação (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (p. 21).

O “indivíduo” corresponde ao que Heller (2004) denomina “homem todo”, que é formado tanto pela particularidade quanto pela genericidade. A formação da individualidade compreende a articulação entre o ser particular e o “humano-genérico”, relação que pode se estabelecer de forma consciente ou não, de acordo com as possibilidades de escolha, relativamente livres, dos elementos constitutivos da individualidade.

A dificuldade de superação da muda coexistência entre particularidade e genericidade, ou seja, a dificuldade de constituição do indivíduo em sua totalidade, é proporcionada, segundo a autora, pela manipulação social e pela alienação, fatores predominantes no sistema de produção capitalista. Nesse contexto, o indivíduo possui muito pouca liberdade de escolha das características que compõem sua totalidade e, dessa forma, não consegue estabelecer a articulação entre o particular e o genérico, que caracteriza a unidade individual.

A “[...] muda unidade vital de particularidade e genericidade” (Heller, 2004, p. 23), compreende o funcionamento dos dois elementos “em si”, sem que se relacionem conscientemente. Dessa forma o indivíduo se fragmenta e se reduz ao desempenho de papéis.

Para a autora, a vida cotidiana não é necessariamente alienada. No entanto, a estruturação da sociedade capitalista potencializa essa condição, pois limita as possibilidades de escolha do indivíduo nas relações sociais e na constituição de sua própria individualidade:

Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas, nem para todas as camadas sociais... (Heller, 2004, p. 38).

Com base nessa concepção do processo histórico, Heller (2004) enfatiza a importância da constituição do que define como pequenos grupos, capazes de facilitar a passagem da particularidade para a individualidade. Essa passagem seria viabilizada por meio da prática política não necessariamente partidária e sim, aquela que oferece espaço para a manifestação da subjetividade e não coloca os indivíduos como objeto passivo do processo revolucionário (Pato, 1993). Nesse sentido é possível tomar consciência da alienação e agir sobre ela:

Uma revolução, portanto, só o é quando se dá na vida cotidiana, quando são atendidos revolucionariamente os carecimentos radicais. A revolução passa, portanto, pela subjetividade, pela participação. Por isso, a revolução é um processo lento e molecular. Por isso, não se pode fazer a revolução visível sem a revolução invisível. Por isso a constituição do *pequeno grupo* é um momento importante de passagem da particularidade para a individualidade e, portanto, para o próprio processo de mudanças sociais radicais. [...] Dessa forma, Heller invalida a possibilidade de leitura de Marx segundo a qual há uma sequência mecânica dos modos de produção. No contexto de suas ideias, a revolução é possibilidade e não destino, e se fará na vida cotidiana. Essa possibilidade não é natural, mas depende da práxis, ou seja, da ação transformadora consciente. (Pato, 1993, p. 132).

Assim como Certeau (2008), Heller também aponta que há limites para a manipulação dos homens, pois sempre há momentos em que estes deixam de ser objeto, sempre há possibilidade para o desenvolvimento do indivíduo na direção da constituição de uma personalidade autônoma. A vida cotidiana é o espaço em que se pode dar essa transformação, pois, como afirma Pato (1993), “a vida cotidiana é, dialeticamente, o lugar da dominação e da rebeldia ou da revolução” (p. 131).

Considerando as afirmações da autora, orientamos as observações em campo no sentido de identificar alguns indícios dessa “revolução invisível” nas ações

empreendidas pelos participantes da pesquisa, buscando compreender as possibilidades de superação da alienação nesse contexto.

3. Considerações sobre o método

Inicialmente, a proposta do projeto de pesquisa era a de um estudo mais aprofundado sobre as relações de trabalho, as condições de organização produtiva dentro da fábrica e seus reflexos para a população do entorno. Entretanto, a partir de um contato mais próximo com os moradores da Vila, outra questão emergiu, transformando o objeto de estudo da pesquisa que, foi reconfigurado, como ocorre frequentemente em estudos de inspiração etnográfica (Sato, 2001), passando a dar maior ênfase à questão do “direito à moradia adequada” (Rolnik, 2003). Dessa forma, a pesquisa foi reformulada, no sentido de buscar a compreensão dos processos cotidianos na interface entre os dois movimentos sociais com os quais se estabeleceu contato mais próximo.

Em conformidade com os objetivos da pesquisa, o método qualitativo apresenta-se como alternativa pertinente, pois esta abordagem permite a realização de estudos no sentido de compreender como as pessoas constroem e dinamizam processos sociais, como se dão os processos de expressão da subjetividade e a articulação entre as esferas micro e macro social.

Segundo Thiollent (1981), a pesquisa realizada a partir da perspectiva qualitativa teria a finalidade de lidar com “a geração ou experimentação de novos métodos que remetem aos modos efetivos de captar e processar informações e resolver diversas categorias de problemas teóricos e práticas de investigação” (p. 25). As pesquisas qualitativas, em geral, devem apresentar resultados concretos, no sentido de ter aplicabilidade para os participantes.

Esta perspectiva metodológica parte do pressuposto de que o objeto da pesquisa não é constituído pelas pessoas, mas pela situação social, e as relações estabelecidas entre elas. Thiollent (1981) ressalta a importância de não perder de vista que o objetivo da pesquisa deve passar pelo comprometimento ético com os

participantes, para que se possa construir e socializar conhecimento, devidamente estruturado e organizado. O autor enfatiza que, apesar da importância do método, a sistematização do conhecimento construído não deve ser confundida com o cientificismo e o positivismo que priorizam o método em detrimento da realidade pesquisada.

Dentre as diversas formas para se realizar uma pesquisa qualitativa, o método etnográfico apresenta-se como alternativa pertinente, pois permite esclarecer questões fundamentais como a relação entre um cenário específico e seu entorno, sua relação com outros níveis do sistema social e o significado que essas questões têm para os envolvidos na pesquisa (Sato, 2001).

Esse método tem origem na antropologia social e na sociologia qualitativa (Rockwell, 1986), sendo que permite a realização de estudos no sentido de compreender como as pessoas constroem e dinamizam processos sociais, como se dão os processos de expressão da subjetividade e a atribuição de significados às situações sociais.

A concepção epistemológica que sustenta o trabalho etnográfico confere ao estudo um caráter diferenciado que rompe com concepções positivistas, que não reconhecem a diversidade de processos de construção de conhecimento. Como aponta Rockwell (1985), a etnografia propõe recuperar e historicizar a interação entre o senso comum e a teoria, entre o conhecimento local e o formal (ou científico).

Rockwell (1987) traz a questão de que essa perspectiva caracteriza-se por oferecer a oportunidade de compreender a realidade social e o cotidiano mediante a própria concepção dos participantes da pesquisa que é uma premissa cara à Psicologia Social do Trabalho. Esse processo só pode ocorrer a partir da imersão do pesquisador em campo por um tempo relativamente longo, de forma que possa fazer parte da rotina do contexto estudado. A autora esclarece ainda alguns pontos sobre a etnografia:

A palavra etnografia é definida tanto como uma forma de proceder na pesquisa de campo, como ao produto final da pesquisa: classicamente, uma monografia descritiva. Na antropologia o termo denota muito mais uma ferramenta de coleta de dados e não equivale à observação participante que a sociologia integra como técnica. Tampouco costuma identificar-se apenas como técnica. Insiste-se muito que ela seja um “enfoque” ou uma “perspectiva”, algo que se articula com método e teoria, mas que não esgota os problemas de um nem de outro (p. 32)

De acordo com Sato (2001), as principais características do método etnográfico são: documentar o não documentado, construir uma descrição da situação analisada, permanecer em campo por um período relativamente longo, interpretar a partir de um enfoque teórico e com a contribuição do conhecimento local e, por fim, construir conhecimento sistematizado a partir da experiência de campo. Esse enfoque exige também que o trabalho articule o micro e o macrossocial. Portanto, não será realizado um estudo de caso, mas “sobre um caso” (Rockwell, 1986), pois os dados serão analisados considerando não apenas o saber cotidiano, mas também elementos externos à situação analisada que se articulam diretamente com a produção das representações ou dos conhecimentos locais.

O processo de construção de uma pesquisa etnográfica é considerado por Rockwell (1985) como um campo aberto, um caminho a ser contruído durante o processo de investigação. O pesquisador inicia a pesquisa de campo a partir de uma proposta que será reelaborada de acordo com a realidade encontrada. Dessa maneira, os procedimentos poderão variar, entretanto, a orientação epistemológica do estudo permanece e continua definindo as formas de conduzir a pesquisa.

O trabalho de campo e trabalho teórico constituem-se enquanto processos paralelos na investigação, a partir dos quais serão produzidas representações textuais, que, ao final do trabalho etnográfico terão a forma de um monografia descritiva e analítica. O processo de análise dos dados proporciona que o pesquisador transforme seu objeto de estudo e vislumbre a construção de novas relações a partir do material coletado.

O produto do intenso trabalho de campo é registrado em diário de campo e gera dados e registros que serão analisados e elaborados. Devem ser reservados longos períodos dedicados à reconstruir os fatos e as interações observadas a partir da memória do pesquisador. O período de registro deve se dar imediatamente após o trabalho de campo. Para tanto é necessário exercitar a capacidade de memória e reconstituição dos fatos, processo que pode ser aprimorado com a prática (Rockwell, 1985).

As observações e conversas podem ser gravadas e transcritas, mas, as impressões do pesquisador podem ser mais relevantes que a totalidade do que foi essencialmente dito – com palavras. Há também a possibilidade de utilizar outros

recursos como documentos, mapas, fotos ou outras fontes de informação que complementem o trabalho de coleta de dados. O procedimento de realizar anotações durante o trabalho de campo nem sempre é indicado, pois pode comprometer a atenção do pesquisador a outros dados relevantes, como as reações do participante, as expressões e gestos que podem passar despercebidos quando se prioriza a fala. Muitas vezes, é necessário fazer algumas observações pontuais, para facilitar a memorização e o registro mais completo. Nesse caso, é importante observar se o fato de tomar nota não interfere na relação com os participantes a ponto de comprometer o trabalho de campo.

Para Neves (2006) esse processo caracteriza a possibilidade de compreender a comunidade a partir da perspectiva de seus membros, e os questionamentos do pesquisador acima citados permitem o acesso às interpretações dos participantes a respeito dos acontecimentos que os cercam.

A busca de acesso direto à realidade social, para identificar os significados atribuídos à realidade pelos participantes do estudo é enfatizada também por Geertz (2002) em “O Saber Local”, obra na qual refere-se à principal tarefa do etnógrafo, que não é perceber e conhecer da mesma forma que seus “informantes”, mas desenvolver a capacidade de compreender a forma como ocorre, ou seja, através de que mecanismos se desenvolve a percepção desses informantes:

Em vez de tentar encaixar a experiência das outras culturas dentro da moldura desta nossa concepção, que é o que a tão elogiada “empatia” acaba fazendo, para entender as concepções alheias, é necessário que deixemos de lado nossa concepção, e busquemos ver as experiências de outros com relação à sua própria concepção do “eu”. (p. 91)

Para Geertz (2002), a “teia de conceitos” do senso comum é formada a partir da vivência cotidiana, mas, apesar de corresponder exatamente ao que se vive, não é caracterizado apenas pela experiência imediata. Para o autor, o senso comum é um sistema cultural construído historicamente, a partir da avaliação e interpretação da realidade vivida, ou seja, é um sistema de concepções práticas e morais para “lidar com problemas cotidianos, de uma forma cotidiana, e com alguma eficácia” (p. 117).

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que os fundamentos etnográficos são essenciais para a realização de pesquisas que se fazem científicas não somente

a partir da perspectiva do pesquisador, mas também e, sobretudo, a partir da perspectiva dos participantes, que se dão a conhecer de forma ativa e, portanto, não são meros objetos a serem explorados (observados e analisados).

No processo de construção de conhecimento sobre uma determinada realidade social, deve ser aberta a discussão sobre a relevância política da pesquisa, para que a comunidade possa refletir sobre o sentido da participação nesse processo de construção de conhecimento. Com isso também podem ser levantadas possibilidades de atuação, a partir do trabalho etnográfico, para além da localidade onde foi realizada a pesquisa.

3.1 A atuação em campo e as perspectivas de análise

A pesquisa foi realizada de acordo com os fundamentos do enfoque etnográfico apresentados acima. Assim, foram realizadas observações participantes e registros em diário de campo sobre situações da vida cotidiana no contexto estudado, bem como situações de interação entre os movimentos sociais em eventos não cotidianos, como atividades culturais e de formação política, atos públicos, e a oitava caravana à Brasília, realizada com forma de reivindicação da estatização da fábrica ocupada Flaskô e regularização das moradias da Vila Operária e Popular. Foram utilizados também outros recursos como documentos relevantes para resgatar a historicidade do processo de ocupação da Vila Operária e Popular e que foram considerados importantes para a compreensão da formação dessa comunidade. Também se fez uso de fotografias, que auxiliaram na contextualização do campo pesquisado e na aproximação junto aos moradores da Vila Operária e Popular.

As atuações em campo iniciaram-se desde a organização do projeto, pois para a idealização da pesquisa já havia se estabelecido uma aproximação com os trabalhadores da fábrica. O contato com os moradores da Vila Operária e Popular se deu posteriormente, e o acordo para a realização da pesquisa começou a ser estabelecido ao final de 2010.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, as visitas à Vila foram realizadas com frequência semanal, em horário pré-definido com a responsável pela introdução da pesquisadora no cotidiano dos moradores. O período de imersão em

campo foi de onze meses e, mesmo após a finalização da pesquisa, ainda continuamos realizando visitas à fábrica e à Vila, pois foi estabelecido um ótimo vínculo com os participantes, especialmente com a presidente da associação dos moradores da Vila, que foi o contato de referência da pesquisadora em todo o período que compreendeu o trabalho de campo.

Durante o trabalho de campo, estabelecemos contato com vários moradores da Vila, foi possível conhecer o cotidiano do bairro e algumas dificuldades enfrentadas pelos moradores. Entretanto a referência da pesquisadora em campo sempre foi dada pelas lideranças ou mesmo pessoas diretamente relacionadas a elas, como filhos e companheiros.

Foram participantes da pesquisa os moradores da Vila Operária e Popular, outras pessoas diretamente envolvidas com a ocupação, mas que não fixaram residência no local, bem como os trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô. Considerou-se participantes todas as pessoas com os quais a pesquisadora estabeleceu contato durante as observações em campo. Ao utilizar a abordagem etnográfica, a atuação em campo foi orientada a partir de um enfoque coletivo, a partir da perspectiva de uma comunidade, de um contexto social por meio do qual foi possível observar as relações estabelecidas entre os sujeitos que fazem parte desse contexto específico.

A observação e a escuta se constroem a partir de um lugar, de uma concepção de mundo que orienta a percepção sobre as interações. No entanto, para que o trabalho etnográfico seja efetivo, o pesquisador deve passar por um processo de transformação, ampliando seu olhar para o aprimoramento dos registros. Durante o processo de coleta de dados é fundamental que o pesquisador se coloque questões como: O que faço em campo? O que estou produzindo? Para quê? Qual a contribuição e importância desse trabalho?

No processo de questionamentos sobre a pesquisa, ocorre a reestruturação do objeto de estudo, que é o produto principal do trabalho etnográfico. Nesse sentido, é importante ressaltar que, a presente pesquisa se desdobrou em várias fases. Inicialmente, propunha-se a avaliar as relações estabelecidas entre a Flaskô e a Vila Operária e Popular, mas com o foco na questão do trabalho, sob a perspectiva de emancipação por meio da organização de formas alternativas de produção. Entretanto, o contato próximo com os moradores da Vila, a receptividade e a

inserção da pesquisadora nesse contexto, contribuíram para que o debate sobre a questão do trabalho fosse substituído pelas reflexões sobre articulações entre movimentos sociais distintos. Portanto, realizamos uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, no sentido de tentar articular as duas vertentes que atravessavam os movimentos sociais em questão.

Considerando que a análise etnográfica não corresponde à simples confirmação de hipóteses levantadas no início da pesquisa, durante esse trabalho, buscamos estabelecer novos significados às relações, desenvolver um processo de enriquecimento da descrição do fenômeno estudado, na tentativa de atribuir conteúdo concreto às ideias iniciais abstratas.

O trabalho conceitual caracteriza-se, segundo Rockwell (1985), pela permanente tentativa de explicar a experiência empírica. Em consonância com essa afirmação, construímos um processo de descrição analítica simultaneamente às observações realizadas em campo, possibilitando a articulação do objeto de estudo com a formação de eixos articuladores. A partir dessa construção, foi possível destacar, algumas características relevantes, a serem apresentadas e discutidas no trabalho teórico.

Um aspecto importante a ser ressaltado durante o processo de análise é a releitura do diário de campo e das fotografias, pois esses elementos trouxeram à tona uma infinidade de lembranças, expectativas e frustrações. Nem todas essas experiências poderiam ser exaustivamente descritas nesse trabalho, entretanto, de alguma forma, estão implícitas na forma como se descreve o campo, como se estabelecem as reflexões sobre o contexto e seus atores.

A tentativa de sistematizar e analisar teoricamente essa experiência foi um desafio, no sentido de que colocava em questão, justamente a articulação entre o conhecimento genérico e as situações particulares da realidade vivenciada durante o processo de pesquisa. Como aponta Scheren-Warren (1987), as articulações entre teoria e prática nem sempre se dão de forma harmoniosa, porém certamente são necessárias para a consolidação de práticas efetivas no cotidiano dos movimentos sociais.

Ao final da pesquisa, podemos avaliar que seu percurso foi, em grande parte, um reflexo do fenômeno que se propôs a estudar. Inserida nos dois contextos, porém predominantemente na Vila, a pesquisadora passou a viver as contradições

ali colocadas. Dessa forma, o envolvimento influenciou as análises que se pôde fazer sobre os fenômenos, como por exemplo, quando se avalia que as interferências do poder público são negativas para o movimento dos moradores da Vila.

Na tentativa de tentar superar os embates entre a teoria e a prática cotidiana, bem como para nos auxiliar na compreensão das articulações estabelecidas entre a Flakô e a Vila Operária e Popular, recorreremos a autoras como Heller (2004), para levantar o debate sobre as dimensões particulares e genéricas inerentes aos desafios vividos pelos integrantes desses movimentos. Recorreremos também a Certeau (2005), para estabelecer uma reflexão a respeito das possibilidades de enfrentamento da ordem dominante, mesmo quando não é possível estabelecer uma estratégia de enfrentamento coletivo. Esses referenciais teóricos viabilizaram uma reflexão mais crítica sobre as possibilidades de contestação das condições objetivas não apenas na esfera do discurso ideológico, mas também e essencialmente, na prática cotidiana, nas relações do dia-a-dia, na criação de alternativas para o desenvolvimento do homem em sua totalidade.

4. Dominação e revolução: a dialética no cotidiano dos movimentos sociais

O primeiro contato com o campo de pesquisa foi estabelecido ao final de 2009, por meio de atividades que a pesquisadora desenvolvia na ITCP – Unicamp. Desde então, pude participar de diversos atos promovidos pela Flaskô, como debates, atos públicos e apresentações culturais. Foram realizadas também duas visitas às instalações produtivas da fábrica, nas quais foi possível observar o processo de produção das bombonas.

Entretanto, o trabalho de campo propriamente dito, teve início após um acordo estabelecido com os representantes da Flaskô que, posteriormente, indicaram os contatos dos representantes da Vila Operária e Popular. Em princípio foi estabelecido contato com Mara, uma trabalhadora da fábrica que também mora na Vila. Ela se encarregou de me apresentar à Lika e ao Beto, respectivamente, presidente e vice-presidente da associação dos moradores da ocupação.

Por meio do contato com os representantes dos moradores da Vila é que se iniciaram as observações nessa comunidade. A primeira visita foi realizada no final de 2010, em companhia da presidente da associação, que me apresentou o espaço físico e contou um pouco da história da Vila Operária e Popular.

As características da Vila Operária e Popular, como já mencionado anteriormente, são de um bairro minimamente planejado, e não de uma ocupação feita ao acaso. Além disso, pode-se também observar algumas diferenças entre

regiões da Vila, especialmente na “parte alta”⁹, mais próximas à avenida principal do bairro, local onde os terrenos passaram a ser mais valorizados:

As casas são simples, em sua maioria sem acabamento, principalmente do lado inferior da ocupação, que dá acesso à rua onde fica a portaria da Flaskô. Já as casas localizadas na parte superior, próximas à avenida principal do bairro, são mais bem acabadas, a impressão que se tem é de que aquela parte foi ocupada antes, e que esses moradores tiveram mais tempo para terminar a construção. Entretanto não foi exatamente assim que aconteceu a ocupação (Diário de Campo, 15/12/2010).

De acordo com Lika, todos os terrenos foram ocupados ao mesmo tempo, o que garantiu consistência à ocupação, que só poderia ser concretizada com o aproveitamento total do espaço. Entretanto, por ser mais bem localizada, a área próxima à avenida foi muito valorizada, de forma que a maioria dos lotes ali localizados foram vendidos. Lika relata ainda, que há até um vereador da cidade que possui, dentro da Vila, alguns terrenos, que possuem acesso direto para a avenida, de forma que foi possível construir uma revendedora de carros usados no local. Para ela essa questão é muito problemática, pois essas construções diferenciadas descaracterizam a Vila enquanto ocupação e, muitas vezes, os moradores são acusados de serem oportunistas, pois, de acordo com sua fala: “quem tem necessidade de ocupar um terreno não pode construir uma casa dessas”. Entretanto, esse fenômeno, é reflexo das contradições colocadas no início da ocupação, como será apontado mais adiante. É importante ressaltar que, ao conhecer a Vila mais de perto, foi possível reconhecer que a grande maioria dos moradores, realmente mantém-se instalada na Vila por não ter outra opção de moradia.

Outra questão importante que pode ser observada inicialmente são as características da distribuição dos lotes no interior da Vila. Seu planejamento já previa que alguns espaços deveriam ser reservados para áreas de lazer, e para a

⁹ Esse termo não é utilizado pelos moradores. Será utilizado aqui para indicar a diferença existente entre duas áreas bastante distintas da Vila Operária e Popular, a parte baixa, com melhores condições, e a parte baixa, mais precária.

construção de prédios de uso comum, como a sede da associação de moradores. Outros espaços foram reservados por se localizarem a margem de um pequeno córrego que corta a Vila, e que, em tempos de chuva se torna o único espaço de escoamento da água, provocando erosões em sua margem e ameaçando as casas que estão mais próximas.

Embora se possa observar o cuidado do planejamento urbanístico da Vila, também é possível perceber que esse planejamento não se concretizou totalmente. De fato, os espaços reservados para o lazer e para áreas de uso comum ainda não foram aproveitados e, no terreno que havia sido reservado para a construção da sede da associação de moradores, foi construída uma casa recentemente.

As praças e espaços de lazer também ainda permanecem como um projeto, enquanto as ruas, os quintais e os espaços à margem do riacho são ocupados especialmente pelas crianças que soltam pipa, jogam futebol ou simplesmente correm livres ocupando os espaços comuns da Vila.

As ruas não são asfaltadas, exibem uma terra vermelha batida e parte do esgoto corre a céu aberto em valas, às vezes profundas, nos limites entre ruas e calçadas. A falta de saneamento básico apresenta riscos à saúde da população, pois não há um local adequado para o escoamento de esgoto. Entretanto, a situação é ainda mais grave com relação ao escoamento da água de chuva, pois a falta de uma estrutura adequada provocou um grave acidente com uma criança da Vila. Em certo local, a Vila faz limite com outro bairro, que possui maior infraestrutura, inclusive asfalto. Lika relatou que, ao final de 2009, as chuvas foram muito intensas:

“Havia um menino, que veio de São Paulo, ele brincava aqui com as crianças e estava morando na Vila. Ele saiu para comprar pão, estava chovendo. Ele não demorou muito, mas a enxurrada estava muito forte, ele foi tentar atravessar a rua e a enxurrada levou. Sabe ali em baixo onde tem o outro bairro? Então, o asfalto de lá estava cedendo. Na verdade a força da água levantou o asfalto e ele foi arrastado pra dentro do buraco que ficou entre a terra e o asfalto levantado. Tentaram tirá-lo de lá, mas a força da água era muito grande, ele morreu afogado” (Diário de Campo, 15/12/2010).

Ao contar o caso, me indicava o local, repetidas vezes. Não olhava para mim enquanto falava sobre a morte do menino, apenas tentava me mostrar o local exato onde tudo havia acontecido. Ela parecia ver a cena. Penso que ela realmente viu, que muitos moradores viram. Pelo que foi relatado, algumas pessoas até tentaram salvá-lo, mas não conseguiram. Sua expressão era muito séria nesse momento, tive

a impressão de que tentava dizer não apenas sobre um acidente, pois relatou que o problema do escoamento de águas no período das chuvas já era antigo e que as crianças da Vila estão, cotidianamente, sujeitas a acontecimentos como este.

Mas, após o acidente, foram realizadas algumas obras, no sentido de tentar canalizar a enxurrada e também diminuir os riscos de desabamento das casas que estavam mais próximas ao córrego:

Caminhamos rapidamente. Não estávamos muito distante e logo chegamos ao local onde a prefeitura havia feito a obra de contenção da erosão. Ela [Lika] comentava impressionada como tudo estava diferente. Dizia que aterraram mais de vinte metros do buraco e que haviam *mudado o percurso do rio*. Realmente, o lugar estava muito diferente. Não havia mais o barranco que vi da última vez e o córrego estava bem mais distante da casa que estava condenada pela defesa civil na ocasião em que estive por lá. Ela comentou que todos ficaram muito satisfeitos com o resultado, mas brincou dizendo que eu “precisava ver [...] *agora aparece um monte de vereador querendo ajudar*” (Excerto de diário de campo, 09/02/2011).

Ela conta sobre os acordos que os moradores da Vila Operária e Popular tentam fazer com a prefeitura, mas indica que só conseguiram essa obra por influência política, de alguém, que ela preferiu não especificar, que, por vezes, facilitava o acesso a serviços essenciais, como a obra que, apenas um ano depois do acidente com o menino, trouxe alguma segurança para os dias de chuva intensa.

Outra questão que apareceu com muita intensidade foi, a reivindicação de direitos básicos de cidadania. Por não terem uma residência legalizada, os moradores da Vila não possuem endereço, ou seja, são impossibilitados de ter acesso a vários outros direitos básicos, uma vez que, para ter acesso a serviços de saúde, educação ou mesmo à previdência social, é necessário apresentar um comprovante de residência.

Os moradores da Vila, obviamente, não têm como comprovar o local de moradia, pois legalmente elas não existem. A dificuldade é grande e, como dizem os próprios moradores, “*o carteiro não entra aqui [na Vila]*” (Diário de Campo, 15/12/2010) e todos têm de conseguir um familiar ou conhecido que aceite receber suas correspondências. A comprovação de uma residência fixa, portanto, na atual configuração social é a condição para que se tenha acesso a outros direitos fundamentais. Os moradores dizem se constranger com isso cotidianamente, justificando a necessidade de legalização de suas moradias. Essas observações

indicam que, alguns aspectos apontados por Castel (2003), ainda estão presentes na estruturação da assistência social, como a questão da necessidade de comprovação de um domicílio fixo para que se possa ter acesso aos serviços de proteção social.

Em contrapartida, observa-se que outras necessidades estão sendo supridas pelos próprios moradores, que conseguem ter acesso à água, à energia elétrica e até mesmo internet banda larga por meio de instalações irregulares. Uma das lutas dos moradores atualmente é pela iluminação pública, pois desde o início da ocupação, os próprios moradores providenciaram energia elétrica improvisada. Mas as ruas não têm postes e a concessionária de energia não está disposta a negociar a instalação da rede de iluminação pública enquanto a Vila não estiver legalizada.

Entretanto, a ligação de energia elétrica individual vem sendo conquistada com maior facilidade pelos moradores, pois, devido ao grande número de instalações irregulares, a concessionária permitiu e até viabilizou a distribuição de energia elétrica nas residências, doando os postes de instalação para regularizar a distribuição do serviço. Com isso, alguns moradores, especialmente os que moram em casas mais próximas aos limites da Vila, não possuem mais os chamados “gatos”¹⁰, entretanto reclamam da falta de iluminação pública, relatando que as ruas ficam muito escuras, especialmente na parte que fica mais próxima ao córrego. Apesar de a concessionária alegar a necessidade de regularização das casas para a instalação de rede de iluminação pública, a questão parece estar mais relacionada à forma como essas reivindicações são apresentadas pelos moradores, que poucas vezes conseguem se articular coletivamente.

4.1 Implicações dos modos de produção para a reprodução da vida

¹⁰ Instalações providenciadas pelos próprios moradores para ter acesso à energia elétrica. Essas instalações são ilegais, portanto, os moradores podem responder ludicamente por elas.

Desde as primeiras observações em campo, foi possível identificar que a trajetória de trabalho das moradoras da Vila Operária e Popular caracterizam sua condição de população excluída, ou como melhor definiu Castel (2003), desfiladas, às margens da sociedade. Muitas trabalham como empregada doméstica, outras fazem bicos como costureira, babás ou diaristas.

Dentre as mulheres que se teve contato, nenhuma delas trabalha com vínculo formal, e muitas fazem algum tipo de artesanato para complementar a renda. Em uma das visitas a campo, foi possível presenciar uma situação que reunia várias mulheres, que durante o tempo que permaneceram juntas, trabalhavam e comercializavam alguns produtos. Algumas trabalhavam em seus tapetes de tricô ou levavam consigo as crianças que estavam “olhando”¹¹. Além das atividades de trabalho, elas também estabeleciam um comércio muito particular, como a venda de presilhas artesanais, camisetas customizadas e artesanatos em geral. Estavam vendendo os produtos para “pagar quando puder” ou mesmo trocavam por outros produtos ou serviços.

Na segunda visita realizada à Vila Operária e Popular tive a oportunidade de conhecer algumas mulheres que se organizaram para distribuir alimentos às famílias que tivessem maior necessidade. Esse alimento é doado por intermédio de um voluntário, que leva o alimento já pronto até a casa de uma das mulheres que organizam a distribuição.

Enquanto se organizavam para a chegada dos alimentos discutiam as dificuldades da distribuição. Mencionavam a questão do rodízio de casas para a distribuição dos alimentos e o problema da “mistura”, ou seja, os desentendimentos decorrentes da divisão de carne durante esse processo.

Essa organização já havia sido mencionada por Lika em nosso primeiro contato:

¹¹ Há mulheres, como a própria presidente da associação de moradores, que cuidam de crianças vizinhas enquanto as mães trabalham “fora”, ou seja, exercem atividades que as impedem de manter os cuidados com os filhos.

Outra questão que ela mencionou durante o almoço, foi o fato de estar “organizando” uma ação em prol dos moradores da Vila, conseguindo alimento “pronto para comer” duas vezes por semana. Ela parecia muito orgulhosa em me contar sobre as doações. Dizia que eram poucas as comunidades que conseguiram essa parceria, e que o efeito disso na Vila era muito positivo: “imagine um pessoal que tá comendo carne toda semana!”. (Excerto de diário de campo, 11/12/2010).

Como se pôde observar, apesar da falta de vínculos trabalhistas que garantam a sobrevivência das famílias, a solidariedade local funciona como uma espécie de proteção que impede que essas mulheres se tornem desfiladas, ou seja, sem participação em atividades produtivas e completamente desintegradas da estrutura social produtiva:

Enquanto conversávamos sobre o período que permaneceu em um abrigo para mulheres vítimas de violência, Daniela mencionou também que foi lá que aprendeu a fazer patchwork, e começou a me mostrar os trabalhos que já tinha feito. Empolgou-se mostrando roupinhas de sua filha, camisetas com detalhes muito bem feitos à mão, pois ela não tem máquina de costura. Mostrou-me também alguns enfeites para cabelos, feitos em várias cores, no formato de flores de tricô. Lika a ajudava me mostrar seus trabalhos, pois Daniela sempre se voltava aos cuidados com as crianças, e sem que ela percebesse, me dizia que era muito importante essa atividade para que ela gerasse renda, pois não pode trabalhar em virtude do cuidado com as crianças, especialmente com o filho mais novo que tem autismo.

Resolvi então comprar um enfeite de cabelo, e Lika me ajudou a escolher. Cada florzinha custava R\$2,50 e, como não tinha dinheiro trocado, resolvi ficar com duas. Assim não precisaria trocar o dinheiro, além disso, era realmente um trabalho muito bonito.

Após comprar as flores de tricô, sugeriram que eu comprasse também uma camiseta, decorada com desenhos em patchwork, que custava R\$30,00 cada. Disse que não poderia comprar, que eram muito bonitas e bem feitas, mas no momento ficaria apenas com as flores. (Excerto de diário de campo, 09/02/2011).

Enquanto esperávamos pela comida, novamente insistiram para que comprasse as também as camisetas:

Rose, amiga de Daniela, que estava lá desde o início, comentou com algumas das mulheres que chegaram após a distribuição das senhas, que eu era universitária e não estava querendo comprar. Uma delas então disse: “universitária? Eu ganho um salário mínimo e comprei três!” Mostrei-me surpresa com o comentário, e refleti rapidamente sobre o impacto disso para as despesas domésticas de uma família que sobrevive com um salário mínimo. Entretanto preferi não fazer comentário algum, pois pensei também na questão de como somos transformados em consumidores compulsivos na sociedade capitalista, enfim, não cabiam reflexões desse tipo naquele momento, então simplesmente repeti: “um salário mínimo!”, indicando certa admiração, por ela ser uma mulher que conseguia sustentar sua família com muito esforço, e ao mesmo tempo revolta, por ela estar submetida a esta situação. Elas compreenderam o que eu

queria dizer, mas de qualquer forma preferi deixar para comprar as camisetas em uma próxima oportunidade. (Excerto de diário de campo, 09/02/2011).

A insistência delas refletia algo mais do que me colocar no lugar de consumidora para movimentar o comércio. Na verdade, elas não insistiam para que eu comprasse seus próprios produtos, mas sim os da Daniela. Lika já havia comentado a importância dessas vendas para ela, e que era com esse recurso escasso que ela sustentava seus filhos.

Com esse tipo de comercialização, realizada diariamente antes da distribuição da comida, elas conseguiam fazer com que o dinheiro que algumas ganhavam fora, circulasse dentro da vila. A troca de serviços também é uma prática muito comum, e dentre as atividades mais compartilhadas na Vila estão o cuidado com crianças, as caronas entre vizinhos, as faxinas e demais atividades domésticas, como passar roupas.

Um exemplo seria o caso de Maria, uma das mulheres que frequentava a distribuição de alimentos. No dia em que me conheceu, me ofereceu seus serviços de professora, se dispôs a me ensinar o artesanato que fazia, mesmo sabendo que eu não era da Vila. Ela estava interessada em conversar, e talvez inicialmente, não tivesse clareza de estar trabalhando ao me dar instruções precisas sobre os métodos que utilizava. Entretanto ao final da conversa justificou que seu modo de falar era em função de sua profissão de professora de artesanato:

A Lika estava ajudando na preparação da mesa para a distribuição de alimentos, e eu procurava conhecer as demais mulheres. Resolvi então pegar uma agulha e arriscar alguns pontos de crochê. Como não tenho muita prática, e há anos não faço um ponto, tive muita dificuldade. Rapidamente uma mulher se aproximou de mim perguntando se eu sabia fazer crochê. Respondi que sabia pouco, que estava tentando, mas tinha dificuldade. Ela se dispôs então a me ajudar. Deu algumas orientações, de como fazer o ponto alto, me acompanhou nos movimentos e em seguida pediu para que eu não reparasse no jeito com que ela me falava, pois era hábito de professora. (Excerto de diário de campo, 09/02/2011).

Após me concentrar por algum tempo nessa atividade ela permaneceu por ao meu lado para contar sua história, a história das roupas que fazia para ela mesma, inclusive seu vestido de casamento. Contou sobre sua fibra ao lidar com um marido alcoolista e também sobre as dificuldades que tem para trabalhar agora. Relatou sempre ter se dedicado ao artesanato e, por muito tempo, além de fazer

suas próprias peças para comercializar, também ensinava na igreja. Ensinou por muitos anos, mas agora estava com problemas no braço, com tendinite:

Andei entre as mulheres por alguns instantes e voltei para perto da Maria. Ela estava fazendo crochê ainda, era um tapete. Perguntei sobre as flores que decoravam o tapete, se eram aplicadas. Ela disse que não e que se eu quisesse poderia me ensinar. Comentei sobre a prática que ela tinha e a rapidez com que traçava cada ponto, ao que ela disse que o único problema era que às vezes doía muito, pois tem tendinite e também bursite nos dois braços. Perguntei como ela conseguia trabalhar, mesmo sentindo tanta dor. Ela mencionou **que só parava quando “amarelava”**. Que quando não estava bem ficava amarela, então as pessoas percebiam que ela não estava passando bem e sempre ofereciam ajuda. Ela conversava comigo na área, sentada sobre uma porta velha, feita de mesa sobre alguns tijolos. A Daniela havia improvisado essa mesa para colocar os baldes com comida assim que chegasse. Havia até uma toalha de mesa, para esconder o aspecto estranho da porta que ainda há pouco estava jogada no quintal. Outras mulheres também estavam sentadas sobre a mesa, então pediam que saíssemos para que pudessem arrumar a mesa, pois a comida já estava chegando. (Excerto de diário de campo, 09/02/2011).

Com esses relatos ela conotava sobre sua identificação com o próprio trabalho, do orgulho de ter feito seu vestido de noiva, de dar aulas na igreja. Mas diziam também do sofrimento causado pelos movimentos que repetia muito rapidamente, sem olhar para o trabalho conversava e não errava um ponto sequer.

Em uma primeira análise, poder-se-ia dizer que, há uma rede de solidariedade entre algumas mulheres da Vila. A caracterização desse espaço, portanto, nos remete às redes de proteção social primária, colocadas por Castel (2003). Embora tenham grande dificuldade de se organizar para atividades que exigem maior consciência política, as observações entre essas mulheres revelaram que o pertencimento com relação à comunidade mobiliza ações coletivas de ordem mais imediata (Scherer-Warren, 1987).

Entretanto é importante ressaltar que esse fenômeno foi observado somente na parte inferior da vila, pois, como já mencionado, a parte superior aparenta ter famílias economicamente mais favorecidas. Não foram realizadas observações diretas na parte superior da vila, a que fica mais próxima à avenida principal do bairro. Contudo, o contato com algumas famílias que moram nas proximidades da casa de Lika, foi suficiente para identificar o quanto a questão da pertença à comunidade é determinante para a sobrevivência dessas pessoas.

4.2 A politização das práticas cotidianas

Não há uma definição clara da Plataforma Política da Vila Operária e Popular, pois seus integrantes ainda não se estruturaram enquanto um movimento social institucionalizado, ao contrário, configuram apenas uma articulação de pessoas com interesses em comum, característica que, de acordo com Scherer-Warren (1987), é suficiente para configurar um movimento social de base. Apesar da falta de uma plataforma política formalmente definida, a partir da vivência em campo foi possível identificar alguns objetivos principais para a articulação do movimento, como:

- A luta pela regularização e conservação de suas moradias;
- Luta por melhorias estruturais para a comunidade, como saneamento básico, energia elétrica, iluminação pública e limpeza urbana;
- Questões específicas (como a garantia de atendimento dos moradores nos centros de saúde);
- Mobilização dos moradores para manifestações e atos públicos;
- Articulação com apoiadores, outros movimentos sociais e até mesmo o Estado.

Entretanto, apesar de conseguir estabelecer alguns princípios básicos de atuação, o movimento não consegue estabelecer ações articuladas, no sentido de propor transformações mais estruturais, como ocorre no Movimento das Fábricas Ocupadas. Para Scheren-Warren (1987), essa é uma característica dos movimentos sociais com formas de atuação localizadas, pois mais do que enfrentar o poder instituído, partem da proposta de criar uma nova cultura política na localidade. Valor que para a autora, seria a contribuição fundamental desses movimentos sociais.

Em certa medida, as relações estabelecidas na Vila, especialmente entre as mulheres, expressam um rompimento com a ordem dominante, mesmo que não tenham consciência disso.

Um exemplo seria a mobilização das moradoras da Vila para conseguir água encanada em suas casas, pois como as moradias não são regularizadas, a dificuldade de acesso a serviços como saneamento básico e energia elétrica é maior que a dificuldade dos demais bairros da região. Ainda no início da pesquisa não havia fornecimento de água regular em casa alguma da Vila, o que obrigava os moradores a se submeterem a fazer por si mesmos, instalações irregulares e

precárias. Alguns construíram poços artesanais, outros se reuniram para construir uma espécie de vala onde passava o encanamento improvisado de água.

A água é uma das principais reivindicações dos moradores da Vila junto à prefeitura, mas foi também uma questão fundamental para revelar outro aspecto que se faz importante para a compreensão das relações estabelecidas no local:

Enquanto conversávamos, a Daniela mencionou várias vezes a questão das mulheres da Vila. Perguntou se a Lika não tinha fotos de quando elas cavaram a vala para o abastecimento de água. Então, perguntei se eram sempre as mulheres que se organizavam na Vila, perguntei sobre a atuação dos homens. Elas riram, pensaram um pouco e a Daniela, então, disse que tem até alguns homens ali sim, mas que são sempre as mulheres que se unem para ajudar umas às outras, e tomam iniciativas como essa de cavar, de se juntar para a distribuição de alimentos. Notei certa dificuldade delas em definir o papel dos homens ali. Elas pareciam tentar defini-los, como omissos, individualistas, enfim, não surgiu definição alguma, mas em seguida foi emendada uma conversa sobre a agressão sofrida pela Daniela, provocada por seu último marido (Diário de Campo, 09/02/2011).

Nesta conversa elas indicaram o que pode ser observado com facilidade ao aproximar-se um pouco mais do cotidiano da Vila. As articulações entre os moradores, tanto para iniciativas de ir à prefeitura reivindicar seus direitos, quanto iniciativas de ordem mais prática, como cavar um buraco pela Vila toda e organizar o abastecimento diário de alimentos, sempre são promovidas pelas mulheres.

E quando questionadas sobre os homens, contam casos de violência. Evidentemente não se pode generalizar a questão da violência, mesmo por que não há dados suficientes sobre essa questão, mas o que se pode afirmar, a partir da experiência em campo, é que a participação política das mulheres é mais efetiva que a dos homens. Nesse sentido, a organização dessas mulheres, indica a afirmação das potencialidades femininas no interior do movimento.

As mulheres também protagonizaram outros exemplos de transformação das práticas cotidianas, que foram ressignificadas durante a pesquisa. O contato com a obra de Michel de Certeau foi significativo para estabelecer os primeiros questionamentos sobre a *politização das práticas cotidianas* (Certeau, 2008) e estabelecer uma análise sobre as possibilidades de ação dessas mulheres como protagonistas diante das imposições culturais colocadas por uma classe dominante.

Nesse sentido, foi possível definir melhor algumas questões relevantes para a atuação em campo, como por exemplo: quais as apropriações que fazem os

moradores da Vila Operária e Popular das concepções estabelecidas pela ordem dominante, sobre as condições de ocupação do espaço urbano? Quais as relações estabelecidas no cotidiano enquanto dimensão do vivido e compreendido a partir das possibilidades de ação do fraco sobre o forte?

As reflexões sobre as possibilidades de resistência do consumidor e dos usos que ele pode fazer dos produtos impostos pela ordem dominante, orientaram o olhar durante o trabalho de campo, de forma que foi possível identificar que os/as moradores/as da Vila Operária e Popular não eram absolutamente passivos/as. Foram identificadas algumas formas de resistência dessa comunidade, como as formas de ocupação e movimentação no espaço urbano.

Um exemplo disso é uma forma de apropriação diferenciada da propriedade privada. De fato, esse princípio ainda é mantido na Vila Operária e Popular, pois os moradores, apesar de não se apropriar do espaço da forma que é determinada pela ordem dominante, após a ocupação, ainda identificam esse espaço como uma propriedade privada. Entretanto os usos que se faz desse espaço não são os determinados pelos padrões de relacionamento presentes na ordem capitalista. O espaço é compartilhado pelos moradores e orientado por uma lógica que destoa da concepção de propriedade, sob a qual o proprietário tem total autoridade. Na Vila Operária e Popular, alguns quintais são praticamente extensões das ruas e dos espaços coletivos. As crianças circulam livremente nesses espaços, ocupam os quintais dos vizinhos e as ruas brincando. As mulheres também circulam com certa naturalidade entre as casas vizinhas em virtude das relações de cooperação que mantém, apesar dos conflitos frequentes.

Outro aspecto observado em campo foi a complexidade das relações estabelecidas entre os/as moradores/as da Vila, relações conflituosas e simultaneamente cooperativas:

Em certa ocasião, Lika relatou o desentendimento que teve com Daniela, queixando-se de sua postura, relatando que as duas chegaram a se ofender gravemente e por muito pouco não se agrediram fisicamente. A impressão que tive ao ouvir o relato foi de que o conflito seria determinante para o fim do relacionamento entre elas, mas me surpreendi. Na visita seguinte, enquanto acompanhava Lika pela Vila, ela entrou comigo da casa de Daniela, como sempre fazia, sem nem mesmo chamar e avisar que estava entrando. Eu, que não havia me posicionado sobre o conflito entre as duas, decidi manter esse posicionamento e entrei na casa sem questionar se haviam se reconciliado.

E, para minha surpresa, as duas continuavam tão íntimas quanto antes! Conversaram sobre os cuidados que Lika teve com Cris (filho de Daniela, de

quatro anos que tem autismo) no período da manhã. Ela relatava a dificuldade que teve para fazê-lo comer e também as tentativas de ensiná-lo a não jogar comida sob o sofá. Percebi que entre elas havia mais que intimidade, mais que cumplicidade, era uma espécie de relação entre irmãos, que, apesar das brigas sempre continuam juntos, são sempre obrigados a resolver seus conflitos (Diário de Campo, 31 de março de 2011).

Apesar da colonização da vida cotidiana pela lógica capitalista, estimulando a competição e a independência, o contexto em questão parece ainda conservar características de outras formas de relação. Nesse contexto não cabe a competição, pois há sempre a necessidade de que uma cuide das crianças da outra, ou mesmo que se articulem em mutirões de para atender necessidades coletivas da comunidade.

Não há também a possibilidade de total independência com relação aos vizinhos, visto que, nessa comunidade, as demandas são supridas coletivamente, e as necessidades básicas da família são garantidas por meio da solidariedade e cooperação entre as pessoas da Vila, especialmente entre as mulheres.

Essas ações podem ser identificadas como táticas utilizadas por essa comunidade no sentido de garantir a sobrevivência de seus integrantes. Táticas no sentido de que estão determinadas pelo acaso, são criadas em cada circunstância e nem sempre se conservam (Certeau, 2008). Entretanto, estão sempre insistindo em desviar da ordem dominante, criando alternativas para a sobrevivência dessa comunidade, porém, sem se estabelecer enquanto uma alternativa de transformação da dura realidade ali vivida. Essas observações poderiam ser comparadas ao exemplo citado por Certeau (2008) ao relatar o caso de povos indígenas que resistiam à colonização europeia:

Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo. Procedimentos de consumo conservavam a sua diferença no próprio espaço organizado pelo ocupante (p. 95).

O autor afirma que, embora não na mesma proporção, esse processo também ocorre nos “meios populares”, que fazem usos diversos das determinações culturais impostas pela classe dominante.

Também foi possível repensar algumas questões que já estavam dadas no início da pesquisa. Como exemplo, poderia citar a transformação da maneira de

olhar a participação de um grande número de mulheres da Vila em experimentos da indústria farmacêutica.

Inicialmente este fato era visto apenas como uma grave forma de submissão dessas mulheres ao poder econômico que, além de dificultar o acesso ao trabalho, apresenta-lhes uma forma de ganhar (pouco) dinheiro por meio da participação no que elas mesmas definem como “pesquisas”, ou “testes” de medicamentos¹², cosméticos (como cremes para a celulite, rugas), e até mesmo tintura de cabelos.

Logo nas primeiras visitas realizadas à Vila Operária e Popular, pôde-se ouvir relatos das mulheres que participavam dos testes:

Elisa estava aparentemente abatida. Parecia cansada, e Lika logo disse às crianças que a deixassem descansar. Ela havia ficado internada durante 3 dias para um teste, e hoje teria que voltar ao laboratório para fazer outras avaliações. Estavam tentando resolver o problema do transporte de Elisa até o laboratório. Lika ofereceu carona, disse que seu marido poderia levá-la quando chegasse, mas Elisa não poderia correr o risco de se atrasar. Então estava por ali aguardando o horário do ônibus. As crianças corriam pelo quintal e pela casa. Seus dois filhos ficariam sob a responsabilidade de Lika. Então me aproximei para perguntar como ela estava. Ela relatou estar habituada a fazer esses testes, pois não tem trabalho fixo e precisa sustentar seus dois filhos. A mãe de Lika, que estava próxima, parecia tentar ajudar Elisa a justificar-se, dizendo que não tinham muita opção. Elas demonstravam saber superficialmente sobre os riscos aos quais se submetiam, mas tratava-se de uma prática comum entre essas mulheres. (Diário de Campo, 29 de abril de 2011).

Este assunto é bastante frequente entre as mulheres com as quais se estabeleceu contato. Todo tempo trocam informações sobre novas oportunidades de testes, sobre os valores pagos e as condições para ser aceita pelo laboratório.

Muitas vezes, elas traziam os cosméticos para casa, com o compromisso de utilizá-los por determinado período, a fim de voltar ao laboratório e fazer uma avaliação sobre a eficácia do produto.

Inicialmente, via essas mulheres apenas como vítimas dessa situação, da impossibilidade de trabalhar, submetendo-se a experimentos farmacológicos, cujos efeitos elas desconhecem completamente. Elas assinam termos de consentimento

¹² Ninguém soube fornecer informações precisas sobre as características dos medicamentos.

sem ter clareza sobre os procedimentos que serão realizados e quais as consequências para seu corpo. Entretanto, com a convivência, pude notar que, apesar de não ter total controle, essas mulheres também eram protagonistas dessa situação. Utilizam esses experimentos para fazer uso de produtos cosméticos que dificilmente teriam acesso, além de utilizar os testes de tintura para cabelos com um salão de beleza! Elas, visivelmente, não estabeleciam um compromisso os laboratórios, burlavam a seleção, mentiam sobre os critérios e, algumas vezes, recebiam o dinheiro e não cumpriam as condições determinadas.

Essas ações, especialmente no caso de teste de medicamentos, pode ser considerada como um agravante do risco ao qual elas já estavam submetidas, fato que sempre causou certa preocupação durante o trabalho de campo.

Entretanto, foi possível identificar alguma forma de resistência. Certamente, as relações de força tornam a possibilidade de ação dessas mulheres restrita, pois as ações que o fraco pode empreender sobre o forte são sempre limitadas às circunstâncias das quais depende para agir. E, nesse caso, as relações de força desiguais limitam as possibilidades de ação. Certeau (2008) afirma que “as táticas do consumo, engenhosidade do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas” (p. 45). Mas, em que medida os usos que as mulheres fazem dessas pesquisas de laboratório podem ser considerados táticas no sentido descrito por Certeau (2008)? Mesmo ao final da pesquisa ainda permaneceu a questão de quais seriam as possibilidades de politização das práticas cotidianas por meio dessas resistências tão sutis.

4.3 Vida cotidiana e militância: dimensões complementares ou antagônicas na dinâmica dos movimentos sociais?

Participar de um movimento social pode transformar a estrutura da vida cotidiana de sujeitos que se comprometem com as atividades relacionadas ao processo de mobilização coletiva. No caso de movimentos não institucionalizados, como o movimento dos moradores da Vila Operária e Popular, a falta de estrutura organizacional pode ser um fator determinante para que um número restrito de pessoas concentrem tanto as atividades práticas de mobilização do grupo, quanto as de ordem mais burocráticas. Dessa forma, nas atividades de campo, observou-se

que as ações relacionadas ao movimento dos moradores da Vila concentravam-se na liderança e, especialmente, em dois integrantes da associação. Assim, além da sobrecarga de trabalho sobre essas pessoas, ocorre também que o funcionamento da associação dos moradores da Vila é prejudicado em virtude da falta de participação de grande parte dos moradores da ocupação.

Em determinado momento, a participação da pesquisadora foi muito próxima das lideranças da associação dos moradores, pois pretendíamos auxiliar no processo de mobilização coletiva na Vila. Portanto, foi possível participar das tentativas de chamar a comunidade, como em ocasiões em que ajudamos a escrever cartazes convocando os moradores para atos públicos, a organizar boletins informativos sobre as atividades da associação e, até mesmo, auxiliando na construção da pauta da assembleia. As observações realizadas durante a construção da pauta demonstram a dificuldade de articulação interna ao movimento:

Perguntei à Lika quem eram as pessoas que compunham a associação, para que pudéssemos organizar a pauta da assembleia considerando todos os integrantes. Questionei se havia mais pessoas que poderiam contribuir para a elaboração da pauta. Ela ficou pensativa por alguns instantes, parecia fazer um esforço para lembrar quem “participava” da associação. Ao responder, citou mais quatro pessoas além dela e do Beto. Entretanto, já completou dizendo que, na verdade, ninguém participava. Então perguntei se, na prática, eram somente os dois, ao que ela respondeu: afirmativamente, demonstrando muita insatisfação com o que ela mesma constatava. (Excerto de diário de campo, 22/08/2011).

Nesse momento ficou claro o peso que essas atividades representam em seu cotidiano. Isto soma-se ao fato de que, como ela mesma diz, a sede da associação é a sua casa, ou a casa do Beto. Por isso, ela frequentemente relata a movimentação de pessoas “batendo à sua porta” para pedir informações, e fazer questionamentos sobre as melhorias na Vila:

Fomos ao encontro de Lika e conversamos um pouco, falamos sobre o estado de saúde de seu filho, que estava internado e, em seguida fomos mais para o meio do bairro para tentar ver as obras que a prefeitura estava realizando para fazer a instalação de água. Encontramos duas mulheres que vieram falar com Lika. Elas estavam muito preocupadas, pois desligaram o “gato” da água delas para fazer a instalação legal, mas não fizeram naquele dia e tampouco deram uma previsão de quando voltariam para fazer o serviço.

A Lika permaneceu algum tempo falando com elas. Ela realmente é uma referência para os moradores da Vila, que não participam efetivamente da organização de pautas para a melhoria do bairro, nem de atividades organizadas pela associação de moradores, mas sempre recorrem à Lika para que ela se responsabilize por isso.

Ela sempre manifesta muito descontentamento com isso, pois se sente cobrada pela representação do bairro, por pessoas que não tem comprometimento algum com a participação nas atividades, mas estão constantemente cobrando os resultados. *“E aí? Quando vai ligar a água?”* Eles dizem, mas não participam do processo.

Ela relata que essas cobranças são constantes e que, frequentemente, vão até sua casa para fazer esse tipo de reivindicação. Entretanto, nunca relatou que esses moradores manifestaram-se coletivamente, ou seja, como ressaltado por Lika: *“cada um vem querer saber do seu problema!”*. (Excerto de diário de campo, 14/09/2011).

Nas ocasiões que se organizam para fazer manifestações, Lika sempre demonstra abatimento por não conseguir mobilizar os moradores da Vila. Reclama estar sempre sozinha nessa luta, e contar apenas com Beto:

Quando voltei à fábrica, Lika já estava na portaria com seus filhos, uma criança que estava cuidando e algumas outras pessoas que eu não conhecia. Ela estava visivelmente incomodada, pois não havia quase ninguém da Vila lá. Questionei se eles divulgaram o ato, se fizeram os cartazes (que durante a semana, por telefone ela comentou que estavam fazendo) para chamar os moradores. Ela, então, respondeu que não teve tempo, que era sempre a única a providenciar as coisas para a Vila. Que era uma só. Com isso, reclamou que muita gente estava em casa, que não trabalha e poderia participar e apoiar o movimento, mas não queriam se envolver. Reclamou que, depois, esses moradores vêm perguntar sobre os resultados, sobre quando conseguirão a água, o asfalto, mas nunca participam das reivindicações. (Excerto de diário de campo, 11/02/2011).

Nessa perspectiva, os relatos registrados nem sempre apresentam uma distinção clara entre os limites do dia-a-dia, das questões práticas relacionadas à sobrevivência de pessoas – como Lika – e as atividades de militância pelo movimento. A história pessoal está completamente permeada pela história do movimento, de forma que não é possível para essas pessoas contar a história de suas vidas sem contar a história da ocupação da Vila. Os problemas enfrentados durante a ocupação são sempre um marco nos relatos ouvidos durante o trabalho de campo. Lika relata com frequência a forma como chegou à Vila:

Ela relata que quando chegaram ao terreno era tudo coberto de mato e, até as mulheres tiveram que carpir. Nota-se, em seu relato, que as mulheres nunca foram poupadas dos trabalhos pesados durante o processo de ocupação. No seu caso, era ainda mais complicado, pois estava grávida e tinha muita dificuldade em ficar o dia todo *“no sol quente debaixo daquela lona preta”*. Mas afirma que era necessário para que não fossem expulsos do terreno, pois a única forma de garantir o espaço em que estavam acampados era permanecer ali. Ela relata que algumas pessoas se afastavam das barracas por alguns dias, pois sempre precisavam lavar roupas, conseguir alimentos ou mesmo trabalhar. Entretanto, o barraco que ficasse, no máximo, dois dias vazio era destruído. E se alguém voltasse para reclamar seu espaço seria seriamente agredido. Nesse contexto, ela

precisava permanecer no barraco com os filhos pequenos, revezando com o marido. Em certo momento, seu marido além de ficar no barraco para garantir o espaço que havia ocupado, também ficou responsável pela “segurança” da ocupação. Ele e outros integrantes, permaneciam durante a noite nas fronteiras da ocupação para se defender da polícia, que ameaçava invadir o local. Além disso, havia certa rivalidade entre outros grupos locais que também queriam ocupar aquele espaço, de modo que havia a iminência de um conflito armado entre esses grupos. Glauco, marido de Lika, que já trabalhava durante o dia como vigia em uma empresa, ficava de guarda da ocupação, alternando com seus horários de trabalho. Com isso, o desgaste de toda família é sempre ressaltado por Lika, mas decidiram permanecer na ocupação, pois não possuíam moradia própria e viam ali uma possibilidade de construir uma nova perspectiva de vida. O engajamento político do casal foi determinante nesse momento em que Lika ainda nem pensava em um dia se transformar numa liderança da associação de moradores. (Excerto de diário de campo, 08/04/2011).

Em alguns momentos, a falta de limites claros entre a vida cotidiana e a militância, faz com que Lika tenha dificuldade de articular reivindicações para a Vila, pois, algo que reivindicado de forma coletiva seria muito legítimo, quando reivindicado por uma pessoa isoladamente pode tomar a forma de uma tentativa de obter benefícios particulares:

Como já havia mencionado anteriormente, Lika reafirmou que é membro do Conselho Municipal de Saúde. Então, comentou sobre algumas questões da reunião do conselho e me mostrou a reivindicação de uma moradora da vila, que solicitava um agente de saúde, pois seu acompanhamento no Centro de Saúde foi prejudicado pela falta desse profissional. A necessidade de um agente de saúde foi reafirmada por Lika, que mencionou que muitas pessoas são prejudicadas na Vila por isso, pois há casos de acamados e pessoas que necessitam do acompanhamento mais próximo viabilizado por essa prática. Além disso, o bairro também não tem controle da dengue, pois não são moradias legalizadas. Entretanto, quando mencionei a possibilidade de colocar esse assunto na pauta da assembleia, ela recuou, dizendo que poderia ser mal interpretada, pois era ela que estava na espera para ser contratada como agente de saúde, caso a prefeitura o fizesse. Dessa forma, resolvemos tirar essa questão da pauta. (Excerto de diário de campo, 22/08/2011).

A falta de limites entre sua vida “particular” e a representação do movimento social, nesse caso, coloca alguns limites para as reivindicações que ela pode fazer. Entretanto, essa questão poderia ser resolvida se houvesse realmente uma associação que se responsabilizasse coletivamente pela solicitação do agente de saúde.

Assim, as lideranças da Vila Operária e Popular colocam como crucial a necessidade de articulação entre os moradores para reivindicar coletivamente seus direitos junto à prefeitura. Entretanto, denunciam a dificuldade que encontram quando precisam se organizar coletivamente, mesmo que seja em atos tão

importantes como a comemoração da ocupação, por exemplo. Nesse sentido, pode-se fazer um paralelo com a questão do trabalho, pois, como já foi apontado, a desarticulação do coletivo é uma característica que pode ser observada também na nova configuração da classe trabalhadora, que está fragmentada (Antunes, 2004) e, portanto, não se reconhece mais enquanto classe, dificultando os mecanismos de reivindicações coletivas.

Durante todo o trabalho de campo, foi possível observar apenas uma manifestação na qual grande número de moradores da Vila estavam presentes. O que se pôde perceber, é que as pessoas da comunidade quase nunca participam de momentos de caráter essencialmente político, ou seja, que não estejam diretamente ligadas ao seu cotidiano. Entretanto, em ocasiões como a distribuição de alimentos, pôde-se observar uma mobilização coletiva, que envolve grande parte das mulheres da parte baixa da Vila. De acordo com o relato de algumas mulheres, a construção da “vala” para encanamento de água dentro da Vila, também foi um momento que mobilizou grande parte delas.

Com esses exemplos, observamos que, apesar das tentativas constantes, as lideranças da Vila, não conseguem estabelecer um coletivo capaz de se articular politicamente, e instituir algo parecido com os pequenos grupos definidos por Heller (2004), ou seja, instâncias mediadoras entre os indivíduos e os valores culturais, facilitadoras da passagem da particularidade para a individualidade, por meio da prática política. Observamos no contexto da Vila, a reprodução da manipulação social e da alienação, visto que na maioria dos casos, é difícil estabelecer uma articulação entre as necessidades particulares e os aspectos genéricos. Relembramos que, de acordo com Heller (2004), essa articulação é responsável pela constituição do indivíduo em sua totalidade, pela possibilidade de superação da alienação, proporcionando a participação ativa dos indivíduos em processos revolucionários.

4.4 “Na política não há lugar para a ingenuidade”: a influência negativa do poder público na relação entre os movimentos sociais em questão

A associação dos moradores da Vila Operária e Popular caracteriza-se como uma organização de pouca abrangência, atuante apenas no território da comunidade

e com demandas muito específicas. Não há uma proposta construída coletivamente de enfrentamento ao modelo neoliberal, como ocorre nas ocupações organizadas pelo MTST (Goulart, 2010), visto que a especificidade das demandas e seu caráter imediato faz com que este movimento atue apenas em função da manutenção da comunidade local. Mas na relação com o movimento dos trabalhadores da Flaskô, esses moradores são levados ao debate de questões macroestruturais, de forma que essa articulação pode ser uma abertura para a perspectiva de transformação para além da esfera local, ou seja, para as revoluções cotidianas (Kärner, 1987; Heller, 2004, Ceteau, 2005).

Esse movimento não é linear, muito menos contínuo. De acordo com as necessidades de cada momento essa perspectiva avança ou recua, mobilizando moradores e trabalhadores para a construção de novas perspectivas de atuação: nem tão imediatas, que não ultrapassem seus quintais, nem tão distantes, que não proporcione nenhum efeito real na vida cotidiana desses sujeitos.

Esse “equilíbrio” nem sempre pode ser atingido no cotidiano de lutas desses movimentos, uma vez que estão sujeitos à determinações externas, e possuem poucas oportunidades para articular ações efetivas. Nesse sentido, como apontado por Certeau (2005), nunca conseguem estabelecer estratégias, mas agem sempre por meio de táticas, aproveitando oportunidades pontuais.

Entretanto, quando se trata de negociações políticas, os riscos de perder de vista os objetivos reais da articulação do movimento tornam-se mais presentes. Essa problemática expressa-se de forma evidente quando se analisa a relação estabelecida entre o movimento dos moradores da Vila Operária e Popular e o poder público local:

Lika disse estar vindo do centro. Mencionou rapidamente que haviam conseguido marcar uma reunião com a prefeitura e que se desse tudo certo logo conseguiriam legalizar a Vila. Entretanto, para isso teriam que se desligar da Flaskô. Segundo Lika, o próprio secretário de habitação disse que só negociariam com eles se rompessem os laços com a fábrica. Ele ameaça não atender as demandas da Vila enquanto estiverem vinculados à Flaskô: “o secretário não negocia com a Vila enquanto o Advogado for o Eduardo” ela diz com algum receio. Ao que me parece, eles estão sendo fortemente aliciados tanto pelo secretário de habitação, quanto por outros representantes do poder público, como alguns vereadores. Não é a primeira vez que ela menciona a questão de se desvincular da fábrica, pensando que poderia ser mais fácil regularizar a Vila isoladamente. Mas, dessa vez, trouxe um elemento novo: disse que não abandonaria a luta da fábrica, pois, apesar das divergências e das pressões da prefeitura, reconhece que o apoio dos

trabalhadores da Flaskô é fundamental para a manutenção da Vila Operária e Popular. (Excerto de diário de campo, 11/07/2011).

Em vários momentos pôde-se observar a intervenção de políticos tentando aliciar as lideranças da Vila, oferecendo vantagens, de caráter individual, ou seja, oferecem benefícios para pessoas específicas, e não para a comunidade como um todo, em troca de favores no período eleitoral. Lika relatou em vários momentos a relação que estabelecia com vereadores daquela região:

Conversamos rapidamente e ela mencionou, com certo entusiasmo que amanhã seria a entrega da documentação das casas do Jd. Bandeirantes I,II e III¹³ e que o prefeito havia convidado ela e o Beto para participar do evento, que o secretário de habitação havia ido pessoalmente à casa do Beto para convidá-los. (Excerto de diário de campo, 20/07/2011).

Ela participava de algumas reuniões do partido, e sempre comentava que recebia convites para se candidatar a vereadora. Inicialmente, ela acreditava que, com isso, poderia trazer mais benefícios para a Vila. Entretanto, nunca se mostrou suficientemente interessada para tomar essa iniciativa, e relatava certa desconfiança quanto ao partido, pois, entre outras coisas, pediam que ela fizesse uma campanha de filiação, com uma meta definida por eles, de quantas pessoas deveriam se filiar antes das eleições.

A proposta de candidatura é tentadora. Além de se adquirir certo status na comunidade, ela possui clareza de que também seria possível obter bons retornos financeiros, caso fosse eleita. Entretanto, essa não é a estratégia usada pelo partido. Eles jogam com a possibilidade de regularização das moradias, e com a disposição para a realização de melhorias estruturais na Vila:

Falou sobre a comemoração do aniversário da Vila, tentando explicar que não fariam mais o que haviam programado (uma manifestação em frente à prefeitura cobrando a legalização das moradias). Disse que não haverá mais manifestação

¹³ Esses bairros são formados predominantemente por ocupações. Portanto, Lika falava do assunto com alguma esperança em relação ao dia em que fossem entregues também “os documentos” da Vila Operária e Popular.

“para não perder tempo”. Ela relatou que havia acabado de chegar da prefeitura e tinham feito um novo acordo, portanto haveria apenas uma espécie de passeata de comemoração do aniversário de ocupação da Vila.

Em seguida perguntou-me: “Você lembra aquele buraco que tinha lá em baixo? Aquela erosão não tem mais. Conseguimos a obra para acabar com a erosão, ficou bom”. Perguntei se eles conseguiram salvar todas as casas, ao que ela responde que sim: “o pessoal tá todo contente!”. (Excerto de diário de campo, 01/02/2011).

De alguma forma a prefeitura sabe das manifestações antes de elas acontecerem, e isso faz com que possam se adiantar e tentar evita-las. Nesse caso, a terraplanagem do terreno foi usada como justificativa para o cancelamento das atividades da associação, pois se insistissem na organização do ato “perderiam tempo”, ou seja, perderiam a “parceria” com a prefeitura, que não faria mais as obras que fossem necessárias para a Vila.

Dessa forma, continuava em questão a necessidade de um representante da Vila na câmara dos vereadores. Alguns meses após relatar esse episódio, Lika mencionou que a mesma proposta que lhe fizeram, de candidatura para representação da Vila na Câmara, agora era feita ao vice-presidente da associação:

Durante a conversa sobre a organização da associação dos moradores, comentou que, agora era o Beto que poderia se candidatar. Comentou que essa foi uma proposta levantada na última reunião do partido, e em seguida indagou-me sobre a possibilidade de conseguir apoio de um político influente no bairro: *será que o Bilú vai apoiar o Beto?* Demorei um pouco para responder, não queria deixar transparecer minha falta de apreço pelo Bilú e toda prefeitura. Respondi somente que deveriam ter cuidado, pois o apoio dele certamente seria com a condição de receber algo em troca. (Excerto de diário de campo, 22/08/2011).

Mas ela também tinha clareza sobre as condições a que se submete ao entrar para um partido político. Embora não tivesse grande experiência política partidária, já tinha vivências suficientes para não ser tão ingênua. Por isto, não ficava tão envaidecida quando lhe convidavam para se candidatar, por isto talvez soubesse que não conseguiria efetivamente trazer benefícios para a Vila, mesmo se conseguisse se eleger. Talvez por isto estivesse agora falando sobre a candidatura do Beto, e não mais cogitando a sua.

Mas Beto também não é ingênuo o suficiente para enganar-se pelas artimanhas políticas partidárias. E tentou me ensinar sobre isso em Brasília:

Estávamos no meio da audiência quando avistei o secretário de habitação. Ele entrou na sala, acompanhado de mais dois homens, queria fazer notar sua presença. Eu o vi e rapidamente olhei para o Beto que estava sentado ao meu

lado. Meu olhar era de indignação, pois, depois de tudo o que acontecera na audiência pública¹⁴, ele ainda teve coragem de ir até Brasília manifestar apoio à Flaskô e à Vila Operária e Popular. Mas não cheguei a dizer muitas palavras, o ambiente não era propício para prolongar a conversa, então apenas comentei: “o que ele está fazendo aqui?!”. E a resposta de Beto foi um ensinamento: “na política não se pode ser ingênuo”. E completou dizendo que o secretário estava ali, pois tinha seus interesses, e eles o aceitavam por que também tinham os deles (Excerto de diário de campo, 05/07/2011).

Com isto, mostrou que tinha clareza sobre os interesses que fazem o poder público se aproximar deles, e que têm consciência de que a aproximação não é desinteressada. Entretanto, eles, enquanto representantes da associação dos moradores da Vila, também têm suas necessidades, e precisam contar com o apoio de políticos para as melhorias na ocupação e, principalmente, para a legalização de suas moradias.

Contudo, o aspecto mais negativo da interferência desses políticos na Vila, é a tentativa de cooptação, pois a liderança ainda está minimamente tentando se organizar no sentido de atender demandas coletivas e essas intervenções só prejudicam esse processo. Em todo período de trabalho de campo foi observado, nas falas, nas ações e na relação com os demais moradores, que a liderança empenha-se em lutar por direitos coletivos.

No entanto, as dificuldades cotidianamente enfrentadas, como a falta de articulação coletiva, conduzem a tentativas de superação mais “fáceis” para o problema, ou seja, o abandono da prática política e a preferência por soluções individuais. Havia uma aparente intenção de cooptação dos líderes do movimento. Interessante observar que, esse tipo de proposta nunca foi apresentada ao movimento dos trabalhadores da Flaskô, visto que seus integrantes assumem um posicionamento político reivindicatório, mas com uma clara conotação de oposição.

¹⁴ A audiência pública referida ocorreu no dia 31/03/2011, na Câmara dos Vereadores do Município de Sumaré para tratar das reivindicações de Estatização sobre o controle operário da Flaskô e da regularização da Vila Operária e Popular. Na ocasião, houve grande mobilização de trabalhadores e moradores da Vila, e ao final o Secretário de habitação, por não poder manifestar-se contra as reivindicações da população que estava presente, colocou-se pessoalmente contra o advogado da Flaskô, agredindo-o verbalmente.

A questão é que, esses “políticos” trabalham no sentido de desarticular essas iniciativas, tentando “comprar” as lideranças para que deixem de representar a coletividade, para que o movimento perca sua frágil força de articulação. É nesse sentido que agem buscando o rompimento entre a Flaskô e a Vila Operária e Popular.

Portanto, apontamos que o enfrentamento direto contra o Estado se faz fundamental para que os movimentos não se desarticulem (Galvão, 2011). Essa perspectiva permeia outros movimentos por moradia, como o MTST, que, por ser mais estruturado, e não restrito a um território, possui maior possibilidade de enfrentamento, portanto não é menos vulnerável às ofensivas, tanto do capital quanto do próprio governo.

4.5 Contradições e continuidades: as articulações possíveis no cotidiano de luta

As primeiras informações sobre a relação da Flaskô com a Vila Operária e Popular não foram, exatamente, as que se esperava encontrar. Os representantes das duas instâncias relataram muitos conflitos e divergências que prejudicava a articulação entre eles. Este fato, inicialmente dificultou o trabalho de campo, pois era necessário um posicionamento com relação a essa problemática, e a expectativa, ao iniciar a pesquisa, era explorar as potencialidades dessa relação. Entretanto, após familiarizar-se com o contexto, foi possível compreender as contradições que atravessam esses movimentos sociais e a forma como conseguiam se articular e construir propostas conjuntas, apesar das dificuldades inerentes.

O primeiro contato com os representantes da ocupação se deu por meio de Mara, uma trabalhadora da Flaskô, que também é moradora da Vila, com a qual foi possível estabelecer um bom vínculo. Entretanto, ela, enquanto trabalhadora da fábrica, não se mostrou suficientemente à vontade para falar sobre a Vila. Em um de nossos encontros, ela relatou que havia pessoas que representavam a Vila, dessa forma, eu deveria procurá-las para saber melhor sobre as ações dos moradores na luta pela moradia. Ressaltou que não se envolvia muito com essas questões, pois, além de trabalhar na fábrica, também era cuidadora da mãe idosa e do irmão deficiente.

Dessa forma, quando participávamos de um seminário organizado pela Flaskô, Mara me apresentou à Lika, presidente da associação dos moradores da Vila Operária e Popular. Eu não a conhecia nem de vista e já havia frequentado vários eventos da Flaskô, como manifestações, eventos culturais e de formação política, mas nunca tive oportunidade de encontrá-la. Nessa ocasião ela participou do seminário e logo tive a oportunidade de vê-la falar publicamente:

A Lika chegou quase no final da mesa, um de seus filhos a acompanhava. Parecia não estar muito tranquila em falar ali, porém trouxe questões muito importantes para o debate.

Quando ela iniciou, Mara, que havia se levantado algumas vezes, mas sempre voltava a se sentar ao meu lado, chamou minha atenção e disse que a Lika era a presidente da associação de moradores da Vila. E que eu poderia aproveitar que ela estava ali para conhecê-la, e saber mais sobre como começou a ocupação. Então sugeri que eu falasse com a Lika ao final da mesa. Concordei, porém a ouvimos antes de procurá-la.

Lika começou dizendo das diferenças entre as classes sociais e dos privilégios de poucos. Falou da situação precária da Vila e da dificuldade da população em cobrar as autoridades, sobre a dificuldade de reivindicação dos direitos e a falta de reação da comunidade como um todo. Ela atribuiu essa falta de reação ao fato dos moradores terem “medo de perder o pouco que tem”. Somado a isso também há a falta de vontade do poder público em resolver questões referentes às classes menos privilegiadas.

Em seguida, falou sobre uma questão central para o meu trabalho: a necessidade de articulação entre os moradores da Vila e os trabalhadores da Flaskô, a fim de reivindicar direitos em comum, como a questão do trabalho e direitos básicos como água, esgoto, energia elétrica e moradia. Falou sobre a iniciativa do Paulo¹⁵, que esteve em sua casa para tentar articular ações/reivindicações conjuntas para 2011.

Em sua fala ficou claro que os trabalhadores da Flaskô estão tentando se aliar aos moradores da Vila, e que a Lika participando desta mesa representava uma possibilidade de aproximação, uma chance de diálogo entre a fábrica e a Vila (Excerto de diário de campo, 11/12/2010).

Apesar das dificuldades inicialmente encontradas no trabalho de campo, foi possível identificar não apenas as contradições, mas também, a importância da articulação entre os movimentos da Flaskô e da Vila. Essa articulação nem sempre se dá de forma planejada, mas sim de acordo com as necessidades cotidianas, como, por exemplo, quando se observou a forma como a postura política dos

¹⁵ Coordenador do Conselho de Fábrica da Flaskô.

trabalhadores da Flaskô pode contribuir para as mobilizações dos moradores da Vila.

Na ocasião em que alguns moradores se organizavam para fazer uma manifestação reivindicativa, a participação do coordenador do conselho de fábrica da Flaskô foi decisiva. A manifestação seria cancelada em virtude de uma ameaça do próprio poder público. Ao saber que os moradores estavam se organizando para a realização de um ato em frente à prefeitura, foi mandado um “recado” para as lideranças da Vila. O recado era que, caso essa manifestação fosse realizada, as negociações com a prefeitura seriam interrompidas:

Havia um professor, que dava aulas na Fábrica de Esportes e Cultura, mas também tinha alguma relação com a prefeitura. Enquanto estávamos tentando organizar as poucas pessoas que iriam participar da manifestação ele se aproximou dizendo que não poderia ir. Ele parecia querer demonstrar insatisfação por não poder ir ao ato, e se justificou dizendo que tentou pedir autorização a alguém na prefeitura. Ocorre que, na prefeitura, ninguém sabia que esse ato estava sendo organizado, e com a desculpa de pedir autorização ele adiantou a reação da prefeitura. Ele voltou então, dizendo que a pessoa com quem havia falado deu a notícia ao gabinete do prefeito, e que, em resposta, recomendaram que o ato fosse cancelado, pois se os moradores fossem à prefeitura hoje, a audiência pública que já estava marcada para março seria cancelada. (Excerto de diário de campo, 11/02/2011).

Essa intervenção desmobilizou Lika e Beto, que já estavam inseguros com a quantidade de pessoas e com o medo de represálias da prefeitura. Então, cogitaram cancelar a atividade, mesmo com a presença de alguns moradores na porta do ônibus que os levaria até o centro da cidade. Eles questionaram se deveriam prosseguir ou cancelar o ato. Nesse momento a articulação com a fábrica foi determinante, pois ao perceber que as lideranças da vila estavam em dúvidas quanto à continuidade do ato, Paulo chamou todos, para tentar decidirmos juntos o que seria feito:

Ele fez um pequeno resgate histórico sobre a ocupação da fábrica e da Vila. Disse que não era morador da Vila, mas que estava ali em solidariedade aos moradores, pois acreditava que os dois movimentos deveriam fortalecer um ao outro. Então ele explicou a todos o motivo daquele ato. Disse que amanhã (12/02/2011) completariam seis anos de ocupação da “Vila Operária e Popular”, e que todos ali viviam ainda em condições precárias de infraestrutura devido à falta de comprometimento do poder público em regularizar as moradias da Vila. No entanto, o orçamento da água já foi aprovado, por meio de um acordo estabelecido em 03/2010. Entretanto não há prazo para que essa instalação seja feita. Falou a todos que as lideranças da Vila estavam tentando negociar essas

questões com a prefeitura, e que o ato de hoje seria justamente no sentido de cobrar um prazo para a instalação da água e iniciar as negociações sobre a iluminação pública. Contudo, há uma audiência pública marcada para dia 31/03/2011, que eles estão ameaçando desmarcar se nós formos até lá fazer o ato hoje.

Após essa contextualização, ele se manifestou dizendo que considerava que o ato deveria ser mantido, pois eles tinham o direito de se manifestar publicamente, que eles estavam privados de tantos direitos, e que não poderiam se privar do direito de se manifestar publicamente. Finalizou dizendo que cabia aos moradores da Vila decidir, mas que em sua opinião o ato deveria ser mantido e, se a prefeitura ameaçasse cancelar a audiência pública eles organizariam outro ato ainda maior.

Com a fala do Paulo todos se apropriaram do assunto, de modo que as lideranças da Vila nem tiveram tempo de se manifestar, e os moradores que estavam presentes decidiram por manter o ato, simplesmente se dirigindo ao ônibus e dizendo que já haviam se mobilizado, que agora iriam até o fim. (Excerto de diário de campo, 11/02/2011).

Com esta fala, Paulo conseguiu esclarecer os motivos pelos quais estavam organizando aquela manifestação, e demonstrar como a postura da prefeitura era autoritária, pois a população da vila já sofre com a privação de vários direitos e, agora, estavam também tentando privá-los de um dos únicos direitos que lhe restavam: a possibilidade de reivindicar seus direitos.

Essa intervenção, além de garantir a realização do ato, também transformou o caráter da participação dos moradores:

Antes de sairmos, uma das mulheres que estava conosco questionou sobre as camisetas que a Lika e o Beto vestiam. Eram camisetas da Vila, diziam sobre a luta por moradia popular. Uma delas é um tipo de camiseta que eu já conhecia, pois já vi a Lika usando. E havia também um modelo novo, com o desenho de uma cabeça, com um tipo de “cérebro ventríloquo”. Ao lado do desenho a frase: “Não se deixe manipular pelas elites. Movimento de luta por moradia. Vila Operária **e Popular**”. Esta mulher e outras pessoas acabaram comprando a camiseta para participar da manifestação. (Excerto de diário de campo, 11/02/2011).

Originalmente, a frase da camiseta não continha o complemento “e Popular” na denominação da Vila Operária, de forma que ficava visível que fizeram uma espécie de remendo para completar a frase. Essa expressão atualmente é usada, principalmente pelos trabalhadores da Flaskô, para se referir à ocupação, e provavelmente, esse “remendo” na camiseta indica também o “remendo” que estão vivenciando, ou seja, as tentativas de articulação entre a fábrica e a Vila. Portanto, também fiquei com uma camiseta, preferi a versão com o “remendo”.

O ônibus foi lotado afinal! Apesar do descontentamento da Lika por ter conseguido apenas um ônibus, pode-se dizer que a participação dos moradores foi muito positiva. Como se costuma fazer nas manifestações organizadas pela Flaskô, paramos o ônibus na entrada da cidade, próximo à rodoviária, que não fica muito longe da prefeitura. O Capitão, (trabalhador da Flaskô) foi à frente abrindo caminho e parando o trânsito. O Paulo também estava à frente, organizando a manifestação e filmando em alguns momentos. A Lika e o Beto estavam ajudando na organização das faixas. As crianças levavam duas faixas e eram as primeiras de um grupo de aproximadamente cinquenta pessoas. Atrás das crianças vinham os adultos com faixas maiores e em seguida os jovens com a “bateria”. Havia muitos jovens, que a princípio, não estavam muito envolvidos, mas ao chegar ao centro da cidade tiveram uma participação importante. Ao descermos do ônibus todos foram mobilizados a pegar os instrumentos da bateria. Eles visivelmente nunca tiveram contato com esses instrumentos, mas começaram tentando tocar e, com a ajuda de dois “professores” da Flaskô, que realizam semanalmente ensaios de bateria na Fábrica de Esportes e Cultura, foram treinando em meio à manifestação. Quando chegamos à prefeitura eles já estavam tocando razoavelmente bem. (Excerto de diário de campo, 11/02/2011).

Enfim a manifestação foi realizada e a audiência na câmara dos vereadores não foi cancelada. Ao contrário, foi realizada na data marcada, e mesmo com a omissão de vários vereadores, que não compareceram, foi a manifestação mais significativa de que se teve oportunidade de participar durante o trabalho de campo. Tratava-se de uma audiência pública, realizada na Câmara Municipal de Sumaré, com o objetivo de negociar a regularização da Flaskô e também da Vila Operária e Popular. Para esta audiência foi mobilizado um grande número de pessoas, como sindicalistas, representantes de outros movimentos sociais e estudantes da Unicamp e da Puc-Campinas, além dos trabalhadores da Flaskô e grande número de moradores da Vila:

A Lika não estava no início da manifestação, só poderia ir mais tarde com o ônibus que sairia do bairro às 18h, porém havia outros moradores da Vila e o Beto estava representando a associação dos moradores. Entretanto, a maioria dos moradores chegaria somente na segunda viagem, pois muitos estavam trabalhando e não poderiam ir com o ônibus das 15h. Então, na primeira viagem saíram dois ônibus, não muito lotados, mas com pessoas suficientes para fazer a manifestação e parar o trânsito do centro da cidade no horário de pico. Além da participação dos moradores da Vila e de trabalhadores da fábrica, também havia muitos apoiadores de outros movimentos, sindicalistas e até vereadores de outras cidades. A Flaskô divulgou amplamente esse ato, e enfatizou a importância dessa audiência para a manutenção da fábrica e da Vila Operária e Popular. (Excerto de diário de campo, 31/03/2011).

De acordo com matéria publicada no Jornal Atenção¹⁶, havia cerca de 150 pessoas. A audiência foi iniciada com um vídeo sobre a Flaskô, em seguida Eduardo fez uma fala no sentido de cobrar o compromisso do poder público em decretar a Flaskô, a Vila Operária e Popular, bem como a Fábrica de Esportes e Cultura como de interesse social, ou seja, que sejam retiradas do nome do antigo proprietário e estatizadas sobre o controle dos trabalhadores.

A tentativa de negociação se estendeu desde a ocupação da fábrica, mas a prefeitura não estava disposta a negociar com os trabalhadores, pois não possuíam interesse em regularizar a Flaskô e toda a área que necessitava ser declarada de interesse social. Entretanto, possuíam claros interesses eleitoreiros com relação à população da Vila. Sendo assim, os vereadores que compareceram à audiência, sob o efeito da pressão popular, manifestaram-se a favor da aprovação do decreto de utilidade pública, todavia colocaram vários obstáculos para atender às reivindicações, justificando que essa decisão não cabia a eles. A postura contraditória provocou a reação popular, o que gerou um conflito entre representantes da prefeitura e da Flaskô. O conflito, dias depois, teria repercussão sobre as lideranças da Vila, que foram mais uma vez pressionados a romper com a fábrica.

A participação nos atos e manifestações públicas foi constante durante o trabalho de campo e, nessas ocasiões, sempre foi possível estabelecer contato com várias pessoas que não eram necessariamente da Flaskô nem da Villa Operária e Popular. Embora sem vínculo com esses movimentos, muitas pessoas se envolvem nas atividades por acreditar ser relevante, não apenas por atender necessidades particulares, no sentido descrito por Heller (2004), mas para apoiar o movimento com o qual se identificam. Esse é o caso de Marta. Ela participou da ocupação da

¹⁶ O Jornal Atenção é uma publicação organizada pela Flaskô em parceria com outros movimentos sociais. A matéria em questão foi publicada na 1ª quinzena de abril, Edição nº 9.

Vila Operária e Popular, mas não permaneceu no local. Mesmo assim, participa dos momentos de mobilização mais decisivos para o movimento:

Enquanto conversávamos, descobri que, na verdade, ela não era moradora da Vila. Atualmente mora no Zumbi dos Palmares, outra ocupação próxima, bem mais estruturada, ligada ao MTST. Contou rapidamente que já morou na Vila Operária da Flaskô, que estava na época em que a Vila foi ocupada, e chegou a morar lá por algum tempo, mas logo passou a casa para sua filha, que é casada e tem dois filhos (Excerto de diário de campo, ato na prefeitura, 16/11/10).

Como ela relatou ter participado do início das articulações para a ocupação do terreno, questionei sobre a forma como havia se dado esse processo, entretanto, ela preferiu não entrar em detalhes:

Ela apenas mencionou que participava de reuniões organizadas pelas lideranças, que as pessoas eram chamadas e iam para decidir quando seria a ocupação. Disse também que participou da ocupação, pois é importante apoiar todas as lutas por moradia, que sua filha não podia participar por conta do trabalho e das crianças que tem para cuidar. Então ela, Marta, colocou-se à frente no momento em que o terreno foi ocupado, quando havia risco de conflitos com a polícia, nos quais seria difícil para a filha participar, e depois seguiu para outra ocupação deixando a “casa” para ela. Parecia ao mesmo tempo querer se justificar por participar da ocupação e não permanecer no local, mas em contrapartida destacar a importância de seu ato. (Excerto de diário de campo, ato na prefeitura, 16/11/10).

É importante ressaltar que Marta hoje está acampada no Zumbi dos Palmares e não possui casa própria. Podemos observar que o que caracteriza sua militância não é apenas a conquista de uma moradia, mas sim sua identificação com o movimento e com suas formas de manifestação.

Izabel também foi uma das mulheres envolvidas com o movimento, mas que atualmente não mora mais na Vila:

Izabel participou da ocupação da Vila Operária e Popular e morou lá por algum tempo. Atualmente mora em uma área verde (áreas comuns em algumas regiões da cidade de Sumaré, que pertencem à prefeitura e que estão ocupadas por famílias, geralmente em extrema situação de vulnerabilidade) com três filhos e o marido. Ela era muito simples. Parecia também bastante envolvida com o movimento por moradia, porém menos politizada que Marta. Falou sobre o local que mora, sobre a família e sobre as diversas participações em atos para reivindicar o direito à moradia.

Ao contar que participou da ocupação, mencionou as mesmas “reuniões” que Marta. Disse que o pessoal da organização era quem chamava essas reuniões, que geralmente eram realizadas na Praça do Bom Retiro ou em espaços como a casa de lideranças ou a sede associação de bairro. Nessas reuniões eles eram orientados no sentido de organizar a ocupação, articular apoio entre a comunidade e planejar o espaço a ser ocupado. Ela também não deu muitos detalhes, pois

caminhávamos na chuva, tentando proteger sua filha pequena sob o guarda-chuva em meio a uma passeata, com o barulho alto do carro de som que nos acompanhava e muita buzina dos carros que protestavam por serem impedidos de circular por uma das principais vias de acesso ao centro da cidade (Excerto de diário de campo, ato na prefeitura, 16/11/10).

Após conversar com Marta e Izabel, também tive a oportunidade de conhecer verdadeiros militantes de frente dos movimentos por moradia. Era um grupo de, aproximadamente, sete pessoas. Notava-se que eram mais articulados, tinham maior agilidade na movimentação durante a passeata e se colocaram à frente quando a polícia chegou:

Em certo momento me aproximei, todos lanchavam, comiam biscoitos e também bebiam água, sucos e refrigerantes oferecidos pelo pessoal da mobilização. Eu comia “goiabinhas”, que havia comprado das mulheres do assentamento, e passei a compartilhar o lanche com eles e eles comigo. Como notaram que eu não tinha muita experiência em ocasiões como aquela, perguntaram se eu estive na ocupação que houve recentemente em americana, pois era lá que eles estavam atualmente. Eu disse que não, e, confirmando o que eles provavelmente já tinham percebido, relatei que nunca havia participado de nenhuma ocupação. Que estava começando a participar de alguns atos organizados pela Flaskô em parceria com a Vila, mas não conhecia outra ocupação. Aproveitei que eles foram muito receptivos e comentei sobre a postura deles frente aos policiais foi, então que sentiram-se mais a vontade para contar suas experiências de vida. Contaram sobre vários encontros com a polícia, principalmente em São Paulo, onde iniciaram as atividades de ocupação que, predominantemente, era realizada em prédios públicos abandonados. (Excerto de diário de campo, ato na prefeitura, 16/11/10).

Ao contrário do que se poderia esperar, as experiências eram contadas por eles com muita empolgação. Relataram não ter medo de serem agredidos fisicamente, pois, para eles, esta era uma luta necessária.

O encontro com esses atores, proporcionou a reflexão sobre o que os move a envolverem-se de tal forma com os movimentos sociais. Eles não vislumbram alcançar recompensas materiais como conquistar uma moradia, pois, como foi relatado, alguns deles especializam-se em fazer apenas o trabalho de ocupação e quando conseguem conquistar um espaço, migram para outras frentes de conflito. Parece haver um indicativo de que, a participação efetiva nessas frentes, está associada à incorporação da dimensão humano-genérica, pois, como afirma Heller (2004), o homem se “humaniza” na medida em que reconhece os aspectos da genericidade humana e, apesar de suas particularidades e necessidades individuais, pode orientar-se no sentido de superação da alienação.

4.6 “As mudanças no curso do rio”

Uma característica marcante da Vila Operária e Popular é a presença constante de crianças ocupando as ruas, brincando próximos a suas casas, compartilhando quintais vizinhos e espaços vazios como os próximos aos limites da fábrica e os próximos ao córrego, que delimita outro limite da Vila.

É interessante observar este movimento das crianças, pois já há algum tempo os espaços públicos e as ruas passaram a ser ocupados apenas por “crianças de rua”. Em outros bairros, mesmo próximos à Vila não é comum observar crianças brincando de pega-pega, esconde-esconde ou mesmo soltando pipa, atividades frequentes na ocupação.

Como não poderia ser diferente, as atividades organizadas pelas lideranças da associação dos moradores também é sempre permeada pela “participação” de crianças.

Em um primeiro momento, a presença delas incomoda. Elas “atrapalham” o andamento das atividades, pois correm, fazem muito barulho, tiram a concentração dos adultos que estão trabalhando em questões “importantes”, pedem para ir embora, choram e fazem birra.

Entretanto essas crianças continuam ocupando esses espaços e participando, ao seu modo. E assim, crescem experimentando as contradições da organização de um movimento social. Elas já possuem essa vivência no cotidiano, pois estão submetidas às precariedades decorrentes das circunstâncias que configuraram a ocupação do local onde moram.

Na primeira vez que vi a presidente da associação, ela estava acompanhada de dois de seus quatro filhos. Ao sentar-se à mesa para fazer sua fala, ficava dividida entre o que dizia e a atenção com as crianças. Mesmo na caravana à Brasília, uma viagem muito cansativa, que durou dois dias, sem um local para descansar ou mesmo tomar banho, ela levou todos os filhos. Certamente, eles não compreendem toda a complexidade do processo em que estão imersos, mas a inclusão das crianças nesses espaços é fundamental para a formação de novas perspectivas. Lika parece saber disso instintivamente. Em momento algum a vi discutir questões políticas com as crianças, nem mesmo com Diogo, que tem 16 anos. Contudo, ela os faz vivenciar o cotidiano da organização do movimento,

acostumando-os às reuniões cansativas, às manifestações realizadas no espaço público, sem banheiro, ao sol quente, enfim, à rotina da militância. Esta foi a sua formação também. Ela não veio de uma organização formal; se está à frente da associação hoje é pela vivência da ocupação, pelo envolvimento que teve em vistas de conseguir uma moradia.

A formação cotidiana nas práticas do movimento é a única que esses moradores podem oferecer a seus filhos, que frequentam escola pública e, portanto, não possuem acesso à uma formação para a prática política, a um conhecimento crítico sobre os fatores determinantes da ordem social.

Os relatos de Beto e Elaine são representativos neste sentido. Em certa ocasião, ela relatou as transformações pelas quais Beto havia passado em virtude da participação política na associação dos moradores da Vila:

Enquanto víamos as fotos da audiência pública realizada na câmara municipal da cidade, lembrávamos o momento em que Lika e Beto se colocaram no plenário. Elaine, esposa de Beto, que não estava presente no dia, observava as fotos e comentava a profunda mudança de seu marido desde que começou a participar ativamente do movimento de moradores da Vila. Relata que ele não conseguia falar em público e não tinha tanto conhecimento sobre as questões políticas da cidade. Tinha muita vergonha, não sabia nem ler e escrever direito. Só voltou a escola depois, por incentivo dos amigos do sindicato. (Excerto de diário de campo, 08/04/2011).

Essa transformação não foi proporcionada apenas pela participação nos processos de mobilização pela moradia. A iniciativa de participar desses espaços veio acompanhada de outras mudanças significativas, como o retorno à escola e a participação no sindicato da construção civil. O relato de Beto sobre essa transformação revela a vivência de exclusão, a dificuldade de acesso à educação e desmotivação para realizar tarefas simples, como dirigir:

Enquanto aguardávamos a finalização das atividades, eu, Lika e Beto conversávamos do lado de fora do salão. Beto dizia da importância de participar dessas atividades, sobre como isso transformou sua vida e a de sua família. Relatou que quando seus filhos eram pequenos ele não tinha habilitação e não sabia dirigir. Vivia pedindo favores aos familiares. Tinha dificuldades até mesmo para ler e escrever, pois foi muito mal na escola quando criança, não conseguia aprender e sofria muito com isso. Agora tem consciência de que suas dificuldades não era falta de "inteligência" sua, mas uma questão contextual, pois hoje consegue identificar que a escola foi criada para "manter os trabalhadores na condição de explorados pelo capital". (Excerto de diário de campo, 12/05/2011).

Ao falar sobre a educação de seus filhos, Elaine ressalta a importância de fazer diferente do que foi com eles. Diz que possuem maior facilidade de aprender a ler e escrever, a usar o computador. Entretanto, não identifica a necessidade de leva-los aos momentos de manifestação dos moradores da Vila, e não identifica a necessidade de uma formação mais crítica para os filhos.

Nesse sentido, foi interessante observar o movimento realizado por Aline, a segunda filha de Lika, que em uma das últimas visitas realizadas à Vila aproximou-se de nós enquanto tentávamos escrever um boletim informativo da Associação de Moradores:

Aline é sua única “filha mulher” e, coincidentemente é a que se demonstra mais interessada pelos assuntos da Vila. Hoje foi necessário que eu levasse o notebook para escrever e formatar o boletim, que a Lika tem muita pressa de terminar, pois ela quer convidar os moradores para uma manifestação e também para a assembleia por meio desse material. Não havia espaço dentro da casa para trabalharmos na escrita. Seu filho mais velho jogava vídeo game na sala, que é também a cozinha da casa. Sua mãe, Olivia, estava na cozinha preocupada em preparar almoço para as crianças irem à escola. Então resolvemos trabalhar em uma pequena mesa, que fica na área, na entrada da casa. Ali coloquei o notebook e começamos a escrever [...] Os dois filhos menores passaram por nós algumas vezes, e olharam o computador com algum interesse, mas continuaram em suas atividades. Apenas Aline aproximou-se interessada no que estávamos escrevendo. Em certo momento parou próxima de nós para ver as fotos que selecionávamos para incluir no boletim. Era uma foto que tirei deles em Brasília. Após ajudar escolher a foto, Aline manteve-se lendo o texto e então participou conosco da finalização da escrita e da formatação. (Excerto de diário de campo, 22/08/2011).

Essa não foi a única ocasião em que Aline se mostrou interessada em participar das atividades da associação. Ela sempre está muito bem informada sobre as questões da Vila, e em várias ocasiões me manteve informada sobre questões importantes, como a ligação da água, por exemplo. Ela demonstra muito interesse em participar de mobilizações, e das reuniões que sua mãe frequenta.

Entretanto, o interesse demonstrado por ela, e alguns outros jovens da Vila (como ocorreu no dia em que alguns tocaram na bateria durante uma manifestação), não seria o suficiente para que eles pudessem se apropriar de questões importantes para a continuidade do movimento.

Considerando a importância da formação política, os trabalhadores da Flaskô organizaram um debate sobre a relação entre a academia, ou seja, a construção do conhecimento formal, e os movimentos sociais, ressaltando-se a importância da articulação promovida pela Flaskô com a criação do Centro de Memória Operária e

Popular - CEMOP. Com esta iniciativa, os trabalhadores ressaltam a importância da construção do conhecimento fora da universidade, ou seja, buscam criar meios para proporcionar a sistematização do conhecimento acumulado pelos trabalhadores.

Neste debate foram discutidas as possibilidades de formação e mobilização dos moradores da Vila:

O representante do coletivo USINA¹⁷, convidado pelos trabalhadores da Flaskô para fazer uma fala sobre as articulações entre a fábrica e a Vila, ressaltou que, quando as pessoas já possuem seu lote a possibilidade de mobilização é muito menor. O potencial de mobilização é maior quando as pessoas ainda estão em luta pela conquista de um espaço. É o desconforto, a injustiça que mobiliza as pessoas a saírem de suas casas, do espaço privado para o espaço público. Deve-se, portanto, investir na formação política dos jovens da vila. Ele ressaltou também a dimensão emocional da atividade política, do envolvimento com as mobilizações, do prazer em fazer política enquanto lugar de encontro, de criação. Ao final ressaltou que é necessário recriar e ressignificar os espaços políticos. O debate terminou com a proposta de pensar em um espaço para esclarecer os moradores sobre o processo de ocupação e manutenção desse espaço, para que eles possam se informar sobre as lutas da vila, para organizar e fortalecer a força social. (Excerto de diário de campo, 12/05/2011).

Embora ainda não tenham sido efetivamente criados espaços de formação política dentro da vila, as articulações estabelecidas com a Flaskô têm contribuído com a formação de uma consciência crítica para os jovens da Vila. É importante ressaltar que esse processo é permeado por muitas contradições, entretanto, ressalta-se com esse trabalho a importância de manter a articulação e construir uma perspectiva transformadora. Em uma das primeiras visitas à Vila, Lika contava as histórias da ocupação e demonstrava certa admiração pelo fato de terem realizado uma obra na Vila que literalmente “mudou o curso do rio”. Apresentamos aqui, alguns elementos que nos fazem pensar que a própria Vila pode também se consolidar como um espaço de mudanças em outro sentido. Essa seria, a nosso ver, a principal característica da “revolução cotidiana” apontada por Heller (2004). A

¹⁷ USINA é um coletivo de arquitetos que trabalha no sentido de organizar construções coletivas de moradias populares na Região Metropolitana de São Paulo.

transformação das práticas cotidianas, e o aprendizado sobre as potencialidades do coletivo, e de como “podemos mudar o curso do rio” (Lika).

5. Considerações finais

No contexto pesquisado foi observado que, o surgimento de um novo movimento social, de caráter local, está articulado com um movimento maior, tornando-se parte de uma rede de movimentos sociais mais ampla. Neste processo articulatório, os movimentos ganham legitimidade e criam referências para a atuação e mobilização cotidiana. Entretanto, muitos conflitos permeiam o processo de articulação, no sentido de que os atores são pressionados, constantemente, a romperem os vínculos e fazerem oposição um ao outro.

Essa tensão é vivida, constantemente, pelos moradores da Vila, especialmente pelos representantes da associação de moradores que, cotidianamente, precisam decidir entre colaborar com as condições exigidas pelo poder público, para que sejam atendidas suas demandas, ou pressionar o Estado para que este cumpra com seu papel. Apesar da pouca experiência política, as pessoas que ocupam esse lugar de liderança identificam que, no plano das negociações políticas, é necessário fazer escolhas que viabilizem a sua participação na esfera pública. Foi possível observar que, essa liderança, muitas vezes, identifica a necessidade de confronto com o Estado, porém avalia que seria prejudicial, para o movimento, assumir essa posição, pois comprometeria o processo de negociação de melhorias para a Vila.

Compartilhamos com os pressupostos de Heller (2004), de que a transformação da estrutura social é um processo contínuo, uma possibilidade, que só pode ser viabilizada nas lutas cotidianas. Nesse sentido, os esforços observados no contexto da fábrica ocupada, para a formação política dos trabalhadores, também podem ser apontados como tentativas de promover a superação da alienação, de aproximação entre particularidade e a genericidade humana.

Destacamos a importância de estudos que sejam realizados no sentido de estabelecer análises mais profundas sobre o fenômeno estudado, visto que esse

trabalho, em virtude de toda transformação pela qual passou desde o início do projeto, adquiriu um caráter mais descritivo. Enfatizamos que, mesmo como um estudo introdutório, esse trabalho pode oferecer elementos necessários para a compreensão do contexto e das relações nele estabelecidas.

Compreendemos que, a principal contribuição desse trabalho foi apresentar diferentes perspectivas de relação entre indivíduos comprometidos com o desenvolvimento de novas práticas sociais.

Referências

Andrada, C. F. (2006) Onde a autogestão acontece. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. Vol. 9, n. 1, p 1-14.

Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez.

Antunes, R. (2000) *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Antunes, R.; Alves, G. (2004, May/Aug) As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educ. Soc.* vol.25 nº.87 Campinas.

Bernardo, M. H. (2009). *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular.

Blay, E. (1985). *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel.

Buhr, A. (2010). *Da grande noite à alternativa*. São Paulo: Boitempo.

Boltanski L. & Chiapello, E. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.

Brasil (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília.

Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> Recuperado em 20 de janeiro de 2011.

Camacho, D. (1987). *Movimentos Sociais: algumas discussões conceituais*. In: Scherer-Warren, I; Krischke P. J. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense.

Castel, R. (2003). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Editora Vozes.

CEMOP – Centro de Memória e Documentação do Movimento das Fábricas Ocupadas (2009). *Criminalização do Movimento das Fábricas Ocupadas. Relatório dos Processos de Criminalização*. Sumaré: CEMOP.

CEMOP – Centro de Memória e Documentação do Movimento das Fábricas Ocupadas (2011). *Visita à Flaskô. Uma fábrica ocupada pelos trabalhadores*. Sumaré: CEMOP.

Certeau, M. (2008) *A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes.

Coutinho, M. C., Magro, M. L. P. (2008, out/dez). O sentido do trabalho para sujeitos inseridos em empreendimentos solidários. *Psicologia em Estudo*; v.13, n. 4, p. 703-711.

Engels, F. (1845/2008). *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.

Esteves, E. G. (2004). *Sócio, trabalhador, pessoa: negociações de entendimentos na construção cotidiana na autogestão de uma cooperativa industrial*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Galvão, A. (2008, jul/dez). Os Movimentos Sociais da América Latina em questão. *Revista debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24.

Geertz, C. (2002). *O saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Editora Vozes.

Goulart, D. C. (2011). Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo. Trabalho completo apresentado no I Simpósio CEMOP. Disponível em <http://www.fabricasocupadas.org.br/cmo/Trabalhos/401.PDF>

Gorz, A. (1987). *Adeus ao Proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Heller, A. (2004). *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.

Kärner, H. (1987). *Movimentos sociais: revolução no cotidiano*. In: Scherer-Warren, I; P. J. Krischke. Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense.

Lessa, S. (1994). *A centralidade do trabalho na ontologia de Lukacs*. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

Liboni, M. T. L. (2002) *A empresa de autogestão: uma visão psicossocial*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá.

Linhart, D. (2000, jul/dez) *O indivíduo no centro de modernização das empresas: um reconhecimento esperado mas perigoso*. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n. 7, 24-36.

- Mészáros, I. (2002) *Para além do capital. Rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo.
- Martins, J. S. (1998) O Senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social. Revista de Sociologia USP*, 10 (1);1-8.
- Martins, V. (2011). A Flaskô e a Vila Operária e Popular: algumas reflexões. Trabalho completo apresentado no I Simpósio CEMOP. Disponível em <http://www.fabricasocupadas.org.br/cmo/Trabalhos/402.PDF>
- Marx, K. (1868/2000). *O capital: critica da economia politica: livro II: o processo de circulação do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Neves, V F. A. (2006, jun) Pesquisa-ação e etnografia: Caminhos cruzados. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v.1, n. 1, p. 1-17.
- Nogueira, C. M. (2006). *O trabalho duplicado*. São Paulo: Expressão Popular.
- Novaes, H. T. (2005) *Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas*. Dissertação apresentada no Instituto de Economia da Unicamp.
- Faria, M. S., Dagnino, R., Novaes, H. T. (2008 jan/jun) Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. *Rev. Katál Florianópolis* v.11, n. 1, p. 123-131.
- Offe, C. (1994). *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense.
- Pato, M. H. S. (1993). *O conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação*. *Perspectivas*, São Paulo, n.16: p. 119-141.
- Peirano, M. (1995) *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Raslan, F. O. (2007). *Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô*. Dissertação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.
- Rockwell, E. (1986) *Etnografia e teoria na pesquisa educacional*. In: ESPELETA, J. e Rockwell, E. *Pesquisa participante*. São Paulo, Cortez Editora.
- Rockwel, E. (1987). *Reflexiones sobre el proceso etnográfico*. Ciudad de México: DIE/CINVESTAV.
- Rolnik, R. (2003). *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3.ed. São Paulo: Nobel.
- Rolnik, R. (2009). Democracia no fio da navalha. Limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. R.B. *Estudos Urbanos e Regionais* v. 11, n. 2, p. 31-50.

Santos, B. S. (Org). (2002) *Produzir para viver. Os caminhos da produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Sato, L. (2003). *Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”*. In Z. A. Trindade & A. N. Andrade (Orgs.), *Psicologia e saúde: um campo em construção* (pp. 167-178). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Sato, L.; Proença, M. R. S. (2001) Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP* [online] vol.12, n.2, pp. 29-47.

Scherer-Warren, I. (2006). *Das mobilizações às redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr.

Scherer-Warren, I; Lüchmann, L. H. H. (2004). *Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução*. Política & Sociedade, Florianópolis, n. 05, p. 13-35, out.

Singer, P. (2002). *A recente reestruturação da Economia Solidária no Brasil*. In: Santos, B. S. (2002) org. *Produzir para viver. Os caminhos da produção não Capitalista*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Spink, P. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*: 8(1), p. 174-194.

Tedesco, J. C. (1999) *Paradigmas do cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Thiollent, Michel. (1981) *Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária*. São Paulo: Editora polis.

Thompson, E. P. (1987) *A formação da classe operária inglesa*. Volume I. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Vieitez, C. G. (1997). *A empresa sem patrão*. Marília: Editora Unesp.

Sítios Visitados

<http://fabricasocupadas.org.br>

<http://www.memoriaoperaria.org.br/>

Anexos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em participar na pesquisa de campo referente ao projeto de pesquisa intitulado(a) **Relações cotidianas de Movimentos Sociais por Trabalho e Moradia: o caso da Vila Operária da Flaskô**, desenvolvida(o) por **Caroline Cristiane de Sousa** a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº **(19) 9106-8625** ou e-mail carolinecspsi@yahoo.com.br. Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é coordenada / orientada pela Prof(a) Dr(a) **Marcia Hespagnol Bernardo**.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

Fui informado(a) e me sinto esclarecido(a) sobre os objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais são compreender, por meio de um estudo etnográfico no contexto de uma fábrica e uma vila ocupadas, as relações que se estabelecem entre trabalhadores da fábrica e moradores da “Vila Operária”.

Fui também esclarecido(a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos e que o projeto de pesquisa foi avaliado pela **Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-Campinas, telefone (19) 3343-6777**.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevistas nas quais a pesquisadora poderá utilizar recursos de áudio, desde que informe em quais momentos utilizará esse recurso, e da participação em atividades observadas pela pesquisadora a serem realizadas a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es)/ coordenador(es). Por este instrumento dou plena autorização para que fotos e imagens (com utilização de tarjas adequadas que não permitam identificação direta), trechos de relatos ou qualquer informação obtida durante a pesquisa seja utilizada para fins de divulgação em livros, jornais e revistas científicas, desde que seja reservado sigilo absoluto de minha identidade.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo/ pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento livre e Esclarecido, conforme recomendado pelo Comitê de Ética em Pesquisa.

Sumaré, ____ de _____ de _____

<p>Pesquisadora responsável</p> <p>Caroline Cristiane de Sousa RG.34835072-7</p>	<p>Participante da pesquisa</p> <p>RG. _____</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------